



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TAMIRES CASSIA RODRIGUES OKADA

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO
E BIBLIOTECA INCLUSIVA:
AÇÕES POSSÍVEIS PARA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Londrina
2023

TAMIRES CASSIA RODRIGUES OKADA

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO
E BIBLIOTECA INCLUSIVA:
AÇÕES POSSÍVEIS PARA PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Relatório de pesquisa para defesa de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Adriana Rosecler Alcará

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora

O41c

Okada, Tamires Cassia Rodrigues.

Competência em Informação do Bibliotecário e Biblioteca Inclusiva: Ações possíveis para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) / Tamires Cassia Rodrigues Okada. - Londrina, 2023. 158 f.

Orientador: Adriana Rosecler Alcará. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023. Inclui bibliografia.

1. competência em informação - Tese. 2. transtorno do espectro autista (TEA) - Tese. 3. biblioteca inclusiva - Tese. I. Alcará, Adriana Rosecler. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU - 02

TAMIRES CASSIA RODRIGUES OKADA

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO E
BIBLIOTECA INCLUSIVA: AÇÕES POSSÍVEIS PARA PESSOAS
COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Relatório de pesquisa para defesa de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Profa. Dra. Adriana Rosecler Alcará

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adriana Rosecler Alcará
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Rovilson José da Silva
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Juliana Cardoso dos Santos
Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Estadual de Londrina

Membros Suplentes

Profa. Dra. Sueli Bortolin
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Marta Leandro da Mata
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação da Universidade Federal do Espírito
Santo

Londrina, 31 de agosto de 2023.

Para Braian, Sofia e Clarice, minha família.

Para meu sobrinho, Henri.

Para todas as pessoas com TEA, seus familiares e cuidadores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, trago toda a minha gratidão a Deus, só Ele pode fazer infinitamente mais do que imaginamos.

Agradeço ao meu esposo por estar ao meu lado em toda a minha trajetória acadêmica, por me apoiar e compreender minha ausência em tantos momentos importantes, por acolher com paciência minhas queixas e me motivar quando mais precisei, por me amar incondicionalmente. Às minhas filhas Sofia e Clarice, que algum dia eu possa ser motivo de orgulho em suas vidas. A vocês, todo o meu amor.

Aos meus avós, José e Neuza que sempre me incentivaram a estudar e considerar todas as oportunidades na vida, toda força e resiliência que hoje carrego comigo são heranças de vocês, o meu amor e gratidão serão eternos.

A minha mãe, dona Rejane sempre sensível e disposta a me ajudar, aos meus irmãos Fellipe, Sindy e Diuly que escutaram muitas angústias, aguentaram algumas ausências e me fizeram sorrir com coisas banais, mas que de alguma forma foram essenciais para o meu renovo diário. Todas as minhas conquistas são e serão sempre de vocês também.

Aos amigos, amigas e familiares que me incentivaram a aceitar o desafio que a vida me trouxe, o de ingressar em uma Pós-Graduação, mesmo estando gestante. Cada um, à sua maneira, trouxe uma palavra ou gesto de incentivo, vocês fizeram a diferença em minha vida.

Aos colegas de trabalho e gestores que me encorajaram a seguir em frente com essa temática.

A minha orientadora, professora Adriana Rosecler Alcará, por me permitir ter o privilégio de sua orientação, que em todos os aspectos me nortearam, me conduziram a caminhos mais assertivos, pela motivação, pelas palavras de cuidado e compreensão. Agradeço por ter “acreditado” em mim, mesmo quando eu mesma não o fiz.

À professora Juliana Cardoso dos Santos e ao professor Rovilson José da Silva, que aceitaram o convite para compor a banca examinadora e de forma crítica e sensível enriqueceram esse estudo com suas contribuições.

À professora Sueli Bortolin e professora Marta Leandro da Mata, que aceitaram o convite para compor a banca como suplentes.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação que durante as aulas trouxeram novos olhares para a CI, compartilharam conhecimento e vivências e compreenderam a presença da minha bebê durante as aulas, na época a recém-nascida Clarice.

Ao grupo de pesquisa Informação e Cognição, que em muitos momentos me fizeram refletir e ampliar olhares acerca da competência em informação.

Sou grata, inclusive, pelos desafios que me fizeram olhar para essa temática e modificar todas as estratégias da pesquisa até chegar a este resultado.

Por fim, agradeço e convido a todos e todas que torceram por mim a celebrar essa conquista, que de algum modo possam se sentir encorajados e capazes a buscar seus objetivos, seus caminhos, seus sonhos.

“...Que você sempre se lembre de estar conectada à alma,
se for visão e força o que deseja,
...e de estar conectada ao espírito, se for energia e determinação que
necessitar para agir pelo seu próprio bem e pelo mundo,
... e, se for sabedoria, o que quiser, que você sempre una o espírito à
alma, ou seja, una a ação à paixão, a ousadia à sabedoria, a energia à
profundidade... e convide todos os aspectos da psique para o *hierosgamos*,
esse matrimônio sagrado.”
Clarissa Pinkola Estés (2007, p. 25)

OKADA, Tamires Cassia Rodrigues. **Competência em informação do bibliotecário e biblioteca inclusiva: ações possíveis para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2023. 158 f. Relatório para defesa (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

A pesquisa visa investigar a competência em informação do bibliotecário voltada à acessibilidade e inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em bibliotecas, evidenciando sua relevância no atendimento a essas pessoas no que tange buscar, avaliar e utilizar a informação em prol do desenvolvimento de ações nesses espaços. Nesse sentido, identificar as habilidades requeridas para o trabalho de inclusão e acessibilidade nas bibliotecas, averiguando as iniciativas de bibliotecas e bibliotecários para a realização de atendimentos voltados a este público, assim como as dificuldades que apresentam durante os processos de busca e uso da informação esteve entre os objetivos da pesquisa. A fundamentação teórica parte da Ciência da Informação com um breve histórico e conceituação, relacionando a sua responsabilidade social, e como a informação é utilizada nesse contexto, abrangendo a competência em informação para o desenvolvimento e multiplicação de habilidades em outros sujeitos. Apresenta-se também a caracterização do Transtorno do Espectro Autista e o papel da biblioteca inclusiva e acessível. A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, de natureza qualitativa a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi feita no Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, visando encontrar ações voltadas a pessoas com TEA realizadas em bibliotecas ou por bibliotecários. A pesquisa documental, realizada na rede social Instagram, buscou em perfis de bibliotecários e bibliotecas, ações em prol do atendimento de pessoas com TEA, em ambas foram realizadas buscas em português e inglês. Os dados foram estruturados e analisados com base no que preconiza a análise de conteúdo. Dentre os resultados foi possível notar a importância de um olhar sensível e crítico do bibliotecário em relação às pessoas com TEA, além das habilidades requeridas para a promoção da competência em informação que abrange as dimensões técnica, estética, ética e política, para a realização de ações inclusivas nesse ambiente.

Palavras-chave: competência em informação; Transtorno do Espectro Autista (TEA); biblioteca inclusiva; biblioteca acessível; bibliotecário multiplicador; bibliotecário educador.

OKADA, Tamires Cassia Rodrigues. **Librarian Information Literacy and Inclusive Library: Possible actions for people with Autism Spectrum Disorder (ASD)**. 2023. 158 pp. Defense report (Master's Degree in Information Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

The research aims to investigate the information competence of librarians focused on accessibility and inclusion of people with Autism Spectrum Disorder (ASD) in libraries, highlighting their relevance in assisting these people in terms of seeking, evaluating and using information in favor of development. actions in these spaces. In this sense, identify the skills required for the work of inclusion and accessibility in libraries, investigating the initiatives of libraries and librarians to carry out services aimed at this public, as well as the difficulties they present during the processes of information seeking and using. The theoretical foundation starts from Information Science with a brief history and conceptualization, relating its social responsibility, and how information is used in this context, covering competence in information for the development and multiplication of skills in other subjects. It also presents the characterization of the Autism Spectrum Disorder and the role of the inclusive and accessible library. The research is characterized as exploratory and descriptive, of a qualitative nature based on bibliographical and documental research. The bibliographical research was carried out in Google Scholar and CAPES Periodicals Portal, aiming to find actions aimed at people with ASD carried out in libraries or by librarians. The documentary research carried out on the social network Instagram, searched in profiles of librarians and libraries, actions in favor of the care of people with ASD, in both searches were carried out in Portuguese and English. Data were structured and analyzed based on content analysis. Among the results, it was possible to note the importance of a sensitive and critical view of the librarian in relation to people with ASD, in addition to the skills required to promote information literacy that encompasses the technical, aesthetic, ethical and political dimensions, for the realization of inclusive actions in this environment.

Keywords: Information Literacy; Autism Spectrum Disorder (ASD); Inclusive Library; Accessible Library; Teaching Librarian; Educator Librarian.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Panorama histórico da Colnfo e relações com a biblioteca escolar.....	33
Quadro 2 – Níveis de gravidade do TEA	51
Quadro 3 – Pontos que podem ser explorados em bibliotecas voltadas a pessoas com TEA.....	76
Quadro 4 – Quantidade de trabalhos selecionados	81
Quadro 5 – Trabalhos sobre biblioteca escolar e TEA	84
Quadro 6 – Dimensões da Colnfo e biblioteca escolar no contexto do TEA.....	93
Quadro 7 – Trabalhos sobre biblioteca universitária e TEA.....	95
Quadro 8 – Dimensões da Colnfo e biblioteca universitária no contexto do TEA.....	107
Quadro 9 – Trabalhos sobre Biblioteca pública e TEA.....	110
Quadro 10 – Dimensões da Colnfo e biblioteca pública no contexto do TEA.....	117
Quadro 11 – Outras iniciativas para pessoas com TEA.....	118
Quadro 12 – Perfis do Instagram voltados a bibliotecas inclusivas.....	126
Quadro 13 – Barreiras relatadas.....	130

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	60
Figura 2 – Papéis do Bibliotecário Educador.....	84
Figura 3 – Atividades voltadas a estudantes com TEA na biblioteca escolar.....	91
Figura 4 – Iniciativas e recursos necessários em bibliotecas escolares.....	92
Figura 5 – Atividades voltadas a estudantes com TEA na biblioteca universitária.....	106
Figura 6 – Iniciativas e recursos necessários em bibliotecas universitárias.....	106
Figura 7 – Atividades voltadas a pessoas com TEA na biblioteca pública.....	116
Figura 8 – Iniciativas em bibliotecas voltadas a pessoas com TEA.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEL	Universidade Estadual de Londrina
TEA	Transtorno do Espectro Autista
ASD	<i>Autism Spectrum Disorder</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
ACRL	<i>Association of College e Research Libraries</i>
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
CoInfo	Competência em Informação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
CI	Ciência da Informação
ADI	<i>American Documentation Institute</i>
ASIS	<i>American Society for Information Science</i>
CILIP	<i>Chartered Institute of Library and Information Professionals</i>
LILAC	<i>Librarians' Information Literacy Annual Conference</i>
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>
CID	Classificação Internacional de Doenças
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
PL	Projeto de Lei
CIPTEA	Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
PEI	Programa de Educação Individualizada
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Panamericana de Saúde

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PNTA Plano Nacional de Tecnologia Assistiva

CIF Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFC Universidade Federal do Ceará

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

PPP Plano Político Pedagógico

TIC Tecnologia de informação e comunicação

STEAM *Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics*

EUA Estados Unidos da América

PCD Pessoas com Deficiência

ALSC *Association for Library Service to Children*

OSC Organização da Sociedade Civil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	OBJETIVOS.....	24
1.1.1	Objetivo Geral	24
1.1.2	Objetivos Específicos.....	24
1.2	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	24
2	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	26
2.1	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS.....	32
2.2	ASPECTOS DIMENSIONAIS E SOCIAIS DA COINFO.....	38
3	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVE HISTÓRICO	44
3.1	DIAGNÓSTICO E CARACTERÍSTICAS DO TEA.....	48
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À INFORMAÇÃO.....	53
4	BIBLIOTECA INCLUSIVA E ACESSÍVEL	59
4.1	BIBLIOTECA, BIBLIOTECÁRIO E O TEA: RELACIONAMENTOS COM A COINFO.....	68
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	79
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	83
6.1	AÇÕES PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES.....	84
6.2	AÇÕES PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	95
6.3	AÇÕES PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS E DEMAIS CONTEXTOS.....	110

6.4	AÇÕES E PRÁTICAS INCLUSIVAS DE BIBLIOTECAS PARA PESSOAS COM TEA EM PERFIS DO INSTAGRAM.....	126
6.5	BARREIRAS PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES INCLUSIVAS PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS.....	130
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS.....	139
	APÊNDICES.....	155
	APÊNDICE A – Quadro para coleta de dados no Instagram.....	156

1 INTRODUÇÃO

Questões sociais estão diretamente ligadas ao comportamento dos indivíduos e, conseqüentemente, à competência em informação (ColInfo) que cada um desenvolve. A habilidade que um sujeito possui para reconhecer a necessidade de uma informação, saber localizá-la, avaliá-la e fazer uso da mesma descreve uma das definições da ColInfo proposta pela *American Library Association* (ALA, 1989). A partir desta afirmação pode-se inferir que as habilidades informacionais variam de acordo com o contexto e experiências de cada indivíduo e a biblioteca pode contribuir para a transformação social, já que desenvolve, multiplica habilidades e atende aos mais diversos públicos, inclusive pessoas vulneráveis.

As classes menos favorecidas são as mais afetadas em relação à negligência de direitos e informações e dentro dessas classes se encontram as pessoas com deficiência. Neste estudo abordaremos sobre pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O autismo por sua vez, não é considerado uma deficiência e sim uma condição neurológica. Porém, perante a Lei 13.146/15 também se enquadra na respectiva categoria de pessoas com deficiência e são indivíduos que enfrentam inúmeros desafios cotidianos e que dependem ainda de políticas públicas que as amparem, além de iniciativas nos mais variados espaços (Brasil, 2015). No contexto do TEA, é importante considerar ainda, que cada pessoa possui uma particularidade dentro dessa condição neurológica, que abrange inúmeras características e que vão desde as mais imperceptíveis às mais complexas, dando a esse a designação de espectro (Santos; Amorim, 2021).

A biblioteca, nesse sentido, possui um papel importante e fundamental para o progresso da sociedade no que tange a exercer a cidadania, por meio do acolhimento e atendimento à essas pessoas. É na biblioteca que muitos encontram o acesso a informações importantes, e também um espaço que vai além de princípios meramente pedagógicos, mas um lugar que pode promover o sentimento de pertença. Mendes (2015) comenta que é possível a elaboração de estratégias de intervenção que favoreçam a interação e a socialização com

colegas e profissionais, elaborando atividades lúdicas específicas no que se refere ao atendimento de pessoas com TEA.

A biblioteca necessita então ser acessível e inclusiva, e buscar formas de sanar necessidades urgentes, indo além de sua função tecnicista e visando encontrar soluções para uma realidade complexa, a fim de integrar todos os usuários e serviços. Para que isso ocorra, os esforços devem ser voltados inclusive aos recursos humanos, que precisam ter um olhar sensível a tais questões e se adequarem às demandas. Existe uma lacuna que perpassa a capacitação de bibliotecários e profissionais da informação para lidar com pessoas com TEA, assim é primordial que sejam criadas condições para que tais dificuldades sejam superadas e haja o desenvolvimento de novas habilidades para o atendimento desses indivíduos (Diniz, 2016).

E é ante esse contexto que a Colnfo ganha destaque, pois é necessário que haja envolvimento do profissional que está à frente da biblioteca. E requer que ele tome ciência e posicionamento de seu papel, trabalhando em prol do desenvolvimento e da multiplicação de habilidades, defendendo a posição das bibliotecas dentro da sociedade, criando parcerias, liderando e buscando conhecimento. Para isso é preciso que ele exerça um ou mais papéis como bibliotecário educador e multiplicador da Colnfo (ACRL, 2017), atuando dentro das dimensões técnica, estética, ética e política (Vitorino; Piantola, 2009) em prol desse público-alvo.

De modo a contemplar essas questões e fortalecer a luta pelos direitos a uma biblioteca acessível e inclusiva, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) tem criado várias iniciativas voltadas a ampliar os serviços oferecidos para as pessoas com deficiência, instigando bibliotecas de todo o país a promover melhorias na acessibilidade dos espaços e em relação aos conteúdos disponibilizados. Sob a mesma perspectiva, outros eventos promovidos por associações e bibliotecas em contexto nacional e internacional, tem trazido a temática sobre a acessibilidade e inclusão social em bibliotecas.

São reflexões que permeiam o mundo, inclusive em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que apresentam iniciativas para a redução de desigualdades (ONU, 2015).

O acesso à informação e ao conhecimento é direito de todos os indivíduos, isso somado ao atendimento de qualidade que uma biblioteca deve oferecer, são requisitos que estão interligados no contexto de atendimento a pessoas com TEA.

E pensar em uma biblioteca que abrace a diversidade e que inclua pessoas autistas de vários níveis e contextos, exige acessibilidade de dimensões: arquitetônica, atitudinal, instrumental, programática, comunicacional e metodológica. Dentre todas as dimensões apresentadas, a atitudinal, quando apresentada no campo da educação, é a que mais se aproxima da biblioteca. Nesse sentido, precisa propor atividades de sensibilização e conscientização a fim de eliminar preconceitos e estimular a convivência com pessoas que possuem características neuroatípicas¹, para que assim todos possam aprender a conviver e evitar comportamentos discriminatórios (Sasaki, 2009).

Em concordância a essa afirmação, Silva, Cordeiro e Diniz (2022), comentam que, a acessibilidade atitudinal provém do sujeito com empatia à situação alheia, aquele que se permite sentir o sofrimento e restrição que o próximo está a passar, e a partir daí o indivíduo passará a pensar nos demais tipos de acessibilidade e romper com barreiras sociais, arquitetônicas, na comunicação, dentre outras. Essas atribuições fazem parte do papel social do bibliotecário, que deve trabalhar para desenvolver habilidades que não possui e promover a igualdade de direitos dentro da sociedade.

Nessa direção, evidencia-se a relevância das dimensões da Colnfo propostas por Vitorino e Piantola (2009, 2011), técnica, estética, ética e política. A **dimensão técnica**, parte das habilidades em realizar uma ação de forma objetiva e prática, utilizando ferramentas e o próprio conhecimento; a **dimensão estética**, está relacionada à filosofia, percepção e sensibilidade, trata-se de uma dimensão da existência do agir humano, já a **dimensão ética**, visa o bem viver dentro do contexto social, sempre considerando o próximo e a coletividade, e pôr fim a **dimensão política**, que abrange tomadas de decisão, posicionamento político, exercer a cidadania dentre outras atitudes.

¹ O conceito de Neuroatipicidade afirma que diferenças neurológicas são conexões neurológicas atípicas fora dos padrões ideais perpetuados na e pela sociedade, e essas devem ser compreendidas como quaisquer outras particularidades humanas, e não como doenças a serem tratadas e curadas (Bolsoni; Macuch; Bolsoni, 2021).

A ColInfo voltada à dimensão estética, apresenta propostas de ações que valorizam o olhar sensível para com o usuário e considera ainda suas singularidades, aspectos do indivíduo, o desejo pelo aprendizado contínuo, a cognição, a criatividade, a transformação, a imaginação, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a autorreflexão (Vitorino; De Lucca, 2020). Isso precisa ser aplicado ao contexto da biblioteca, que almeja ser acessível e inclusiva, especialmente em relação ao atendimento de pessoas com TEA.

A professora de Biblioteconomia da Universidade do Estado da Califórnia, Dra. Lesley Farmer, publicou um trabalho intitulado *Library Services for Youth with Autism*, em português, Serviços em Bibliotecas para Crianças com Autismo, no qual além de explicar características e desafios educacionais de crianças autistas, também fornece maneiras de criar um ambiente de biblioteca inclusivo que oferece uma rica variedade de recursos e serviços que envolvem essas crianças. E ainda, apresenta dicas para o treinamento de funcionários da biblioteca para o atendimento de pessoas com TEA e familiares. Uma de suas afirmações no que se refere às estratégias sociais, é de que a forma mais eficaz de envolver os estudantes com TEA é conhecer cada criança pessoalmente. É preciso que os bibliotecários também conheçam outras pessoas que trabalhem com esse público e pais de jovens com TEA (Farmer, 2021, tradução nossa).

Desse modo, o problema da presente pesquisa é centrado na seguinte questão norteadora: De que modo a ColInfo pode contribuir na promoção de ações voltadas à biblioteca inclusiva e acessível às pessoas com TEA?

A partir do exposto, compreende-se que é primordial que haja uma investigação das habilidades que são requeridas no atendimento de pessoas com TEA, que no contexto das bibliotecas, se voltam inicialmente para aspectos sensíveis do bibliotecário para com o usuário. Para além disso, as políticas públicas que asseguram o direito ao acesso à informação e visam à promoção de iniciativas em prol de pessoas com deficiência, colocam a biblioteca como um equipamento fortalecedor à causa, que pode e deve trabalhar a fim de promover a conquista desses direitos.

Vale ressaltar que a própria Organização das Nações Unidas (ONU), dentre seus ODS apresenta o ODS 16, que visa a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando o

acesso à justiça para todos e a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, bem como, assegurar o acesso à informação, e também o ODS 10 que busca reduzir as desigualdades (ONU, 2015). Sob essa perspectiva, o estudo sobre ações em bibliotecas para pessoas autistas se enquadra como uma justificativa social em todos os aspectos. Outras Leis, que serão abordadas adiante, também dispõem de questões que visam promover os direitos de pessoas com TEA, em que a biblioteca pode ser elemento principal na promoção desses direitos.

Em relação à ColInfo, a mesma se refere ao aprendizado ao longo da vida, ao aprender a aprender, se constituindo como um direito humano básico, que desenvolve a prosperidade e liberdade e cria condições plenas de inclusão cultural e social (Belluzzo, 2017). É a partir dessas afirmações que se infere que o bibliotecário possui atributos para promover ações em bibliotecas, que visem a inclusão e a acessibilidade e, ainda que não tenha determinadas habilidades, pode desenvolvê-las por meio do processo da ColInfo.

Embora os estudos voltados às bibliotecas inclusivas e acessíveis tenham aumentado significativamente nos últimos tempos, ainda existem poucas pesquisas voltadas à biblioteca e pessoas com TEA. Essa condição continua estigmatizada e é vista como peculiar por muitos, por esta razão, sua relação com a biblioteca deve ser ampliada cada vez mais, para que assim possa haver subsídios para o fomento de mais ações em benefício dessas pessoas. A condição do TEA, envolve aspectos delicados e vulnerabilidades que não somente os indivíduos que possuem essa condição enfrentam, mas também, seus cuidadores e familiares. Essas pessoas por sua vez, são públicos que vem ao encontro da vertente social da ColInfo, explicitada em diversos manifestos e documentos, como a Declaração de Alexandria (2005), o Manifesto de Florianópolis (2013), dentre outros.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), possui uma seção denominada Library Services to People with Special Needs Section² que se dedica à discussão de ideias e troca de experiências, assim como o desenvolvimento de ferramentas que visem aprimorar os serviços

²*Library Services to People with Special Needs Section* (IFLA). Disponível em: <https://www.ifla.org/units/lisn/#:~:text=The%20Section%20for%20Library%20Services,the%20prmotion%20of%20national%20and>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ofertados por bibliotecas para pessoas com necessidades especiais, o que demonstra a urgência em se ampliar estudos que abarquem a investigação de ações em prol do público-alvo dessa pesquisa.

Os desafios na promoção de ações para pessoas com TEA não abrangem somente as bibliotecas, mas também estão presentes em outros espaços do cotidiano dessas pessoas, porém a biblioteca por estar inserida dentro da escola, muitas vezes pode ser um dos primeiros lugares de convívio social. É importante considerar aspectos cotidianos e comportamentais que variam conforme o grau do autismo de cada indivíduo e que serão caracterizados adiante na seção 3, sobre Transtorno do Espectro Autista.

Em relação às contribuições desta pesquisa para a Ciência da Informação (CI), é possível partir da perspectiva do paradigma social, no qual problematiza aspectos de definição de critérios de qualidade e valor da informação, de como é construída socialmente, e as necessidades informacionais que um indivíduo possui, bem como sua subjetividade (Araújo, 2010). São questões que abarcam as necessidades informacionais de pessoas com TEA, seus cuidadores e familiares, pois perpassam por fatores culturais, políticos, sociais e econômicos.

Este estudo é relevante ainda, pois salienta o papel da CI na dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia (Saracevic, 1996), essas pessoas necessitam ser incluídas socialmente, e todo esse trabalho contribui para uma evolução, ainda que quase imperceptível de comportamentos dentro da sociedade. O acolhimento de pessoas com TEA necessita ser trabalhado não somente como uma forma subjetiva de cada pessoa, as quais atribuem a sua índole e caráter determinados comportamentos, mas também, como uma forma de promover o exercício à cidadania, e estar embasados em estudos que comprovem cientificamente que o desenvolvimento e a multiplicação de habilidades são possíveis em todos os sujeitos. Nessa direção, podemos destacar também as possíveis contribuições científicas desta pesquisa, uma vez que os resultados tendem a trazer subsídios para ampliar a perspectiva conceitual e dimensional da Colnfo.

A informação é o principal objeto de estudo da CI, e norteia também esta pesquisa, com o intuito de que possamos compreender melhor suas relações

com os indivíduos, em contextos não muito habituais à maioria das pessoas, como é o caso dos autistas. A biblioteca, por sua vez, pode e deve exercer o papel social e inclusivo por meio das pessoas que estão à sua frente, como bibliotecários e demais profissionais. O combate à desinformação e à desigualdade se enquadra em papéis sociais que a CI exerce, sabendo-se que a informação reduz incertezas e a partir de sua interpretação e criação de sentido, possibilita a transformação de realidades (Gomes, 2019).

A partir do exposto, pode-se afirmar que este estudo visa contribuir com a linha de pesquisa “Compartilhamento da Informação e do Conhecimento” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL), tendo em vista que analisa habilidades de bibliotecários para a realização de ações em seus espaços de atuação, principais protagonistas por compartilhar informações e multiplicar habilidades em processos de formação de sujeitos. Colabora ainda para estudos e reflexões no grupo de pesquisa “Informação e Cognição”, o qual a autora deste estudo é membro.

Trazer à luz estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista dentro da Ciência da Informação, a partir de seu relacionamento com a ColInfo se faz de grande valia, pois não existe prática sem fundamentos e tão pouco estudos que não sejam norteados por necessidades identificadas e, ou comportamentos da humanidade. Enfermidades, condições neurológicas e demais questões tem assolado o mundo todo, e a urgência em se ter pessoas flexíveis em seus campos de atuação profissional, que sejam capazes de lidar com todo o tipo de adversidades se tornou cada vez mais crescente. Sem exceções, a CI assim como as demais áreas do conhecimento, precisa repensar suas práticas, de acordo com os acontecimentos e a evolução da sociedade. Araújo (2018) já comentava que embora a CI mantenha propostas de estudos fiéis a sua criação, ela constrói serviços e produtos a partir das necessidades voltadas às relações humanas.

Lacunas informacionais, informações falsas e a falta de instrução contribuem diretamente para uma abordagem equivocada sobre o TEA, e sob essa ótica, a contribuição social do presente estudo se interliga à ColInfo. Sob esse prisma, saber buscar, avaliar e utilizar informações que supram essas

necessidades informacionais dentro do contexto apresentado, aproxima a biblioteca de seus interagentes, fortalece a diversidade na convivência entre pessoas com as mais variadas características e caminha para uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

A partir das ações que uma biblioteca executa, além das habilidades informacionais e comunicacionais que a equipe desenvolve, ocorre a multiplicação dessas habilidades de forma natural para com aqueles de convívio cotidiano. Miranda (2020, p. 137) comenta sobre o bibliotecário multiplicador, que é considerado um eterno-aprendiz, pois busca novos aprendizados, sendo “[...] uma característica extremamente relevante para o desenvolvimento de ações de multiplicação da competência em informação”. Ou seja, uma biblioteca inclusiva e acessível pode promover habilidades em um grupo ou comunidade, a partir de iniciativas voltadas aos autistas, de modo que essas pessoas passarão a ter um olhar não somente mais sensível, mas também provido de informações advindas de fontes seguras, e que realmente tenham o objetivo de minimizar diferenças.

As ações de multiplicação dessas habilidades podem se concretizar em iniciativas que serão replicadas posteriormente, em informações que terão efeitos impactantes para pessoas que desconhecem totalmente esse universo que é a convivência com pessoas com TEA. A biblioteca e o bibliotecário, ao trazerem informações importantes e o acolhimento como base de estudo e prática, fomentarão mudanças sociais dentro e fora de seus espaços de atuação. Uma vez que essas iniciativas, suscitarão novas ações, que dependerão de habilidades informacionais e essas serão multiplicadas.

Vale ressaltar ainda, que não somente o bibliotecário é multiplicador de habilidades, mas também outros profissionais que desempenhem esse papel. E, se tratando de um assunto que não advém da área da Ciência da Informação, como é o caso do TEA, parcerias e ações multidisciplinares serão fundamentais, para que todos os aspectos de uma ação possam contemplar os usuários de forma satisfatória. Um multiplicador da ColInfo, precisa saber reconhecer a diversidade, respeitar questões de gênero, cultura, raça, entre outros, e deve saber estabelecer relações entre conteúdos de ensino e suas aplicações,

sempre voltados à melhoria da sociedade (Bertúlio, 2012; Miranda, 2020; Okada; Alcará, 2021).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição da ColInfo para a construção de bibliotecas inclusivas e acessíveis, voltadas ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

1.1.2 Objetivos específicos

- Verificar as ações/iniciativas das bibliotecas para a inclusão de pessoas com TEA;
- Identificar habilidades requeridas ao trabalho com inclusão de pessoas com TEA nas bibliotecas;
- Averiguar a relação entre as habilidades necessárias às práticas inclusivas para pessoas com TEA e os papéis do bibliotecário educador e multiplicador da ColInfo;
- Estabelecer relações entre as ações e práticas inclusivas para pessoas com TEA com as dimensões da ColInfo.

1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa está estruturada em seções que tratarão, respectivamente, da introdução e contextualização da temática. A seção seguinte, aborda a Ciência da Informação e a ColInfo, em seus aspectos históricos, conceituais e seus relacionamentos, e além dos conceitos, apresenta as dimensões da ColInfo. A terceira seção está voltada ao Transtorno do Espectro Autista, a partir de um breve histórico, perpassando por suas características, diagnósticos e os direitos das pessoas com essa condição, que envolvem políticas públicas e o acesso à informação. Na sequência, trata-se das bibliotecas inclusivas e acessíveis, suas características, definições e seu papel social; é abordado ainda o relacionamento da biblioteca e do bibliotecário com a ColInfo dentro desse contexto, bem como

o atendimento a pessoas com TEA e possíveis ações. Adiante, a quinta seção apresenta os procedimentos metodológicos da presente pesquisa, explicitando o tipo e abordagem da pesquisa, dentre outras informações relacionadas. E na sequência, estão os resultados e sua discussão, seguidos das considerações finais deste estudo.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Conceituar a CI é uma tarefa complexa, especialmente por ser a informação o seu principal objeto de estudo, uma vez que a definição de informação pode variar conforme o contexto e área na qual o termo é utilizado. Dicionários apresentam o significado de informação como um conjunto de conhecimento ou dados sobre determinado assunto; comunicado; notícia, dentre outros resultados similares (Aurélio; Michaelis, 2022). Sob a perspectiva da CI, existe uma dissociação dos termos dado, informação e conhecimento, uma vez que dados são registros quantitativos ou qualitativos sobre determinado assunto e que após organização e análise adequada torna-se informação, enquanto o conhecimento abrange processos de aprendizado, reflexões, informações sobre a mente humana dentre outras questões conforme apresenta o estudo de Valentim (2002).

Já Wilden (2001, p. 11) trouxe a seguinte definição pela *Enciclopédia Einaudi* de que “[...] A informação apresenta-se em estruturas, formas, modelos, figuras e configurações, em ideias, ideais, ídolos; em índices, imagens e ícones; no comércio e na mercadoria; em continuidade e descontinuidade; em sinais, signos, significantes [...]”. Assim, nota-se que a informação está no cerne da sociedade, bem como seus processos de organização, acesso, disseminação e apropriação. Para além do aprofundamento em questões sobre o termo informação, é preciso compreender que, “O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas.” (Araújo, 2010, p. 97)

É importante compreender que a informação em determinado período, foi o objeto de estudo de muitos pesquisadores relacionados às tecnologias computacionais, fato que corroborou para que a CI tivesse suas origens focadas na tecnologia. Contudo, a tecnologia somente não é suficiente para abordar questões voltadas à informação, o que negligência inclusive estudos relacionados à documentação que delimitaram o caminho para a “criação” do conceito da CI.

Paul Otlet em seus estudos já apresentava a importância da documentação, na qual atribuiu ao documento significados como a totalidade

de artefatos humanos registrados de diversas formas e em diversos suportes como: fotografias, esculturas, pinturas, livros, entre outros. Suas afirmações contribuíram significativamente para o surgimento do conceito de Informação e para fundamentar estudos relacionados à organização do conhecimento. Otlet e Henri de La Fontaine desejavam organizar uma bibliografia universal com registros de todos os documentos indexados no mundo, como uma espécie de biblioteca de referência e não somente um simples acervo (Santos, 2007).

Ainda em relação à informação, Michael Buckland (1991) defende, em seu artigo *Information as Thing*, a informação com três significados, quais sejam: informação como processo, quando alguém é informado sobre algo; informação como conhecimento, ou seja, o que é percebido no processo de informar, referente à algum fato que “gera” conhecimento; e informação como coisa, significado atribuído à dados, objetos, documentos etc.

Rayward (1997) comenta que, o termo informação muitas vezes acaba por substituir o fenômeno abstrato e os processos profissionais e técnicos discutidos por Otlet. Ou seja, muitos aspectos das origens da CI estavam contidos ou se tornaram uma extensão do que entendemos por documentação (Carvalho; Crippa, 2013). O que reafirma a relevância da Documentação como ponto precursor para o surgimento da CI.

Além da Documentação, a Biblioteconomia foi outro fator que contribuiu para delimitar o surgimento da CI. Com a distinção de bibliotecários que se voltavam ao atendimento ao público em geral nas bibliotecas e bibliotecários que se preocupavam mais com o atendimento a cientistas com vistas ao incremento dos procedimentos e serviços de tratamento técnicos dos documentos. Houve então a criação do *American Documentation Institute (ADI)* em 1935, que acolheu os bibliotecários que saíram da *American Library Association (ALA)*, eram esses profissionais mais voltados à segunda tendência. Mais tarde em 1968 o ADI mudou seu nome para *American Society for Information Science (ASIS)*, a primeira associação de Ciência da Informação do mundo (Araújo, 2018).

Outros acontecimentos semelhantes também evidenciaram a incompatibilidade de perfis entre os profissionais, surgiam então cada vez mais bibliotecários especializados que se dedicavam mais a investigar características

das produções dos cientistas. Deste modo, os currículos de cursos de Biblioteconomia também sofreram alterações, e neles passaram a ser introduzidos conteúdos da Documentação, dando origem aos conteúdos de CI. Segundo Araújo (2018, p. 14), Robert Taylor em 1962, defendeu a ideia de que “[...] as atividades e cursos desenvolvidos já não podiam mais ser identificados como sendo de Biblioteconomia”, e assim, liderou a mudança do nome da faculdade de *Syracuse University*, para *Syracuse School of Information Studies*.

A Documentação e a Biblioteconomia foram alguns dos fatos que ocorreram e se tornaram fundamentais para a compreensão do surgimento da CI. Junto a isso, ocorreu por volta da década de 1920 o surgimento de alguns estudiosos de diversas áreas do conhecimento que se designaram como cientistas da informação por se dedicarem à produção de conteúdo informativo e disseminar a informação para seus pares, foi então o início da “comunicação da informação científica”. O estudo das métricas, de citações, relatórios, livros, dos diversos registros produzidos pelos próprios cientistas.

Este foi mais um fator que se uniu ao desenvolvimento tecnológico e que abriu portas para as possibilidades de acesso, armazenamento, uso e compartilhamento da informação desprendida de um suporte físico, transformada em dados, em códigos. E que fariam sentido se relacionadas ao desenvolvimento dos computadores, mais tarde. Algo que atualmente parece ser corriqueiro ao nosso cotidiano, mas que para a época foi revolucionário.

A CI surge então influenciada por todos os fatores antecedentes já mencionados, mas especialmente preocupada com o gerenciamento da informação no período pós-guerra, nos Estados Unidos. Com o grande fluxo de informações técnico-científicas produzida durante esta época, Vannevar Bush, consagrado cientista do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, publicou um artigo intitulado *As we may think* (1945), no qual abordou dois aspectos fundamentais: como conhecer e como controlar todo o conhecimento produzido durante a Segunda Guerra Mundial. Bush, considerou gerenciar o conteúdo informacional por meio da tecnologia da informação e assim, propôs a construção do Memex, máquina baseada no processo de associação de ideias e na duplicação artificial dos processos mentais (Gonçalves, 2013).

Assim, a CI apresenta diversas definições desde os anos 60, quando a expressão *Information Science* foi usada pela primeira vez, mais precisamente em 1959, como designação do estudo do conhecimento registrado e da transferência, conforme Hans Wellisch afirmou. Enquanto Anthony Debons, indicou ter sido em 1962, no *Second International Congress on Information System Sciences* (Silva; Ribeiro, 2008).

Uma das definições mais consensuais foi a proposta por Harold Borko em 1968, definição esta que inicialmente surgiu de conferências do *Georgia Institute of Technology* entre 1961 e 1962 com Taylor, e que mais tarde Borko acrescentou alguns pontos que considerou relevante e publicou em um clássico artigo intitulado *Information Science: What is it?*

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, os meios de processamento da informação, visando a otimização do acesso e uso. A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a investigação, as representações da informação em ambos os sistemas, tanto naturais quanto artificiais, o uso de códigos para uma transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Lingüística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes. Têm ambos os componentes, de ciência pura visto que investiga seu objeto sem considerar sua aplicação, e um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve serviços e produtos (Borko, 1968, p. 3, tradução nossa).

As discussões acerca da CI formam e dividem opiniões até os tempos atuais. Acompanhando o desenvolvimento da área, Capurro (2003), formulou a ideia de que a CI se originou a partir de três paradigmas: o físico, o cognitivo e o social, focando-se na epistemologia.

O paradigma físico, construído a partir da teoria matemática da comunicação proposta por Shannon e Weaver, afirma ser a informação um objeto físico que é transmitido de um emissor a um receptor. Tal visão desconsidera o papel ativo do indivíduo (sujeito cognoscente) no processo informativo e comunicativo, o que ocasionou justamente a insatisfação por parte

dos cientistas da informação, direcionando a um outro paradigma, o cognitivo (Araújo, 2018).

O paradigma cognitivo apresenta uma visão focada no sujeito individual, o qual emergiu nos anos 1970 e apresenta a informação como aquela que muda ou afeta o estado da mente (Saracevic, 1999). Uma teoria inspirada no filósofo Karl Popper, relacionando informação a conhecimento, uma vez que se alteram as estruturas do conhecimento de um indivíduo quando em contato com dados ou documentos, resultado da assimilação, interpretação, dos processos de aquisição do conhecimento pelo sujeito (Capurro, 2003).

Por fim, o paradigma social surge ante a crítica ao modelo anterior, que reduz o indivíduo como ser isolado da realidade, cercado por uma dimensão cognitiva. Desconsiderando fatores internos e externos que se relacionam com o contexto e questões que envolvem a interação humana e condições sociais. Capurro (2003, p. 8), defende a perspectiva de Birger Hjørland, quando crítica o paradigma cognitivo e afirma que “Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo”.

Tais paradigmas apresentam a evolução do campo da CI em relação às necessidades informacionais dos sujeitos, junto às mudanças no perfil dos cientistas que buscaram compreender melhor os processos para preencher as lacunas existentes de acordo com cada indivíduo e contexto. Contudo, os três paradigmas contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da CI, o paradigma físico atuou na configuração da área como disciplina, o cognitivo assegurou mudanças nas questões que se referiam aos indivíduos e o social, por sua vez, considerou a subjetividade nos processos informacionais ao apontar críticas aos modelos anteriores. Assim, nenhum modelo surge para substituir o anterior, mas para que haja uma complementação mútua.

A partir do exposto, pode-se observar que o papel social da CI toma forma na contemporaneidade, e segue em seus mais variados sentidos em suas subáreas. A CI está inserida então, no campo das Ciências Sociais Aplicadas, o que a relaciona com aspectos sociais das mais diversas realidades humanas. Saracevic (1996) já comentava sobre o quanto a CI é importante na evolução da

sociedade da informação, enfatizando seu papel na dimensão social e humana que ultrapassa a tecnologia.

E é ante a responsabilidade social da CI, que necessitamos refletir sobre algumas práticas, especialmente no que diz respeito a promover o acesso à informação. Neste sentido, Gomes (2019, p. 19) salienta que, “[...] a informação é elemento que, interpretado e significado, torna possível a compreensão da realidade e das possibilidades de transformação desta”. Portanto, disponibilizar a informação aos que mais necessitam, é parte fundamental da CI. Objetivo que promove o desenvolvimento do indivíduo, de seus grupos e da sociedade em geral.

Assim, é preciso concordar com Araújo (2018, p. 7) quando afirma que,

A Ciência da Informação que se faz, hoje, é muito diferente daquela de cinco décadas atrás. Ainda que propostas de estudo parecidas com aquela de sua época fundacional permaneçam, elas coexistem com diversas outras maneiras de se estudar a informação, sobretudo (mas não só) porque o desenvolvimento das tecnologias solucionou uma série de problemas, mas trouxe muitos outros, relativos às questões humanas (sociais, culturais, políticas, econômicas, jurídicas) de como nós, seres humanos, no século XXI, produzimos, fazemos circular, disseminamos, organizamos, preservamos, usamos e nos apropriamos dos registros de conhecimento produzidos, bem como intervimos, criando instituições, serviços e produtos, nos fluxos informacionais.

Deste modo, é possível considerar que a informação é parte essencial da vida cotidiana dos indivíduos, porém, o acesso é somente o início de um processo, “As pessoas também precisam de conhecimentos e habilidades para adotar atitudes para encontrar, avaliar e usar essas informações, um conjunto de capacidades comumente referido como competência em informação” (Belluzzo, 2020, p. 2). Nesse sentido, a próxima seção traz uma síntese em relação aos aspectos históricos e conceituais da ColInfo.

2.1 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

A competência em informação, ou *Information Literacy*, termo trazido por Paul Zurkowski (1974), surgiu a partir do documento *The Information Service Environment: Relationships and Priorities*. No qual ele descreve serviços e produtos de instituições privadas junto às bibliotecas. Zurkowski (1974), apresenta a ColInfo como um conjunto de técnicas e habilidades para a utilização

de recursos informacionais para solução de problemas, atribuindo as habilidades de um indivíduo, requisitos para atender as necessidades de informação em seus mais diversos contextos.

A *American Library Association* (1989) definiu a ColInfo como um conjunto de habilidades que torna um indivíduo capaz de reconhecer quando uma informação é necessária, e seja também capaz de localizar, avaliar e utilizar a mesma de forma eficaz. Afirmando, assim, que a ColInfo se relaciona como uma prática necessária para que as pessoas se tornem ativas em suas comunidades. Já em 2016 o *Framework* criado pela ALA junto à sua divisão *Association of College e Research Libraries* (ACRL) atualiza a perspectiva da ColInfo e traz um novo conceito para a ColInfo como, “[...] conjunto de habilidades integradas que englobam a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética nas comunidades de aprendizagem” (ACRL, 2016, p. 3).

No contexto da Ciência da Informação, a ColInfo se concentra no acesso efetivo e na operacionalização da informação pelo indivíduo, o que tem levado a discussões sobre seu conceito na sociedade contemporânea. As opiniões de estudiosos se dividem entre os que defendem a ColInfo como um aprendizado baseado em habilidades, como no caso das habilidades informacionais exigidas no processo de busca e uso de informações. E aqueles que acreditam ser essa um catalisador para a aprendizagem, ou seja, um fator que impacta os processos de pesquisa e pensamento crítico, compreendidos por diferentes profissionais da informação e educadores (Belluzzo, 2020).

Ainda segundo Belluzzo (2018), os precursores da ColInfo no Brasil foram estudiosos que se dedicaram às pesquisas relacionadas à temática, como: Caregnato; Belluzzo; Dudziak; Campello e Hatschbach. No Brasil, Caregnato (2000) mencionou o termo *information literacy* pela primeira vez, e o traduziu como “alfabetização informacional”. Ela defendia a expansão do conceito de educação de usuários, enfatizando que era necessário que as bibliotecas universitárias se preparassem para promover o desenvolvimento de habilidades nos estudantes, para que pudessem interagir no ambiente digital.

Hatschbach (2002) surge como precursora em sua dissertação de mestrado, uma vez que também enfoca o termo *information literacy* no contexto digital, conforme o termo no original (Vitorino; Piantola, 2020). Dudziak (2003), em seus estudos, apresenta a evolução da *information literacy* entre as décadas de 1970 a 1990, a autora relaciona a ColInfo com o processo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessários para se compreender o universo informacional, que proporciona o aprendizado ao longo da vida.

Campello (2003), outra precursora da ColInfo, apresenta uma perspectiva ante a biblioteca escolar e seu papel educativo, na qual traça um percurso histórico sobre a ColInfo, e que em consonância a essa afirmação pode ser visualizado no quadro 1, elaborado a partir dos estudos de Vitorino e Piantola (2020).

Quadro 1 - Panorama histórico da ColInfo e relações com a biblioteca escolar

Década	Acontecimento
Até 1950	As bibliotecas escolares eram somente um local para estudos, os bibliotecários realizavam somente o serviço de referência.
1950	Educação de usuários, 'abordagem da fonte' (Kuhlthau, 1987)
1960	Diretrizes para bibliotecas escolares da <i>American Association of School Librarians</i> , 'abordagem guia', foco na coleção, mas ligando o uso dos materiais da biblioteca conforme a relação com as disciplinas do currículo. (Kuhlthau, 1987; Campello, 2003)
1970	<ul style="list-style-type: none"> ● Participação do bibliotecário no planejamento escolar; ● A evolução informacional e tecnológica estaria por influenciar o trabalho do bibliotecário frente às novas perspectivas escolares; ● Surgimento do termo <i>Information Literacy</i> trazido por Zurkowski, sugerindo ao governo americano a formação de sujeitos competentes no uso da informação, com melhores condições de tomar decisões relativas à sua responsabilidade social.
1980	<ul style="list-style-type: none"> ● <i>Information Power: Guideline for School Libraries Media Programs</i> (1988), criado por <i>American Association of School Librarians</i> (AASL) e pela <i>Association for Educational Communication and Technology</i> (AECT) e editado pela <i>American Library Association</i> (ALA) em parceria com a AECT. Com novas diretrizes que enfatizam a função pedagógica do bibliotecário, voltado ao ensino não apenas para localizar e recuperar a informação, mas no desenvolvimento de habilidades de pensar criticamente, ler, ouvir e ver, ensinar a aprender; ● Utilização de fontes tecnológicas de informação no aprendizado "aprendizagem baseada em recursos"; ● Aumento de publicações explicitando o papel da biblioteca para formar a comunidade de aprendizagem; ● Criação do <i>Libraries and the Learning Society: Papers in Response to A Nation at Risk</i> pela ALA, mostrando a contribuição que a biblioteca escolar poderia oferecer para uma educação que ensinasse o estudante a aprender a aprender e desenvolvesse habilidades informacionais de busca e uso.

1990	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Information Power: Building Partnerships for Learning</i>, nova versão criado para apresentar um conjunto de recomendações para desenvolver ColInfo desde a fase da educação infantil até o ensino médio, tendo o bibliotecário como líder na implementação do conceito de ColInfo no ambiente escolar. Considerado o documento que concretiza a assimilação do conceito de ColInfo pela classe bibliotecária; • Início de movimentos para a implantação de programas e o desenvolvimento de pesquisas em torno da ColInfo em diversos países.
------	--

Fonte: Construído a partir de Vitorino e Piantola (2020, p. 62-65).

Os acontecimentos apresentados no quadro 1 representam alguns marcos importantes dentro da ColInfo, que impactaram não somente no contexto da biblioteca escolar, mas na sociedade como um todo. Fatores que elucidam a constante busca pela responsabilidade social que permeia além dos caminhos da ColInfo e suas práticas, todo o relacionamento com a Ciência da Informação, uma vez que ambos os movimentos surgiram ante a sobrecarga informacional.

De mesmo modo, a CI se desenvolve a partir do desenvolvimento de suas subáreas, visto que a ColInfo é um campo dentro da Ciência da Informação, que surge no contexto do paradigma cognitivo, em um momento em que a Ciência da Informação já se relacionava com as Ciências Sociais, e conforme infere-se a partir das datas de acontecimentos descritas. Miranda (2020, p. 34) elaborou uma linha do tempo, na qual realiza um paralelo entre o desenvolvimento da ColInfo e os paradigmas da Ciência da Informação e afirma que “[...] os estudos da ColInfo evoluíram de perspectivas cognitivistas, segundo as quais o domínio de tecnologias e conhecimentos para solucionar problemas nos ambientes de trabalho, era a questão chave em torno da competência.”

Outro ponto importante a ressaltar, é que, embora a ColInfo tenha surgido durante a emergência do paradigma cognitivo, ela carrega ainda características do paradigma tradicional. O que não significa ser um ponto negativo, pois como já mencionado por Araújo (2018), os paradigmas são complementares uns aos outros e não surgem para se substituírem.

Assim é possível observar que junto às mudanças dos paradigmas da CI, com o surgimento da ColInfo, emergem também mudanças no que diz respeito ao olhar que se volta a toda a subjetividade dos indivíduos nos processos informacionais. Partindo do paradigma social da Ciência da Informação, questões da ColInfo são evidenciadas em manifestos, declarações e *frameworks*, publicados no Brasil e no mundo, quando apontam a urgência de

ações que promovam o desenvolvimento de habilidades especialmente em públicos em situação de vulnerabilidade social e minorias (Carta de Marília, 2014; Declaração de Alexandria, 2005; Manifesto de Florianópolis, 2013; Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018).

Ao se ter em mente sobre as habilidades para acessar e empregar a informação de forma adequada, a Colnfo é essencial na construção de uma sociedade livre e democrática, na qual as pessoas são capazes de realizar escolhas mais conscientes (Vitorino; De Lucca, 2020). Nessa mesma perspectiva, a Declaração de Alexandria (2005), aborda o aprendizado ao longo da vida, quando se refere à capacitação de pessoas para buscar, avaliar, usar e criar informações para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. E assim é considerada um direito básico de todo cidadão, uma vez que trabalha na promoção da inclusão social.

Indivíduos munidos de habilidades que possam utilizá-las para superar seus desafios cotidianos passam a ter mais oportunidades, especialmente no que se refere àqueles com algum tipo de vulnerabilidade social, de modo que têm a chance de minimizar desigualdades e reverter desvantagens. O documento menciona ainda que é necessário que haja “[...] programas para incrementar as capacidades de empregabilidade e empreendedorismo das mulheres e dos menos favorecidos, incluindo imigrantes, sub-empregados e desempregados (Declaração de Alexandria, 2005, p. 2)”. Nota-se a partir desta afirmação, a defesa que a Colnfo adota em relação a determinados públicos tidos como “minorias”, na qual valoriza a informação como forma de empoderamento social.

Segundo Silva (2017, p. 156) a Proclamação de Alexandria “[...] foi um alerta para que se pudesse compreender o indivíduo holisticamente, em sua inteireza, desde as necessidades mais básicas e íntimas (saúde e serviços, por exemplo), às suas necessidades coletivas e sociais (como economia, cidadania e educação)”. Tais aspectos foram salientados, para demonstrar a urgência em se promover ações em prol do desenvolvimento de habilidades, por meio de programas educacionais direcionados a profissionais da informação e bibliotecários e a inclusão da Colnfo nos currículos de educação básica e continuada (Dudziak; Ferreira; Ferrari, 2017).

A ColInfo é parte do ser humano e requer olhares que possam potencializá-la de acordo com as necessidades individuais e contextuais que permeiam cada sujeito. No âmbito social, existe uma urgência em relação à inclusão social, pois envolve questões de acesso, e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia. São pontos importantes que vêm sendo discutidos há anos, para que novas políticas públicas possam amparar aqueles que estão em alguma situação de desfavorecimento social.

Conforme já mencionado, o Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as Populações Vulneráveis e Minorias (2013), reconhece a responsabilidade do bibliotecário ante a sociedade e para com o futuro da Nação, no que tange a promover ações e suscitar reflexões em prol do desenvolvimento da ColInfo, que é tido como um direito de todo indivíduo. Além de ações recomendadas, o Manifesto apresenta uma série de responsabilidades dos profissionais; de órgãos representativos da classe; de instituições públicas e privadas, que visam alcançar esse objetivo. Para os profissionais foram elencadas as seguintes responsabilidades:

- Transformação e promoção da mudança.
- Sensibilização e conscientização (local e pública) dos pares para a importância da Competência em Informação.
- Inserção do desenvolvimento da Competência em Informação em sua formação de forma transversal e institucionalizada.
- Avaliação da qualidade da informação e disseminação em qualquer contexto.
- Educação/capacitação dos usuários para o acesso, avaliação e uso da informação.
- Atuação no combate à contra informação e sensibilização dos governos para a ética no acesso e disponibilização da informação.
- Desenvolvimento da dimensão política em si e nas comunidades e promoção do equilíbrio da dimensão técnica com as demais dimensões da Competência em Informação.
- Promoção da diversidade de conteúdos ideológicos visando a propiciar a Competência em Informação nos cidadãos (análise e crítica).
- Monitoramento das informações públicas.
- Posicionamento perante a legislação da classe e sua inter-relação com a Competência em Informação (Manifesto de Florianópolis, 2013, p. 1-2).

Tais atribuições vão ao encontro à missão social que os profissionais da informação devem cumprir, almejando exercer seu papel social dentro da sociedade de forma significativa e benéfica. É necessário, entretanto, aprofundar alguns conceitos que tratarão de práticas voltadas ao desenvolvimento de habilidades nos indivíduos. No qual serão apresentados relacionamentos ainda

mais expressivos no que corresponde ao paradigma social da CI, e ações da ColInfo em prol dos interagentes, sempre considerando suas subjetividades.

No âmbito internacional, o grupo de ColInfo do *Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP)*, em português, Instituto Credenciado de Bibliotecários e Profissionais da Informação do Reino Unido, lançou na Conferência britânica, *Librarians Information Literacy Annual Conference (LILAC)* em 2018, uma redefinição da ColInfo e reforçou sua relevância na era atual como sendo “[...] a capacidade de pensar criticamente e fazer julgamentos equilibrados sobre qualquer informação que encontramos e usamos. Isso nos capacita, como cidadãos, a desenvolver visões informadas e a nos envolver totalmente com a sociedade.” (CILIP, 2018, p. 3, tradução nossa). Nesse sentido, é importante que sejam apresentados diferentes ângulos, que possam ampliar a visão e o entendimento sobre a ColInfo e sua abrangência em relação à tratativa da informação dentro da sociedade, para isso serão apresentadas a seguir, as dimensões da ColInfo.

2.2 ASPECTOS DIMENSIONAIS E SOCIAIS DA COINFO

Permeando esse prisma complexo, e tendo em vista que a conceituação da ColInfo não está relacionada somente à maturidade do indivíduo em saber lidar de forma responsável com a informação, Vitorino e Piantola (2009, 2011) se basearam em Rios (2006) e atribuíram dimensões à ColInfo. Uma vez que os processos para o desenvolvimento de habilidades informacionais são influenciados por relações sociais, físicas e textuais, que demandam práticas e atestam a variedade de fontes dentro de determinados contextos (Vitorino; Piantola, 2009). Com base nessas afirmações, novos conceitos foram reformulados e deu-se origem às dimensões: técnica, estética, ética e política da ColInfo.

A **dimensão técnica** abrange habilidades que um sujeito possui, referindo-se a uma atividade proeminentemente prática, objetiva e que se revela na própria ação cotidiana (Vitorino; De Lucca, 2020). Requer experiência e está muito além de habilidades que um indivíduo possui para agir apenas no “modo operacional”, o qual exerce e replica seus conhecimentos automaticamente sem

critério algum, pois também abrange capacidades complexas e exige criticidade, organização e compartilhamento de habilidades

Essa dimensão está associada às ações de acesso, busca e uso da informação, se caracterizando pela utilização de ferramentas, capacidades individuais e domínio tecnológico para a resolução de um problema informacional (Oliveira, 2014). Estar apto a utilizar recursos tecnológicos e acessar com eficiência informações, seja no âmbito físico ou digital, para determinado fim, construindo estratégias e visando evoluir nesses processos, são atribuições diretamente ligadas à dimensão técnica da ColInfo.

Os primeiros conceitos da ColInfo estão relacionados às habilidades tecnicistas dos profissionais, fator referente à dimensão técnica que possui um viés pragmático. Pode-se referir à dimensão técnica ações como: buscar recursos e fontes de informação, avaliar tal conteúdo com criticidade, considerando sua fidedignidade, credibilidade, confiabilidade e autenticidade; utilizar a informação para sanar dúvidas, verificar a necessidade de comunicação da informação de forma responsável em seus espaços de vivência, mídias sociais, dentre outros (Mata; Grigoletto; Lousada, 2020). São ações que ganharam espaço, especialmente frente ao distanciamento³ social, no qual todo o planeta se tornou dependente de meios digitais para as mais diversas finalidades.

Capacitações, modalidades de teletrabalho, aulas on-line e inúmeros outros exemplos de situações puderam explicitar a necessidade de se ter pessoas com habilidades informacionais cada vez mais desenvolvidas. A ColInfo esteve no cerne de todos os processos que envolveram o manuseio de ferramentas, aplicativos e dispositivos digitais, e a dimensão técnica foi protagonista dentro desses espaços, constatando a afirmação de Soares e Campello (2013), ao salientarem a necessidade de competências do bibliotecário, para a melhoria de seu desempenho quanto ao papel exercido na sociedade.

³ O distanciamento social se deu devido à pandemia COVID-19, que segundo o Ministério da Saúde (2022), se trata de infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. E que obrigou o mundo todo ao isolamento total ou parcial, como forma de contenção e ou tratamento.

Ainda segundo Oliveira (2014), é imprescindível que habilidades para apresentar a informação sob a forma oral, escrita e visual sejam englobadas, não limitando somente ao manuseio de ferramentas, no que tange sanar questões informacionais. Isso inclui habilidades de comunicação, interação com fontes informacionais, interpretação de dados, uso de senso crítico, além de aplicação de processos metodológicos para determinados contextos, uma mescla de habilidades técnicas e humanas.

Desse modo, nota-se a importância do trabalho do bibliotecário e profissionais da informação, especialmente no que se refere à multiplicação de habilidades nos sujeitos. Ser capaz de orientar, treinar e acompanhar usuários, de forma a promover a busca e o uso consciente da informação, são pontos que compõem a dimensão técnica da ColInfo, a qual não se relaciona sozinha, uma vez que está sempre interligada às outras dimensões, como por exemplo a dimensão estética.

A **dimensão estética** está relacionada a arte, a sensibilidade, criatividade, beleza, intuição, harmonia. Compreende ressignificar, configurar, ordenar, compreender e relacionar a informação. Faz parte de um aspecto cognitivo, individual e único de cada sujeito ao lidar com a informação ao seu modo, e a forma como expressa e age sobre a mesma no âmbito individual e coletivo. Envolve características pessoais e vivências na relação com a informação e que podem provocar um pensamento crítico (Vitorino; Piantola, 2011).

A dimensão estética toma ainda proporções sob a perspectiva filosófica, na qual apresenta elementos intrínsecos a alma humana, e por esta razão tem a função de enaltecer os aspectos humanos, a capacidade de se comover e se preocupar com o próximo, tomar para si papéis relacionados à cidadania e solidariedade (Orelo, 2013). Essa dimensão traz a luz, a ColInfo com a capacidade de transformação social, pois desperta o lado emancipador, que torna os sujeitos protagonistas de ações dentro da sociedade. Nesse sentido, a forma como a informação é utilizada, a partir dos sentidos criados por meio da sensibilidade e senso crítico em determinado contexto, pode tomar proporções significativas em grupos com olhares voltados às minorias, por exemplo.

Orelo e Vitorino (2020, p. 138) se baseiam em argumentos do filósofo Kant, quando afirmam que, “[...] todo nosso conhecimento racional se origina do conhecimento sensível”, ou seja, a junção da razão e da sensibilidade dá origem à conceitos sem que esses sejam apenas intuição. Desse modo, a concepção estética, dissemina e torna acessível conhecimentos tidos como formalmente científicos, com uma visão voltada ao bem-estar coletivo, de solidariedade e empatia (Orelo, 2013). Fatores essenciais ao cumprimento de papéis, tanto do bibliotecário, quanto da biblioteca, no que diz respeito à acessibilidade e inclusão, ao considerar aspectos sociais e ações que possam se tornar facilitadoras do empoderamento em múltiplas esferas.

Vitorino e Piantola (2011) salientam ainda, a experiência estética relacionada a todos os aspectos da vida humana, como um fator fundamental na construção da subjetividade do indivíduo e determinante também na construção de seu caráter. Atribui ações em prol das necessidades de seu público-alvo, o que exige habilidades por vezes socioemocionais, para lidar com situações complexas nas quais se atua. Se relaciona diretamente com questões éticas e políticas, uma vez que auxilia no despertar da consciência cognitiva, ajudando na construção de uma sociedade menos desigual e mais propensa ao pensamento crítico e intelectual (Righetto; Vitorino; Muriel-Torrado, 2018).

A **dimensão ética** abarca questões de posicionamento dos indivíduos, se refere a tomada de decisões, no saber dosar a informação e equilibrar valores conflitantes, pautados no bem coletivo. Leva a reflexão de valores adotados e responsabilidades assumidas, sob esta perspectiva, o indivíduo competente em informação não assume uma postura neutra, pois tem o conhecimento necessário para se posicionar diante do mundo e das informações (Vitorino; Piantola, 2011; Pereira, 2020). Aspecto de extrema importância na tratativa da informação, o qual aplica a ética em ações que exigem sigilo, posicionamentos políticos, institucionais dentre outros, fundamentando-se no respeito e responsabilidade.

A dimensão ética da ColInfo trata do uso legal e responsável da informação, de acordo com a legislação e normas que precedem cada país e em princípios éticos de respeito, justiça, solidariedade e compromisso que resultam no bem comum. Se relaciona a questões de apropriação e uso da informação,

privacidade da propriedade intelectual, acesso livre ao conhecimento, direitos autorais, preservação da memória, censura, direito a expressão nas redes digitais, novas definições de gênero, identidade digital, comunidades digitais, sobrecarga informacional, exclusão digital, e controle social (Pellegrini; Vitorino, 2018; Pellegrini, 2022).

Ao se considerar o contexto atual, no qual a sociedade está imersa em informações soltas, por vezes descredibilizadas por não terem fontes devidamente citadas e referenciadas, a ética estabelece um caminho norteador. E que cabe aos profissionais da informação e bibliotecas, assumirem esse papel, a fim de minimizar a incidência sobre *fake news*, atos antidemocráticos e que resultam por vezes em conflitos. O desenvolvimento da dimensão ética pode contribuir para o questionamento de desigualdades sociais, pois atua no senso crítico do indivíduo, de modo que os leva às escolhas de posicionamento e tomada de decisão perante determinada situação. “O pensamento crítico sobre a realidade social também amplifica a capacidade de tomar decisões e agir sobre as questões que lhes afetam” (Pellegrini, 2022, p. 104).

Quanto à **dimensão política**, Vitorino e De Lucca (2020, p. 204) ressaltam que “[...] compreende um homem como um ser social, um ser que participa de um ambiente onde constrói as relações num processo dinâmico de interações.” Fazer parte de uma sociedade como indivíduo ativo e consciente de seus direitos, torna o exercício da cidadania pleno. É cada vez mais urgente que se promova o acesso à informação de forma consciente e reflexiva, especialmente no que tange a alcançar as pessoas vulneráveis e minorias, que são as mais afetadas nesse contexto.

A dimensão política situa o sujeito no mundo, e o torna capaz de “saber ser”, de tomar para si as lutas que precisará enfrentar de acordo com suas escolhas, em busca de seu próprio desenvolvimento e de seus filhos (Pereira, 2020). Sob essa afirmação, a autora argumenta sobre as relações a que estamos condicionados e que condicionam os que fazem parte de nosso meio, quando optamos por agir participativamente em decisões e transformações referentes à vida social. As habilidades informacionais, neste sentido, fazem uma grande diferença, pois o conhecimento é poder.

O desafio de nossa sociedade no âmbito político é o desenvolvimento de habilidades que tornam as pessoas conscientes de que podem e devem tomar posse de seus direitos e deveres como cidadãos, reivindicando e argumentando, tendo como base a informação de forma concreta e segura, como instrumento empoderador. Vitorino e De Lucca (2020) consolidam essa afirmação, e elucidam que a dimensão política se trata de uma estratégia de empoderamento social uma vez que oferece subsídios para o desenvolvimento da cidadania, do pensamento crítico e de habilidades sociopolíticas, pois indivíduos competentes em informação realizam escolhas mais conscientes se tornando capazes de determinar o curso de suas vidas (Vitorino; Piantola, 2009).

A contribuição da dimensão política também contempla o homem enquanto ser emancipado e o auxilia em questões relacionadas inclusive à qualidade de vida, quando considera suas interações sociais com a comunidade, com o meio em que vive e o Estado (De Lucca, 2015). Contudo, tais aspectos dão maior ênfase à ColInfo, em sociedades democráticas, já que não basta ter o direito e a liberdade de participar socialmente, é necessário que sejam criadas condições para a participação efetiva dos sujeitos (Pellegrini, 2022).

É importante que as pessoas sejam encorajadas a participar cada vez mais efetivamente junto à ColInfo, em conformidade a isso, o *UK's Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP) traz uma definição para a ColInfo na qual menciona sua relevância em cinco contextos: cotidiano; cidadania; educação; ambientes de trabalho e saúde. Seguindo essa percepção, a ColInfo relacionada à cidadania vai ao encontro à dimensão política, pois permite que os indivíduos adquiram e desenvolvam sua compreensão do mundo ao seu redor; e alcancem opiniões; quando apropriado, desafiem com credibilidade e de forma informada as suposições (incluindo a própria) e a autoridade; reconheça o preconceito e a desinformação; e portanto; se tornem cidadãos engajados, capazes de desempenhar um papel pleno em uma vida democrática na sociedade (CILIP, 2018, tradução nossa).

A dimensão política, junto às já apresentadas, outras três dimensões (técnica, estética e ética), expressam faces que se unem para que a ColInfo se desenvolva plenamente (Vitorino; Piantola, 2011). Ou seja, são dimensões, contextos e aspectos que se complementam e que necessitam de olhares que

possam ser potencializadores e não inibidores. É importante considerar que a ColInfo é grande aliada no combate à desinformação e à criação de políticas públicas que colaborem para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Em um período, onde cada vez mais é necessário que os ambientes, espaços e instituições sejam pensados visando o acolhimento, a acessibilidade e a inclusão, o desenvolvimento e a multiplicação de habilidades informacionais podem e devem ser tidos como uma prioridade. O conhecimento é valioso e é preciso que existam espaços que propiciem o acesso ao conhecimento e à informação, ressignificando hábitos e atentos às mais diversas vulnerabilidades que seu público possa vir a enfrentar.

E ao pensar em interagentes atípicos é essencial que tanto o profissional da informação, quanto a biblioteca, estejam embasados nas políticas públicas, a fim de trabalhar em prol dos direitos dessas pessoas, do combate ao retrocesso político e social e para que as bibliotecas se tornem ainda mais relevantes e necessárias, ofertando serviços e produtos acessíveis para todos os cidadãos (Silva; Spudeit, 2020). São necessidades, que são negligenciadas por inúmeros motivos, desde a falta de recursos, ferramentas e estrutura, até a qualificação de profissionais com habilidades que possam atender a essas demandas. A biblioteca precisa ser inclusiva e desenvolver atividades em prol do atendimento aos mais variados públicos, especialmente as minorias, como pessoas em vulnerabilidade, com deficiência ou condições neurológicas atípicas como é o caso do Transtorno do Espectro Autista, que trataremos na próxima seção.

3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: BREVE HISTÓRICO

Historicamente, o termo autismo cujo significado tem origem grega, advindo de *autós* que significa, “de si mesmo”, foi utilizado pela primeira vez em 1911, pelo psiquiatra suíço, Eugen Bleuler. Após descrever pacientes com esquizofrenia que viviam em seu próprio mundo, em uma espécie de fuga da realidade para seu mundo interior (Cunha, 2012). Para Bleuler, que trouxe a luz os termos “autismo” e “autístico”, certa quantidade deste comportamento, ocorria na vida de todas as pessoas, contudo, junto a cessação completa da interação social e o rompimento de conexões emocionais do indivíduo com seu meio de convívio, seria considerado como uma patologia (Donvan; Zucker, 2017).

Após um longo período desde o surgimento do termo, Sheffer (2019) comenta que, Hans Asperger e Leo Kanner, ambos psiquiatras austríacos, foram os primeiros a introduzir o autismo como diagnóstico independente, para descrever características de crianças desconectadas do mundo externo, até então, outros pesquisadores haviam descrito crianças com comportamento semelhante como “esquizoides”, dentre outros termos. Os conceitos que deram origem ao denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA) surgiram a partir de relatos de Kanner, em 1943, que reuniu uma série de estudos com crianças, descrevendo-as como emocionalmente distantes, apegadas a rituais e objetos, com comportamento repetitivo, deficiências cognitivas e pouca ou nenhuma fala. Em 1938, Kanner recebe em seu consultório o “caso 1” de autismo, uma criança de cinco anos considerada fora dos padrões normais para a mesma idade, e sucessivamente aceita mais dez casos de crianças com condições similares, dando origem à publicação *Autistic Disturbances of Affective Contact*, em português, Distúrbio autístico do contato afetivo, publicado em 1943.

O documento apresenta detalhadamente características físicas, psicológicas e de convivência dos onze casos que foram acompanhados pelo psiquiatra e pesquisador. Crianças que até o início dos estudos de Kanner eram consideradas dementes ou intelectualmente prejudicadas, finalmente teriam um diagnóstico mais próximo do real. Dentre suas constatações, que salientam condições específicas como aspecto físico normal e boas potencialidades cognitivas o médico relata, “Todas as atividades e expressões das crianças são

governadas de forma rígida e consistente pelo poderoso desejo de solidão e mesmice” (Kanner, 1943 p. 249, tradução nossa).

No ano de 1944, foi publicada a tese de pós-doutorado de Asperger, intitulada “A psicopatia autista na infância”. Em sua opinião, algumas crianças eram capazes de frequentar a escola e se comunicar normalmente, uma vez que os desafios enfrentados eram mais brandos do que o autismo “clássico” que Kanner havia descrito. Este diagnóstico se manteve pouco conhecido durante anos, até que em 1981, a psiquiatra britânica Lorna Wing divulgou esses estudos, o que propôs novas discussões nos círculos psiquiátricos sobre a Síndrome de Asperger. Em 1994, a Associação Americana de Psiquiatria incluiu a Síndrome de Asperger como diagnóstico na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV) do inglês, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, e a condição foi cada vez mais difundida como autismo “altamente funcional” (Scheffer, 2019).

Em suas versões anteriores, em 1968, no DSM-II, o autismo foi inserido no quadro “esquizofrenia de início na infância”, e a partir da década de 1980, o autismo foi retirado da categoria de psicose e no DSM III utilizou-se a nomenclatura de distúrbios invasivos do desenvolvimento (Dias, 2015). Em relação ao DSM-IV (1994), Grandin e Panek (2018, p. 119) afirmam que, “A publicação do DSM-IV trouxe o autismo dividido em três categorias, a saber: transtorno autista ou autismo clássico, síndrome de Asperger e transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação (TGD-SOE ou autismo típico).” O que salienta a evolução não só dos estudos sobre o autismo, mas da visão que o meio científico desejava apresentar para a sociedade na época.

A tese de Asperger se manteve discreta principalmente por ter sido publicada em alemão e só foi descoberta por Lorna Wing em 1981, após o documento ser traduzido por seu esposo John Wing, junto com outros trabalhos do estudioso. Neste período, Judith Gold, psicóloga e pesquisadora, teria sido contratada por Lorna Wing e juntas realizaram comparações das características elencadas por Kanner e Asperger, de modo que observaram uma continuidade diagnóstica e atribuíram a essa continuidade à condição de espectro, o que quebrou a ideia de dois diagnósticos distintos (Santos; Amorim, 2021). Em seu projeto, Gold e Wing analisaram registros do hospital de Maudsley, situado no

distrito londrino de Camberwell, o arquivo continha fichas de pessoas que em algum momento solicitaram atendimento psiquiátrico ao governo. Juntas, conduziram mais de novecentas entrevistas com professores de crianças que possuíam registros e visitaram mais de 132 famílias (Santos; Amorim, 2021).

Observando as motivações de Lorna Wing ao trazer estudos de Asperger e Kanner, é possível notar que suas aspirações iam muito além das questões profissionais. A psiquiatra percebeu características peculiares em sua filha aos seis meses de idade, o que a levou a reunir todos os registros existentes na época sobre a condição. Uma importante constatação foi a de que ambos os relatos, tanto de Kanner como de Asperger eram variedades de uma mesma entidade, de modo que assim, se tornou a grande responsável pela divulgação do autismo e da introdução da noção de espectro no campo científico (Dias, 2015).

Para a época em que Lorna Wing descobriu o autismo em sua filha, os tratamentos indicados eram respectivamente: institucionalização precoce para a criança e psicanálise para a mãe, ambos rejeitados pela britânica, que decidiu usufruir de sua formação como médica para auxiliar também outras famílias que se encontravam na mesma situação. Se tornou uma defensora da causa na Grã-Bretanha e ajudou a fundar a Sociedade Nacional para Crianças Autistas do país, em 1962, e assim estabeleceu uma conexão entre as famílias a comunidade científica. Em 1970, publicou “o livro”, *Autistic Children: a guide for parents and professionals* (Crianças autistas: um guia para pais e profissionais), com orientações básicas de como os pais deveriam se dirigir aos filhos pequenos, passando por várias traduções (Donvan; Zucker, 2017).

Wing se dedicou durante seus cinquenta anos de atuação, entre 1960 a 2010, à investigação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e tinha ao lado de sua temática de estudos grandes pesquisadores como Schopler e Lovaas; O'Connor e Hermelin; Rutter, Frith e Baron-Cohen. De modo geral, Lorna Wing trouxe contribuições revolucionárias, pautadas nas afirmações de Kanner, sobre a condição do autismo, mas considerando a variabilidade de características e vivências dos indivíduos, salvando pacientes de diagnósticos engessados, pois considerava as diferenças difíceis de se definir (Donvan; Zucker, 2017). Para ela, Leo Kanner havia descoberto apenas uma parcela do espectro, por este motivo,

Lorna Wing trouxe também as pesquisas de Hans Asperger e fundamentou suas teorias, trabalhando o conceito de autismo como espectro, que afeta os indivíduos em diferentes níveis.

A partir das indagações de Lorna Wing, o autismo ganhou uma nova “face”, a Síndrome de Asperger, que passou a ser discutida como uma descrição de personalidade de pessoas com altas habilidades, gênios incompreendidos e solitários. Essa diferenciação teve um importante impacto, visto que a palavra era até então utilizada para se referir a pessoas com esquizofrenia. Em seus estudos, Asperger atribuiu a incidência da síndrome, maior em meninos do que em meninas, além de afirmar o estado extremamente literal da mente desses garotos, os quais não conseguiam ler os sinais não verbais dos demais, evitavam contato visual e se comunicavam como adultos, porém de forma prolixa e com um rico vocabulário (Donvan; Zucker, 2017).

Em muitos casos, esses meninos eram capazes de analisar dados e resolver problemas complexos, devido às habilidades intelectuais que tinham, ainda que houvesse dificuldades com a interação social, o que explicava a capacidade desses indivíduos de aprender. Segundo Donvan e Zucker (2017, p. 326) na visão de Asperger, “Talvez a capacidade de mergulhar profundamente em um tema restrito andasse de braço dado com a capacidade de bloquear o acesso de distrações”. Alguns relatos do pediatra citam crianças que cresceram e tiveram carreira de sucesso, embora suas características excêntricas tenham permanecido inalteradas (Donvan; Zucker, 2017).

Ainda que não existam registros da filiação de Asperger ao Partido Nacional-Socialista da época, o período em que o pediatra e psiquiatra viveu em Viena, era impregnado por ideias nazistas, o que poderia ser fatal para qualquer pessoa com algum tipo de deficiência ou comorbidade, especialmente crianças. Registros comprovam que após a anexação da Áustria ao Terceiro Reich foi lançada uma campanha de extermínio para bebês, crianças e adolescentes deficientes, no qual a eutanásia era utilizada como um programa para fortalecer a nação, livrando-a de cidadãos considerados “fracos” (Scheffer, 2019).

Por este motivo, atualmente profissionais de diversas áreas optaram por “abolir” o termo Síndrome de Asperger, devido a possível ligação negativa de Asperger ao sistema nazista (Scheffer, 2019). Em relação à terminologia

utilizada, em 2013, mais uma vez a Associação Americana de Psiquiatria altera o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) e remove o termo “Síndrome de Asperger”, substituindo-o por nível I do Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerado um quadro mais leve e funcional do autismo. Para além das questões políticas que podem estar por trás desses estudos, Asperger é aclamado por ampliar as ideias sobre o espectro autista, que reconhece as diferenças e singularidades da criança, e é retratado como defensor da neurodiversidade (Scheffer, 2019).

3.1 DIAGNÓSTICO E CARACTERÍSTICAS DO TEA

Atualmente, o TEA tem sido pauta de muitas discussões em diversos campos, e a necessidade de se compreender essa condição tem se tornado urgente, não só para a promoção da inclusão em ambientes escolares, profissionais e acadêmicos, mas até mesmo em nosso cotidiano, no que diz respeito a compreender que pessoas de nosso convívio podem ter essa condição em um nível mais leve e jamais terem sido diagnosticadas.

O diagnóstico de TEA, é essencialmente clínico, baseado em acompanhamentos que incluem, entrevista com os pais ou responsáveis, e especialmente por meio da observação da criança. Sendo de extrema importância que se realize a puericultura, ou seja, as consultas que acompanham o desenvolvimento do bebê em seus primeiros meses de vida. Os relatos da família são essenciais, uma vez que alguns sinais de alerta do neurodesenvolvimento podem ser perceptíveis nessa fase. Deste modo, o diagnóstico é estabelecido por volta dos dois a três anos de idade, e a incidência é maior em meninos (Paraná, 2022, [online]).

Observar o comportamento da criança é uma ação decisiva, que contribui para que um diagnóstico clínico seja assertivo. Sinais de agitação, agressividade ou mesmo dificuldades em geral podem ser alertas para a condição do TEA, entretanto, conforme apresenta do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014) alguns dos sintomas podem não se manifestar até que as demandas sociais exijam ou podem ser

mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida, fator que justifica o crescimento de diagnósticos após a fase adulta de algumas pessoas.

O TEA segue então caracterizado como, déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos sendo eles:

1. Déficit na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.
2. Déficit nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.
3. Déficit para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares (American Psychiatric Association, 2014, p. 50).

Além dos déficits, o TEA apresenta padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, por vezes com um repertório restrito de interesses e atividades, sendo esses elencados pelo DSM-V:

1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).
3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).
4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento), (American Psychiatric Association, 2014, p. 50).

O TEA não é caracterizado por ser uma patologia, conforme mencionado, adota a noção de espectro, assim, não é possível generalizar os casos diagnosticados e afirmar que há a necessidade do tratamento com medicação para que haja uma “cura”. O autismo é, portanto, uma condição neurológica atípica (Sampaio; Farias, 2020).

De acordo com a World Health Organization (2022), estima-se que no mundo, uma em cada 160 crianças tenham TEA, esses dados não incluem a

prevalência do TEA em países de média e baixa renda. Conforme a OMS afirma (2022), estudos realizados nos últimos cinquenta anos, comprovam que houve aumento significativo nos índices de TEA de modo global, o que pode ser também uma influência da conscientização sobre a temática, melhores ferramentas para se obter um diagnóstico e o aprimoramento das informações reportadas.

O conceito de TEA é apresentado como “uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva” (OMS, 2022). Se inicia na infância e persiste até a adolescência e vida adulta, não foi desenvolvida uma cura, contudo, seu tratamento pode reduzir as dificuldades e impactar positivamente no bem-estar e qualidade de vida.

Existe um documento que é publicado pela OMS com o intuito de classificar, padronizar a codificação e descrição de doenças e pode servir como norteador para o diagnóstico e investigação de patologias, este documento é conhecido como a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) (American Psychiatric Association, 2022) Na CID-11 (American Psychiatric Association, 2022), o TEA é identificado pelo código 6A02, este, entrou em vigor em fevereiro de 2022, com a publicação da nova edição e em substituição ao CID-10 F84, no qual suas subdivisões passam a estar relacionadas com a presença ou não de deficiência intelectual e, ou comprometimento da linguagem funcional.

Ainda sobre a descrição do transtorno do espectro autista, o mesmo é caracterizado por “Déficits persistentes na capacidade de iniciar e manter interação social recíproca e comunicação social, e por padrões de comportamento, interesses ou atividades restritos, repetitivos e inflexíveis que são atípicos ou excessivos para o indivíduo” (World Health Organization, 2022, tradução nossa). Nessa nova versão da CID-11 (American Psychiatric Association, 2022), o TEA ficou classificado respectivamente como:

- 6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo **sem** Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com leve ou nenhum comprometimento da linguagem funcional.

- 6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo **com** Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com leve ou nenhum comprometimento da linguagem funcional.
- 6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo **sem** Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e com linguagem funcional prejudicada.
- 6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo **com** Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e linguagem funcional prejudicada.
- 6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo **com** Transtorno do Desenvolvimento Intelectual e ausência de linguagem funcional.
- 6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado (pode ser usado se os parâmetros acima não se aplicarem).
- 6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado (pode ser usado se os parâmetros acima forem desconhecidos).

Dentro dessa classificação existem ainda as especificações, se houve a perda de habilidades previamente adquiridas, sendo respectivamente:

- 6A02.x0 sem perda de habilidades adquiridas anteriormente.
- 6A02.x1 com perda de habilidades adquiridas anteriormente.

Indivíduos com TEA com frequência apresentam outras condições concomitantes, como depressão, ansiedade, epilepsia e transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), já o nível de funcionamento intelectual pode variar. Existem três níveis de gravidade do transtorno do espectro autista, quais sejam: Nível I, grau leve, Nível II, grau moderado e Nível III, grau severo.

Quadro 2 - Níveis de gravidade do TEA

Nível de gravidade	Déficits	Comportamento	Exemplo
I	Dificuldade com interações sociais (pouco interesse, não inicia interação, respostas vagas).	Dificuldade com mudanças e troca de atividades; Problemas para organização e planejamento.	Uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente mal sucedidas.
II	Déficits graves de comunicação social,	Dificuldade com mudanças ou outros	Uma pessoa que fala frases simples, cuja

	verbal e não verbal; Mesmo com apoio apresenta prejuízos sociais; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros.	comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos; Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações.	interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha.
III	Déficits graves de comunicação social verbal e não verbal; Grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros.	Extrema dificuldade em lidar com mudanças ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações.	Uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas.

Fonte: Elaborado pela autora com base no DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014, p. 52)

A depender do nível de gravidade do TEA, o indivíduo pode viver de forma independente, enquanto outros necessitam de cuidados e acompanhamento por toda a vida, devido às graves incapacidades que possuem. Outra informação importante é a de que, uma pequena quantidade de pessoas pode apresentar perda de habilidades já adquiridas, regressão que ocorre durante o segundo ano de vida e envolve a capacidade de resposta social e o uso da linguagem. Essa perda, dificilmente é percebida após os três anos, caso ocorra após essa idade, é mais provável que envolva perda de habilidades cognitivas e adaptativas (perda do controle intestinal e da bexiga, sono prejudicado), regressão da linguagem e das habilidades sociais, bem como aumento dos distúrbios emocionais e comportamentais, conforme CID-11 (American Psychiatric Association, 2022).

Conforme comentam Sampaio e Farias (2020, p. 11), alguns fatores estão sendo observados como possíveis causas do autismo, sendo eles: “idade parental avançada, baixo peso ao nascer, exposição fetal a ácido valpróico, fatores genéticos e fisiológicos, mutação genética, taxas de concordância entre

gêmeos e outras causas”. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2022, [online]), fatores ambientais e genéticos, podem tornar uma criança mais propensa a ter autismo, contudo, não se pode associar a causa dessa condição a nenhum tipo de vacina, uma vez que não existem evidências que comprovem tal fato. Estudos anteriores relacionavam as vacinas contra sarampo, caxumba e rubéola às causas do TEA, entretanto, houve falhas na metodologia dessas pesquisas que foram descredibilizadas (OMS, 2022, [online]).

A etiologia do TEA ainda permanece desconhecida, não havendo uma causa única, mas que envolva uma série de questões, no que diz respeito à influência de fatores ambientais, o mesmo pode aumentar ou diminuir os riscos de TEA em um indivíduo com predisposição genética. Junto a isso, existem questões diagnósticas relacionadas ainda a padrões do contexto cultural e socioeconômico, que influenciam a idade de identificação ou de diagnóstico, ou seja, uma família com melhores condições socioeconômicas e que tenha acesso à informação, possivelmente terá mais condições para descobrir e realizar um tratamento precocemente.

Estudos apontam a influência de alterações genéticas com forte herdabilidade, porém, trata-se de um distúrbio geneticamente heterogêneo que produz heterogeneidade fenotípica, ou seja, características físicas e comportamentais diferentes, tanto em manifestação como em gravidade. Ainda que alguns genes e suas alterações estejam sendo estudados, não há nenhum biomarcador específico para o TEA (Paraná, 2022).

De modo geral, o TEA é uma condição que não há definição precisa, nem que diagnostica sua presença e nem que comprove a sua predisposição ou causa. Tornando ainda mais difícil e delicado o tratamento do espectro, se comparado a outras condições.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À INFORMAÇÃO

Identificar as características do TEA na criança é o primeiro passo para se tomar a iniciativa de buscar o tratamento. Por esta razão é importante que todas as pessoas tenham acesso à informação sobre essa temática, para que possam estar aptas a enfrentar situações que envolvam casos sobre autismo em

suas vidas. Contudo, devido à falta de conhecimento e acesso à informação, pode haver negligência na busca de acompanhamento profissional, motivos que podem variar desde a situação socioeconômica, pela falta de informação ou mesmo por questões emocionais, de aceitação dos próprios pais.

Em geral, as orientações para a busca de atendimento especializado, partem da percepção de uma série de características que não tem um padrão definido, pois pode variar de acordo com o caso. Na rede pública de saúde, os guias orientam para que ao menor sinal de um comportamento atípico, que não segue o desenvolvimento conforme a caderneta da criança, é necessário buscar por atendimento de um profissional de saúde da Atenção Primária à Saúde, ou seja, o Posto ou Unidade Básica. O trabalho a partir de um diagnóstico precoce, com uma equipe multidisciplinar, proporciona maior segurança à família e oferece apoio para que a criança desenvolva habilidades para o enfrentamento de questões futuras que a própria condição ocasionará.

A conduta a ser tomada, dependerá da gravidade do TEA e da criança, e dependerá especialmente da decisão dos pais, a partir da constatação da condição será necessário compartilhar a informação com a escola. Ao contrário de alguns anos atrás, atualmente pode-se encontrar inúmeros blogs, páginas e vídeos que trazem informações sobre o TEA. A exemplo, na página da Secretaria de Saúde do Paraná (Paraná, 2022), além de várias informações, o site encaminha para outros sites que contém materiais de apoio para cuidadores, como guias e cartilhas sobre autismo.

A página redireciona também para o cadastro da pessoa com TEA, esse que “[...] tem por objetivo identificar e conhecer a realidade das Pessoas com TEA no Estado do Paraná. As informações contidas no Cadastro auxiliarão a Secretaria de Estado da Saúde – Sesa nas ações de atenção e cuidados a esta população” (Paraná, 2022, [online]). Referência importante para orientar aqueles que desejam e necessitam de apoio no tratamento.

O site “Autismo e Realidade” (2022, [online]), que é indicado pela Secretaria de Saúde do Paraná (2022), tem uma apresentação clara e objetiva, com informações e um acervo com os seguintes materiais:

- Cartilha Higiene Bucal para famílias de autistas;
- Guia para leigos sobre o TEA;

- Cartilha autismo: uma realidade, realizada em parceria com Ziraldo;
- Autismo e Educação;
- Kit de ferramentas para comportamentos desafiadores e agressivos;
- Manual do emprego;
- Estratégias para serem usadas em casa;
- Estratégias para melhorar o sono de crianças com TEA;
- Treinamento para usar o banheiro;
- Guia de treinamento para corte de cabelo;
- Guia de treinamento para os cuidados com os dentes;
- Manual para as escolas;
- Manual para Síndrome de Asperger;
- Manual de transição para a vida adulta;
- Manual para as famílias 2.0;
- Sobre o kit de ferramentas da *Autism Speaks* para a comunidade escolar;
- Programa de educação individualizada (PEI);
- Preparando-se para a escola: dicas de transição para estudantes com autismo;
- De volta à escola para crianças com autismo.

É uma vasta coleção rica em informações que norteiam os diversos espaços e contextos de convivência de uma criança autista, e que auxiliam na tratativa de situações que vão desde as mais simples até as mais complexas. A página possui também, sessão interativa, de perguntas e respostas, e uma lista de instituições de apoio ao TEA. A lista contém endereço físico e eletrônico, telefone e e-mail, e a busca pode ser filtrada por estado e cidade, dentro do Brasil.

Segundo a OMS (2022), é importante que recebam apoio e informações relevantes sobre os serviços de acordo com suas necessidades, com intervenções psicossociais baseadas em evidências, como o tratamento comportamental, treinamentos de habilidades para pais e cuidadores, ações que podem reduzir as dificuldades de comunicação e comportamento social dos

autistas. E devido à complexidade do espectro, os serviços de apoio devem ser integrados, incluindo promoção da saúde, cuidados, serviços de reabilitação e colaboração com outros setores, tais como os da educação, emprego e social.

As limitações decorrentes do TEA podem impactar negativamente a vida social de um indivíduo, influenciando nas conquistas educacionais e profissionais, que por vezes pode nem chegar a ocorrer. São consideradas também mais suscetíveis à vulnerabilidades como o desenvolvimento de condições crônicas não-transmissíveis devido a fatores comportamentais de risco, como inatividade física e preferência por dietas mais pobres. Além disso, correm maior risco de violência, lesões e abuso (OMS, 2022).

Para além da informação, é importante que os direitos dessas pessoas sejam garantidos por lei e respeitados por todos, para que desta forma seja ao menos minimizada a falta de conhecimento e ideias equivocadas sobre o TEA. Em relação às leis e direitos, a OMS (2022, [online]), apresenta a resolução sobre transtorno do espectro autista (WHA67.8) aprovada na 67ª Assembléia Mundial da Saúde de 2014: "*Comprehensive and coordinated efforts for the management of autism spectrum disorders (ASD)*", que foi apoiada por mais de 60 países. Esta, tem por finalidade solicitar que a OMS colabore com os Estados Membros e agências parceiras "no reforço das capacidades nacionais para lidar com o transtorno do espectro autista e outros problemas de desenvolvimento. Neste sentido, a (OMS, 2022, [online]) se compromete à

- Contribuir para o reforço do compromisso dos governos e ampliação da discussão (*advocacy*) internacional sobre o autismo;
- Fornecer orientação sobre a criação de políticas e planos de ação que abordem o TEA dentro do quadro mais amplo de saúde mental e incapacidades;
- Contribuir para o desenvolvimento de evidências sobre estratégias eficazes e aplicáveis para a avaliação e tratamento de TEA e outros problemas de desenvolvimento.

É fundamental que haja o envolvimento global e alinhado nesse assunto tão urgente e que levou anos para ser reconhecido como uma condição neurológica e não uma patologia, uma deficiência, para efeitos legais. E foi a partir de 2012, pelos artigos 1 e 2 da Lei n.º 12.764/12 de 27 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), que foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que estabelece diretrizes para sua consecução.

No âmbito Estadual, o Paraná instituiu a Lei estadual n.º 17.555, de 30 de abril de 2013, das diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Essas leis foram importantes, pois permitiram abrigar pessoas com TEA em leis nacionais de pessoas com deficiência como, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (13.146/15), e nas normas internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (6.949/2009) de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009).

Em 2020, a Lei 13.977 criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), com a intenção de melhorar a identificação de autistas para atendimento prioritário, o que até então era um obstáculo para o acesso de serviços aos quais os autistas têm direito, o documento pode ser emitido pelos órgãos estaduais e municipais de forma gratuita (Brasil, 2020).

Pensando na família e cuidadores, a Lei 13.370/2016, dá o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e revoga a compensação de horário (Brasil, 2016).

A Lei 8.899/1994, concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual (Brasil, 1994). A solicitação é feita pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para aqueles que comprovem renda de até dois salários-mínimos. Em relação à acessibilidade, a Lei 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2000). Já a Lei 10.048/2000 dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e outros casos (Brasil, 2000).

A Lei 7.853/1989: estipula o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e considera os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito (Brasil, 1989). Ou seja, assegura o pleno direito dessas pessoas perante a lei.

E o decreto 7.611/2011: dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências às pessoas com tais necessidades (Brasil, 2011). Neste sentido, é importante destacar o dever do Estado para com as pessoas que precisam de um sistema educacional inclusivo, direitos que só serão assegurados mediante o cumprimento de Leis que resguardem a Educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assim como consta na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento elaborado e entregue ao Ministro da Educação em 2008 (Brasil, 2008).

Para todas as políticas públicas apresentadas, e outras que existem, é possível observar que ao longo dos anos houve uma evolução significativa no que diz respeito aos decretos aprovados e em vigor que defendem e apoiam os direitos de pessoas com deficiência. O TEA, embora não especificado em muitas delas, se enquadra nas categorias descritas, de modo que pode e deve ser reivindicado caso haja algum tipo de negligência. Para além de toda a informação que familiares e cuidadores devem ter sobre o transtorno do espectro autista, a atitude é fundamental.

Em síntese, é importante que as pessoas estejam embasadas em teorias cientificamente comprovadas, abandonem estigmas e preconceitos impostos pela sociedade e saibam que certos posicionamentos impactam positivamente ou negativamente a vida de uma pessoa com TEA. O acesso à informação é fundamental nesse trabalho, que envolve processos complexos e delicados, mas que junto às políticas públicas instituídas tem avançado e colaborado em vários aspectos, no enfrentamento ao espectro. A biblioteca nesse sentido, precisa ser um espaço participativo e potente, que atua acolhendo, promovendo o acesso ao conhecimento e desenvolvendo habilidades nos sujeitos, deve ser acima de tudo, acessível e inclusiva.

4 BIBLIOTECA INCLUSIVA E ACESSÍVEL

O direito ao acesso à informação é garantido constitucionalmente a todos os indivíduos, sob Leis que instituem questões acerca das bibliotecas e demais espaços que possam ser unidades de informação para a sociedade. Atualmente, tem se visto certo movimento para que além de promover o acesso à informação, seja imprescindível que as bibliotecas possam atender a todos os tipos de públicos, tornando-se inclusiva de várias formas. A Lei 12.244/2010 de 24 de maio 2010 regulamenta a Universalização de Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País, a fim de ampliar esse decreto, um Projeto de Lei proposto em 2018 (PL 9.484/2018), coloca dentre os objetivos de uma biblioteca “Estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, atendo-se ao princípio da acessibilidade, a fim de que as mesmas se constituam em espaços inclusivos” (Brasil, 2018).

Embora, até o presente momento, o projeto ainda não tenha sido aprovado, nota-se a preocupação em atender demandas que alcancem as minorias e pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo portadores de deficiência. Dentre outros objetivos do mesmo projeto estão a promoção de habilidades e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s estudante(a)s, no campo da leitura e da escrita e, também, o desenvolvimento de atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares (Brasil, 2018).

O Art. 5 da Constituição Federal apresenta o acesso à informação e à educação como direitos nos quais “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, e também é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988). Sob a mesma perspectiva, a ONU também apresenta na Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (2022), questões relacionadas ao acesso à informação como um direito básico de todo cidadão, independente de suas condições.

Considerar que as classes menos favorecidas são as mais afetadas em relação à negligência de direitos e informações é praticamente unânime, assim,

os ODS foram criados para que todos adotem práticas em busca da melhoria do futuro e da vida das pessoas. E isso inclui as bibliotecas, que já estão trabalhando para promover o acesso à informação e reduzir desigualdades muito antes da criação desta agenda. Em 2015, 193 estados-membros da ONU se reuniram em Nova Iorque e formaram um plano de ação para mudar o mundo até o ano de 2030. Este plano consiste em tomadas de decisões por parte dos países participantes visando à transformação e ao desenvolvimento sustentável que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS e 169 metas, a fim de erradicar a pobreza e promover a vida digna para todos (ONU, 2015). Assim, busca orientar escolhas e promover a consciência individual e coletiva em prol do cumprimento dessa agenda que entrou em vigor em 2016. Os 17 ODS correspondem respectivamente à:

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), esses objetivos são “[...] integrados, e indivisíveis, e equilibram as três dimensões de desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental” (Unesco, 2015, tradução nossa). Dentre eles, o ODS 16 trata de “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ONU, 2015, [online])”.

Ainda no ODS 16, o item 10, orienta para “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais” (ONU, 2015, [online]).

Vale ressaltar que a Agenda 2030 é um compromisso político, o que significa que instituições públicas, privadas, sociedade civil, escolas e inclusive bibliotecas devem se atentar na realização de ações que cumpram tais metas. Neste sentido, a Federação Internacional das Associações e Instituições ligadas às Bibliotecas (IFLA), se mobilizou a pensar como as bibliotecas podem contribuir para a Agenda 2030. E afirma que “[...] o crescente acesso à informação e ao conhecimento por parte da sociedade por meio das tecnologias da informação, torna possível o desenvolvimento sustentável e mais qualidade de vida para as pessoas” (IFLA, 2016).

A partir dessas afirmações, é importante considerar que esses objetivos contribuem para a implementação de estratégias que minimizem barreiras de acesso à informação para pessoas com deficiência, evidenciando a necessidade da atualização e adequação dos espaços e serviços das bibliotecas como também da formação de competências profissionais do bibliotecário. São ações que devem contemplar serviços acessíveis e que tragam garantias para o direito de acesso à informação pelas pessoas com deficiência conforme estabelecido nos planos de ações nacionais e regionais (Silva; Spudeit, 2020).

Assim, destaca-se a preocupação com o desenvolvimento de habilidades, para que os indivíduos sejam capazes de acessar, compreender e utilizar da melhor forma as informações disponíveis para o exercício da cidadania e do aprendizado ao longo da vida (Belluzzo, 2018). Fator que se relaciona diretamente com a ColInfo, pois as ações em prol dos ODS podem desenvolver habilidades nos sujeitos à medida que também são alcançados, inclusive em pessoas com deficiência.

Essa preocupação vai ao encontro também à ética e à missão do bibliotecário que necessita garantir e facilitar o acesso a todas as manifestações do conhecimento e da atividade intelectual; em sua aquisição, preservação e tornando acessível a mais ampla variedade de materiais que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade, segundo a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA, 1999). Nesse sentido, pessoas

com deficiência devem ser incluídas em todo o tipo de atendimento em uma biblioteca. A IFLA apresenta a biblioteca escolar como

[...] espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos estudantes da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. Este lugar físico e digital é designado por vários termos (por exemplo, centro de mídia, centro de documentação e informação, biblioteca/ centro de recursos, biblioteca/ centro de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções. (International Federation of Library Associations, 2016, p. 19).

A biblioteca escolar, por se encontrar na escola, e ser um dos primeiros espaços de convívio diário das crianças fora de casa, pode ser considerado um ambiente extremamente impactante no atendimento às pessoas com deficiências. Segundo a Lei 13.146/2015 de 6 de junho de 2015, é considerado com deficiência a pessoa que, “[...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Para além das atribuições formais que a biblioteca possui, é importante haver ações promovidas pelos bibliotecários e profissionais da informação, que assegurem o acolhimento e direito ao acesso à informação por parte dessas pessoas. A fim de ampliar os estudos em relação a esse público e fornecer subsídios para que os profissionais bibliotecários tenham instrumentos e informações básicas para atenderem às pessoas com deficiência em suas mais diversas necessidades e especificidades possibilitando a todos, sem distinção, o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura. Nesse contexto, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) criou o grupo de trabalho de acessibilidade em bibliotecas, denominado de GT-Acess.

O grupo possui quatro objetivos, quais sejam:

- Contribuir na elaboração de políticas internas e protocolos de atendimento que sejam inclusivos, que busquem incessantemente eliminar as barreiras físicas e atitudinais que se colocam na vida das pessoas com deficiência;
- Desenvolver um instrumento (checklist) para análise da acessibilidade em bibliotecas e centros de documentação que elenca 8 categorias de acessibilidade (arquitetônica, mobiliário e equipamentos, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal);

- Propiciar um espaço para difusão e compartilhamento de material de apoio, como artigos e pesquisas realizadas no âmbito da Biblioteconomia sobre o tema;
- Colaborar na formação de equipes para atuarem em Bibliotecas promovendo a acessibilidade (FEBAB, 2023, [online]).

Além dos objetivos mencionados, o GT-Acess se debruça em três eixos de trabalho, que consistem na: 1) Produção do *checklist* online de acessibilidade para Bibliotecas e Centros de documentação seguindo os princípios de: sustentabilidade; atualidade; viabilidade econômica; praticidade e aplicabilidade; 2) Organização do SENABRAILLE, evento que objetiva estimular a discussão e a troca de experiências entre os profissionais que trabalham nas bibliotecas, sobretudo, para atender o público com deficiência; 3) Manter ativa as discussões sobre o tema entre os profissionais da área de Biblioteconomia e demais áreas que trabalham com a acessibilidade em todas suas dimensões e/ou categorias (FEBAB, 2023, [online]).

O *checklist* elaborado pela FEBAB tem como base o trabalho de Nicoletti (2010), e tem por finalidade auxiliar as bibliotecas, independentemente de sua tipologia (escolar, pública, especializada, universitária, comunitária entre outras), para que possam se tornar espaços acolhedores e inclusivos para todas as pessoas e das mais diferentes situações, especialmente cuja mobilidade física e condições intelectuais sejam diferentes do padrão. O documento serve como norteador para analisar a acessibilidade em bibliotecas e centros de documentação, o mesmo elenca oito categorias de acessibilidade, sendo elas: arquitetônica, mobiliário e equipamentos, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Pode-se obter questionário para consulta de forma on-line ou em formato PDF, na página da FEBAB⁴.

Diversas são as iniciativas voltadas às bibliotecas, porém, os desafios são inúmeros e variam de acordo com o contexto social e econômico o qual se encontra cada unidade. O apoio institucional ou governamental nesse sentido é fundamental, além dos recursos que devem ser disponibilizados para esse tipo de demanda. A biblioteca é um ambiente que deve oportunizar relacionamentos entre usuários e informação, usuários entre si e usuários e a própria biblioteca.

⁴ Link de acesso ao questionário da FEBAB: <https://www.acoesfebab.com/checkliston>.

Sob essa perspectiva, Wellichan e Lino (2018, p. 5) afirmam que, “o usuário de biblioteca, a criança ou adolescente com deficiência ainda é pouco contemplado pelos serviços, acervo e ambiente de forma geral, principalmente quando o assunto se refere aos serviços [...]”. Parte desse despreparo advém da falta de incentivo para o desenvolvimento de tais ações, por outro lado, muitas vezes os profissionais já se veem sobrecarregados com suas demandas cotidianas e se quer sabem onde podem recorrer para que tenham uma formação adequada.

O acolhimento da biblioteca nesses casos, é parte fundamental e pode vir a superar diversos desafios com essa simples atitude. Os serviços prestados por bibliotecários e profissionais da informação não podem de forma alguma excluir pessoas com deficiência de um atendimento digno e satisfatório, e cujos processos podem trazer benefícios inclusive para os profissionais, que entram em processos de multiplicação e desenvolvimento de habilidades. Em relação à essas iniciativas, Pupo, Melo e Ferrés (2006), comentam sobre a Associação de Bibliotecários Canadenses, que em 1993, após quatro anos de estudos voltados às pessoas com deficiência, elaboraram o “*Canadian Guidelines on Library and Information Services for People with Disabilities*”, um guia voltado à implementação e à mensuração de serviços especializados.

Nota-se uma preocupação no que tange a adequar o espaço e as ações da biblioteca, com princípios que possam nortear os profissionais em relação ao atendimento e, em geral, o interesse individual de cada um, que impacta diretamente nos processos que envolvem propiciar o acesso à informação. É imprescindível que haja a vontade de querer aprender e acreditar, uma vez que, “Esse é o combustível necessário para seguirmos adiante, não apenas cumprindo a lei, mas trabalhando de acordo com o código de ética de nossa profissão, na construção de uma sociedade mais justa e mais humana” (Pupo; Melo; Ferrés, 2006, p. 15).

As diferenças entre as pessoas devem ser motivo de valorização, e não de exclusão, a saber, que cada qual possui suas potencialidades. E para trabalhar reconhecendo as condições de pessoas com deficiências, é preciso saber adaptar os ambientes e comportamentos em benefício delas. A inclusão social visa adequar a sociedade às necessidades da pessoa com deficiência, seja no trabalho, lazer, educação, serviços de saúde e demais, se trata de um

processo que colabora para construir uma “nova sociedade”, por meio de transformações nos ambientes físicos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte e principalmente na mentalidade das pessoas” (Sasaki, 2010). O que implica em questões acima de tudo, atitudinais, para além das transformações meramente físicas e tecnológicas, que envolvam a sociedade no que diz respeito a aceitar as diferenças, valorizando a diversidade.

São ações possíveis, mas que exigem a busca por informação, a troca de experiência e o bom senso em muitas situações, a depender de cada biblioteca, público e contexto. É necessário que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, e possamos refletir sobre nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão (Pupo; Melo; Ferrés, 2006).

Ainda que existam políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, muitas bibliotecas se deparam com barreiras nas quais envolvem a falta de comprometimento, ética e cultura organizacional. O bibliotecário à frente da biblioteca deve tomar para si o papel de transformador social e promover ações que envolvam a equipe e a instituição em que atua. Silva e Spudeit (2020, p. 18) comentam que,

Para atingir o objetivo de facilitar o acesso à informação nas bibliotecas, é prioridade incluir no currículo de formação do bibliotecário, temáticas relacionadas ao processo de inclusão social e acessibilidade informacional. Da mesma forma, o bibliotecário precisa buscar conhecimento e qualificar-se para atender as necessidades informacionais de todos, desenvolvendo cada vez mais sua responsabilidade social.

A responsabilidade social da instituição ou organização em que o bibliotecário atua, é tão responsável quanto o próprio profissional. De modo que a qualificação para o atendimento de pessoas com deficiência não seja uma atitude de benevolência e caridade, tampouco de questões morais, mas que sejam atitudes que busquem promover e garantir o direito desses cidadãos.

Ao contribuir com esses pontos, a Colnfo é fundamental nesses processos, nos quais são necessárias habilidades para avaliar, buscar, utilizar e compartilhar a informação de forma responsável e eficiente para o público específico. O que inclui saber utilizar ferramentas e tecnologias, e que em muitos

casos que envolvem a inclusão social, são atributos indispensáveis. Nesse contexto, foram criadas as tecnologias assistivas.

As tecnologias assistivas ou tecnologia de apoio, são termos utilizados para identificar os recursos e serviços que contribuem para ampliar ou desenvolver habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Englobam produtos, metodologias, estratégias e práticas que tem por objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2021, [online]).

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criou a página virtual do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA), no qual contextualiza e apresenta Leis, dados e objetivos relacionados ao Plano, a página autoriza ainda a consulta pública, a fim de colher sugestões e aperfeiçoamento do PNTA, e se compromete também a desenvolver plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de quatro anos (Brasil, 2021, [online]). O objetivo principal do PNTA consiste em:

Estruturar e orientar as ações do Estado Brasileiro para apoiar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a disponibilização de produtos e dispositivos de tecnologia assistiva, além de estabelecer diretrizes para realização de ações, iniciativas, práticas e estudos envolvendo tecnologia assistiva e ajudas técnicas, como meio de promover o desenvolvimento da autonomia e da independência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a superação da exclusão social e das barreiras para o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, ao transporte e à moradia, tendo em vista a proteção social, o cuidado adequado e o pleno exercício da cidadania (Brasil, 2021, [online]).

As diretrizes no PNTA visam alcançar aspectos voltados à inclusão social decorrentes da inserção da tecnologia assistiva na vida diária das pessoas com deficiência, seja no trabalho, na educação, na saúde, no esporte e no lazer. Isso envolve a integração de competências, capacitação de profissionais, facilitação do acesso a produtos, dispositivos, metodologia e serviços e a atuação de forma articulada e integrada que potencializam os efeitos positivos da inserção da tecnologia assistiva nos diversos campos e o seu alcance universal pelas pessoas que delas necessitarem, promovendo assim a inclusão social, a autonomia e a independência (Brasil, 2021, [online]).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da OMS, tem por finalidade proporcionar uma linguagem padronizada como um sistema de descrição da saúde e de estados relacionados à saúde, assim,

As deficiências são classificadas nas categorias apropriadas utilizando-se critérios de identificação definidos (presente ou ausente de acordo com um valor limiar). Esses critérios são os mesmos para as funções e estruturas do corpo. Eles são: (a) perda ou ausência; (b) redução; (c) aumento ou excesso e (d) desvio. Uma vez que uma deficiência esteja presente, ela pode ser graduada em termos de gravidade utilizando-se o qualificador genérico da CIF (OMS, 2008, p. 24).

Sem o objetivo de apresentar a CIF exaustivamente, porém apenas a fim de contextualizar junto ao Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, em consonância à CIF, o PNTA adota a dimensão biopsicossocial da deficiência, o que permite considerar processos de desenvolvimento pessoal, habilitação, reabilitação, autonomia e participação social de pessoas com deficiência, considerando limitações na realização de atividades que podem ser agravadas devido às diversas barreiras. Essas interações podem ser eliminadas ou facilitadas de acordo com a ampliação de condições de enfrentamento, pela existência de suportes, políticas de inclusão, tecnologia assistiva e ajudas técnicas que ampliam capacidades, acesso e acessibilidade (Brasil, 2021, [online]).

Estes fatores diferenciam as tecnologias assistivas das demais tecnologias, pois promovem a autonomia, a garantia de direitos e a participação social de pessoas com deficiência na sociedade. Desse modo, as diretrizes do PNTA se constituem respectivamente:

- (I) - eliminação, redução ou superação de barreiras à inclusão social por meio do acesso e do uso da tecnologia assistiva;
- (II) - fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação para a criação e implementação de produtos, de dispositivos, de metodologias, de serviços e de práticas de tecnologia assistiva;
- (III) - fomento ao empreendedorismo, à indústria nacional e às cadeias produtivas na área de tecnologia assistiva;
- (IV) - promoção da inserção da tecnologia assistiva no campo do trabalho, da educação, do cuidado e da proteção social;
- (V) - priorização de ações voltadas ao desenvolvimento da autonomia e da independência individuais.

Tais diretrizes, vão ao encontro do trabalho que deve ser realizado nas bibliotecas, enquanto unidades de informação que devem promover todos esses

serviços para pessoas com deficiência, proporcionando equipamentos e recursos informacionais e espaços adequados. Silva e Spudeit (2020) comentam sobre bibliotecas-exemplos, que oferecem serviços especializados aqui no Brasil como: o Repositório de Informação Acessível da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Biblioteca Villa-Lobos, a Biblioteca de São Paulo, a Biblioteca Acessível da Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Desse modo, é necessário que estratégias sejam colocadas em práticas para que esse leque de exemplos seja ampliado e mais instituições possam contar com bibliotecas acessíveis e inclusivas. Juntamente com as tecnologias, os recursos humanos devem ser considerados na luta em prol de pessoas com deficiência ou algum tipo de condição neurológica atípica, como é o caso do TEA. Questões que envolvem diretamente fatores motivacionais na busca de habilidades que possam suprir essas necessidades e que, conforme afirmam Righetto e Vitorino (2019, p. 22), vão “[...] além de procedimentos sobre técnicas e tecnologias: a motivação intrínseca, interna, é vista como o fator propulsor desta competência, no sentido que se deve despertar o anseio de assimilar e localizar a informação de maneira independente.” A ColInfo nesses processos, tem papel fundamental e alcança diversas esferas e dimensões, conforme já apresentado, o que inclui posicionamentos institucionais e pessoais, tanto das bibliotecas quanto dos bibliotecários e profissionais da informação que atuam nesses espaços.

4.1 BIBLIOTECA, BIBLIOTECÁRIO E O TEA: RELACIONAMENTOS COM A COLINFO

Para garantir que as bibliotecas cumpram seu papel no que se refere à inclusão social e acessibilidade, é primordial que o profissional a frente desses espaços também trabalhe de acordo com esses objetivos. Assim, o papel *advocacy* (defensor) dentro da ColInfo, não significa somente apoiar e defender uma causa, mas também propor mudanças e ações estratégicas voltadas à transformação social (ALA, 2008). Afirmação que tem reverberado cada vez mais dentre as práticas que necessitam ser ampliadas nas mais diversas tipologias de bibliotecas e em relação às habilidades de suas equipes.

O CILIP (2018) afirma que a ColInfo no contexto da cidadania envolve ajudar as pessoas a compreender sobre o mundo ao nosso redor, isso implica em compreender e aceitar as diferenças e a diversidade de forma que a ColInfo nos permite participar da democracia, fazer julgamentos e reconhecer preconceitos e desinformação e ajudar no combate à exclusão. Sob essa perspectiva, o olhar cuidadoso para com pessoas com TEA deve ser assertivo, e trazer o acolhimento e cuidado como característica principal no atendimento na biblioteca.

Este papel vem ao encontro da diretriz do Plano Nacional de Tecnologias Assistivas quando afirma que

O cuidado é uma estratégia de compartilhamento de atenção, um conceito relacional, que amplia capacidades na situação de dependência das pessoas com deficiência, idosos e de suas famílias cuidadoras, no enfrentamento das distintas barreiras, equipara os direitos destas às demais pessoas e impede negligências, institucionalizações continuadas, violências e outras violações de direitos. Diante disso, identificar o cuidado como uma tecnologia assistiva reafirma o conceito político do cuidado como direito e, portanto, uma obrigação constitucional de oferta pelo Estado, na promoção da igualdade de oportunidade, inclusão e participação social de cuidados e cuidadores, somando-se às competências da sociedade e da família com as pessoas com deficiência, na perspectiva do direito à vida digna, à proteção social, à eliminação das barreiras, dos estigmas e dos preconceitos (Brasil, 2021, [online]).

Embora o TEA não seja caracterizado como uma deficiência, mas como uma condição neurológica, essa afirmação que embasa o cuidado como uma “assistência” inclusive perante o Estado, pode-se aplicar ao contexto de atendimento de pessoas nessa condição. E pode-se aplicar também ao contexto das bibliotecas e bibliotecários, que necessitam ter o cuidado como elemento fundamental em seu cotidiano.

Para isso, é importante que o bibliotecário em sua atuação, possua conhecimentos e habilidades que extrapolam questões informacionais e biblioteconômicas e saibam lidar com aspectos pedagógicos, emocionais e sociais (Pereira; Miranda; Alcará, 2021). Considerando essa perspectiva, a biblioteca escolar na maioria das vezes pode ser o primeiro tipo de biblioteca, no qual um indivíduo, independentemente de sua condição, terá acesso. Responsabilidade potencializada, uma vez que o primeiro contato pode ser impactante tanto por motivos positivos, quanto negativos.

No contexto de bibliotecas universitárias, Shea e Derry (2019, tradução nossa) afirmam que, estudantes universitários com TEA têm o direito e a necessidade de serem usuários ativos da biblioteca acadêmica. No entanto, existem algumas barreiras e comportamentos que as pessoas com TEA apresentam que podem impedir sua capacidade e desejo de usar a biblioteca. Esses impedimentos incluem a falta de conhecimento sobre o TEA por parte de bibliotecários e funcionários de bibliotecas acadêmicas. Essa afirmação apresenta questões que afligem as bibliotecas não somente em âmbito nacional, e tampouco apenas escolar, mas que de modo geral sugerem passar pelos mesmos desafios.

No Brasil, conforme já apresentado, a legislação garante o direito à educação a todos os sujeitos, inclusive pessoas com TEA, assim, o TEA é amparado pela Lei nº 12.764/12 (Brasil, 2012), a qual prevê punição para autoridades escolares que se recusarem a matricular pessoas com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência. Deste modo, é garantido o acesso a todos os equipamentos que compõem uma escola, e a biblioteca faz parte desse conjunto, que deve acolher, atender e suprir as necessidades informacionais dessas pessoas e cuidadores. “A biblioteca escolar como parte integrante do sistema educacional deve ter iniciativas inclusivas para inserir estudantes com TEA e outros tipos de deficiência, cada um dentro da sua particularidade compõe o todo da escola” (Sampaio; Farias, 2020, p. 3).

Ao pensar no atendimento em uma biblioteca, a primeira atitude que se deve ter em mente é a não excludente, é importante que se tome um posicionamento firme com a responsabilidade de estar atuando em um espaço inclusivo e que promove direitos sociais. Visando auxiliar nesses processos Pupo, Melo e Ferrés (2006), organizaram um trabalho intitulado, *Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas*, o qual idealiza e comenta sobre como seria uma biblioteca na perspectiva inclusiva, desde aspectos arquitetônicos até os atitudinais do cotidiano. Em um dos capítulos, Baptista (2006, p. 15) destaca algumas dicas básicas que podem ser aplicadas em relações sociais do dia a dia, especialmente nas bibliotecas, são elas:

- O que é básico - Todas as pessoas têm o direito de participar em todos os níveis da sociedade, vivenciando deveres e direitos garantidos pela nossa constituição de maneira igual. Ninguém é

- absolutamente perfeito, todos têm as suas dificuldades; nenhuma pessoa é igual à outra;
- Regras de convívio - Cordialidade, educação, interesse e motivação são alguns requisitos básicos do bom convívio entre quaisquer pessoas;
 - Não há regras especiais de conduta para o convívio com as pessoas com deficiência - Os caminhos não estão todos previamente construídos e fixados, se quisermos apontar um erro nesta convivência poderemos falar em omissão: preferir não ver, olhar para outro lado, evitar uma dada situação. Mas se pensarmos bem, a omissão é sempre errada em questões de convívio, seja qual for a situação;
 - Em caso de dúvida - É sempre aconselhável perguntar se uma pessoa precisa de ajuda, antes de fazer qualquer coisa por ela. Se este for o caso, perguntar como é possível ajudar esta pessoa, isso já é um bom começo;
 - Para não esquecer - Todas as pessoas podem nos surpreender em muitas coisas, sejam elas aparentemente normais ou aparentemente deficientes.

São orientações simples, sob o ponto de vista prático, mas que por vezes passam despercebidas aos olhos de bibliotecários e demais profissionais da informação. Trabalhar em prol da inclusão social não é tarefa fácil, e tampouco lidar com os desafios imprevisíveis que em muitos casos decorrem de um comportamento pessoal e individual de cada sujeito. Nesse contexto, o bibliotecário deve estar preparado para as adversidades e buscar um trabalho colaborativo, em conjunto com demais profissionais que possam auxiliá-lo nesse caminho.

A ColInfo, neste sentido, pode ser desenvolvida e até mesmo multiplicada, e o bibliotecário necessita exercer seus papéis como educador e multiplicador da ColInfo, que abrange atuar como: Defensor; Coordenador; Designer Instrucional; Eterno Aprendiz; Líder; Docente e Parceiro de Ensino (ACRL, 2017). O que compreende também em saber utilizar as distintas dimensões da aprendizagem e do desenvolvimento de habilidades informacionais e atitudinais, que podem ser ensinadas em diversos contextos. São papéis que contribuem para atuação em vários aspectos e prepara o bibliotecário para desenvolver ações de aprendizagem em diferentes sujeitos, considerando suas necessidades informacionais, desejos e reconhecendo suas condições culturais, sociais e históricas (Pereira; Miranda; Alcará, 2021).

É importante considerar também, que muitos bibliotecários desconhecem as leis de acessibilidade, e existe um desafio ainda maior que é a falta de bibliotecários nas bibliotecas, muitos profissionais atuam nesses

espaços sem qualquer formação ou preparo especializado. São fragilidades que precisam ser superadas, no contexto escolar, tanto a biblioteca quanto o bibliotecário, devem estar contemplados no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, para que assim possa se garantir a responsabilidade social. Entretanto, existem muitos casos de funcionários afastados de suas funções de professor ou outro setor, atuando nas bibliotecas e não aproveitando de forma adequada o espaço e suas potencialidades, sem ter subsídios para atender os usuários e suas necessidades (Wellichan; Lino, 2018).

Em concordância a essas afirmações, Santos e Diniz (2018) comentam que, é preciso superar desafios referentes à implementação do letramento informacional na biblioteca, por meio da implantação desta ação no PPP da escola, será possível discutir com a comunidade escolar a necessidade de estabelecer iniciativas em prol da leitura e da aquisição de conhecimento para os estudantes com autismo. Iniciativas que só serão viabilizadas mediante a presença de bibliotecários qualificados nas bibliotecas a fora. O letramento informacional possui conceitos inter-relacionados à ColInfo, faz parte de “[...] um processo investigativo, que propicia o aprendizado ativo, independente e contextualizado; o pensamento reflexivo e o aprender a aprender ao longo da vida” (Gasque, 2013, [online]).

No que tange a criar estratégias para o atendimento de pessoas com TEA nas bibliotecas escolares, é fundamental que o bibliotecário trabalhe em parceria com os docentes, criando um círculo mais flexível e voltado para projetos, construindo deste modo oportunidades inclusivas. Para isso, é importante que o bibliotecário participe de reuniões pedagógicas, se aproprie do Projeto Político Pedagógico Institucional, para poder propor extensões da sala de aula dentro da biblioteca, de forma que as atividades possam ser preparadas em conjunto, e haja uma integração entre biblioteca e sala de aula (Wellichan; Lino, 2018). A troca de ideias e habilidades, colabora significativamente na construção de qualquer atividade, ação que, se somada ao olhar sensível de acolhimento que deve haver, especialmente para pessoas com TEA, as chances de uma proposta não ter um impacto positivo são mínimas.

Ainda referente a biblioteca escolar inclusiva, que é um meio de acesso ao conhecimento, é importante que oportunize a todos os tipos de usuários um

serviço de qualidade e que atenda a sua especificidade, e juntamente existe o desafio para o bibliotecário educador nesse ambiente, pois

[...] deve estar apto a exercer, sem discriminação, um serviço especializado e de qualidade também para estudantes com TEA. Uma biblioteca escolar inclusiva, que possa comportar em seu espaço físico estudantes cadeirantes, com baixa visão/audição ou perca total dentre outras especificidades, requer além de dedicação, uma equipe multiprofissional para pensar a arquitetura e designer do espaço, disposição do acervo, aparato tecnológico, formação e capacitação de pessoas etc. Tudo isso com a finalidade de tornar o conhecimento acessível a todos (Sampaio; Farias, 2020, p. 12).

Deste modo, é possível compreender que não há como desvincular a biblioteca do bibliotecário e, principalmente, do papel indispensável que o mesmo possui. Trata-se de exercer seu trabalho atuando como protagonista na transformação social e criando inúmeras possibilidades, ao promover práticas inovadoras, buscando sempre se atualizar, se apropriar de tecnologias ou mesmo ressignificar práticas tradicionais como uma simples contação de histórias.

Tornar uma biblioteca acessível e inclusiva, especialmente para pessoas com TEA, requer considerar as singularidades de cada um, pois a depender do grau de autismo do usuário o mesmo pode passar de uma deficiência cognitiva extrema até-altas habilidades. É primordial tornar o aprendizado agradável para esses indivíduos, e assim ajudar na identificação dos diferentes estímulos a partir das atividades, que podem variar conforme o grau de dificuldade e tempo de realização (Farias, 2019). Pensando nisso, cabe ao bibliotecário utilizar as tecnologias assistivas, diferentes mídias e demais artifícios ao seu favor, e fazer valer o direito dessas pessoas, sempre com cuidado e sensibilidade. Em 2010, Dudziak já refletia sobre a obrigação de repensar atitudes frente a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e suas inovações. O que exige criar novas estratégias, mobilizar recursos, conhecimentos e habilidades em prol dessas ações.

Perante a essa concepção, é importante que as políticas públicas sempre estejam vinculadas às práticas realizadas, pois em geral reconhece-se que embora a tecnologia esteja atrelada ao desenvolvimento natural de uma sociedade, problemas sociais como o acesso à dispositivos digitais, à tecnologia entre outras fontes de informação abrangem a determinadas camadas da

população brasileira, inclusive famílias e cuidadores de pessoas com TEA. Assim, a alfabetização informacional e midiática também pode colaborar no atendimento a usuários com TEA, se fazendo necessária por inúmeros aspectos.

Para uma biblioteca que almeja se tornar acessível e inclusiva, a alfabetização informacional e midiática oferece atributos que incluem também habilidades de um indivíduo para utilizar as diferentes mídias como ferramentas para o acesso à informação, requisito fundamental na atualidade.

A alfabetização informacional e midiática acaba por se tornar essencial na vida dos indivíduos, visto que seu conceito alcança destaque como resultado de demandas urgentes em uma sociedade conectada e saturada pelas mídias e informações instantâneas (Dudziak; Ferreira; Ferrari, 2017). A declaração de Moscow (2012) apresenta a alfabetização informacional e midiática como oportunidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas, contudo é preciso saber lidar com os problemas e barreiras existentes ao uso livre de informações, e ainda a definem como

[...] uma combinação de conhecimentos, atitudes, habilidades e práticas necessárias para acessar, analisar, avaliar, usar, produzir e comunicar informações e conhecimentos em maneiras criativas, legais e éticas que respeitem os direitos humanos. Indivíduos competentes em informação e mídias podem usar diversos meios, fontes de informação e canais em suas vidas profissionais e públicas. Eles sabem quando e quais informações precisam, para que e onde e como obtê-las. Eles entendem quem criou a informação e por que, assim como os papéis, responsabilidades e funções da mídia, provedores de informação e instituições de memória. Eles podem analisar informações, mensagens, crenças e valores transmitidos pela mídia e por qualquer tipo de produtor de conteúdo e podem validar informações que encontraram e produziram em uma variedade de informações genéricas, pessoais e critérios baseados em contextos. As competências em informação e midiática vão além da informação e tecnologias de comunicação para abranger aprendizado, pensamento crítico e habilidades interpretativas, além das fronteiras profissionais, educacionais e sociais. A competência em informação e midiática aborda todos os tipos de mídia (oral, impressa, analógica e digital) e todas as formas e formatos de recursos (IFLA, 2012, p. 2, tradução nossa).

O desenvolvimento dessas habilidades se faz importante no contexto da biblioteca inclusiva, pois capacita o profissional que está a sua frente e faz com que o mesmo atue como multiplicador, fortalecendo e empoderando famílias, cuidadores e pessoas com TEA. Em muitos casos, habilidades e conhecimentos tidos como básicos já não são suficientes para alcançar esferas mais complexas

de necessidades informacionais. Em uma sociedade que frequentemente se depara com notícias e informações falsas, nas quais a Ciência tem sido colocada em dúvida, existe uma demanda urgente em saber direcionar atividades que desenvolvam a ColInfo (Dudziak, 2013), e neste sentido, a ColInfo é parte essencial à análise e interpretação de qualquer informação, inclusive informações de origem duvidosa (Silva; Ottonicar; Yafushi, 2017). Assim, saber utilizar as mídias e ser capaz de utilizar a informação no contexto correto ultrapassa barreiras sociais, e cria oportunidades, junto a isso, garantir que a biblioteca e o bibliotecário estejam envolvidos nesses processos sustenta perspectivas de reais transformações.

Ackin e Mackinney (2004) realizaram estudos a fim de compreender como bibliotecas públicas e escolares podem atender melhor crianças com autismo, a partir daí comentam que “[...] jovens com autismo se beneficiam de leitura oral, histórias, multimídia, música e esforços de alfabetização. A experiência profissional do especialista em mídia da biblioteca escolar ou do bibliotecário público fala diretamente a este grupo” (Ackin; Mackinney, 2004, p. 35, tradução nossa). Sob a perspectiva das autoras, o bibliotecário é peça fundamental para introduzir visitantes às bibliotecas públicas. Devido às diversas ações que pode desenvolver em prol desses sujeitos.

De modo geral, garantir que o bibliotecário esteja capacitado e munido de informação sobre questões acerca do autismo e de políticas públicas referentes às pessoas com deficiência é um sinal inicial de que a biblioteca caminha para ser acessível e inclusiva. A respeito da abordagem no momento do atendimento em uma biblioteca, Farias (2019, p. 33) orienta que

Ao interagir com uma pessoa com Transtorno Espectro Autista:

- Evite olhar fixamente nos seus olhos;
- Saiba que portadores de TEA têm dificuldade de expressar o que estão procurando;
- Podem não responder quando chamados pelo nome;
- Têm dificuldades de concentração e de terminar tarefas;
- Costumam repetir os mesmos movimentos.

O que pode ser feito em primeiro momento:

- Agir com naturalidade;
- Falar calmamente;
- Apresentar o espaço da biblioteca;
- Estar disponível para ajudá-lo.

A autora, parte do ponto de que, a maioria dos profissionais da área não estão preparados para lidar com esse público e necessitam de apoio para

qualificar seus serviços. A fim de nortear profissionais que atuam em bibliotecas, Farias construiu um guia que apresenta iniciativas simples por meio de atividades cotidianas.

Quadro 3 - Pontos que podem ser explorados em bibliotecas voltadas a pessoas com TEA

PONTOS A EXPLORAR	BENEFÍCIOS
Palestras sobre autismo	Ter conhecimento sobre a temática e subsídios para buscar tratamentos.
Hora do conto	Por meio das histórias, o uso de objetos como fantoches, figuras, música etc., auxilia no desenvolvimento da imaginação e interpretação.
Atividades com animais	Aquisição de linguagem e percepção, proporcionam melhores sensações e interações sociais e melhorias no desenvolvimento da linguagem.
Atividades lúdicas - (Jogos de tabuleiro; Leitura a partir de grandes imagens; Conhecer novos lugares; Quebra-cabeça; Pular corda; Jogar bola; Esconde-esconde; Bolhas de sabão, dentre outros)	Criação de vínculo; envolvimento; desenvolvimento de habilidades; socialização; respeito; tolerância; Existem jogos com características específicas para crianças com TEA (imagens realistas, número reduzido de imagens, recursos para desativar o som, opções de recompensas etc.); segurança e autoestima.
Recursos de informática	Interação; Facilitadores no aprendizado etc.
Comunicação facilitada - (Troca de figuras e imagens)	Comunicação, especialmente de pessoas não verbais ou com a fala prejudicada.
Espaços reservados	Espaços calmos e silenciosos auxiliam em momentos difíceis, de crises, em que há a necessidade do estímulo ao equilíbrio, somado à objetos sensoriais, que podem trazer tranquilidade.

Fonte: Elaborado a partir de Farias (2019, p. 37).

Diversos pontos foram apresentados até o momento, com o intuito de apresentar possibilidades no que tange a potencializar o atendimento em bibliotecas para portadores do TEA. O profissional que promove iniciativas que abrangem aspectos sociais, legais, pedagógicos, lúdicos, tecnológicos e de acolhimento, trabalha em prol dessas pessoas e torna a biblioteca um espaço acessível e inclusivo. Considerar ainda que a constante atualização em relação à temática, a realização de parcerias dentro e fora da biblioteca e a flexibilidade livre de preconceitos e julgamentos pessoais, contribuem significativamente para a troca de experiências e a multiplicação de habilidades.

Em relação às habilidades que podem ser multiplicadas, Ackin e Mckinney (2004), fazem uma relação de troca também entre bibliotecas, apresentando possibilidades de atividades voltadas aos autistas, no contexto da biblioteca escolar e da biblioteca pública. E assim criam um paralelo em que as habilidades desenvolvidas na biblioteca escolar podem ser transferidas para a biblioteca pública local e depois estendidas a outras situações da comunidade. As habilidades desenvolvidas na biblioteca pública, por sua vez, são transferidas de volta para a escola, obtendo um ciclo de sucesso. Os bibliotecários nesse contexto têm a oportunidade de dar uma contribuição real para a vida das crianças que enfrentam muitos desafios (Ackin; Mckinney, 2004, tradução nossa).

São questões a serem consideradas, especialmente quando o objetivo comum das bibliotecas, independentemente de sua tipologia, é o atendimento de qualidade. Grande parte das experiências e colocações apresentadas neste estudo, se voltam para a biblioteca escolar, devido a familiaridade e primeiro espaço enquanto unidade de informação que muitos indivíduos terão na vida, inclusive portadores do TEA. Contudo, pôde-se observar que as práticas em bibliotecas voltadas a pessoas com transtorno do espectro autista ainda são escassas, e necessitam ser mais exploradas. As publicações referentes a biblioteca acessível e inclusiva cresceram nos últimos tempos, mas abrangem todos os tipos de deficiência, trabalhos que envolvam biblioteca e autismo ainda são limitados.

Outro ponto de grande importância, é a valorização da Ciência e da Pesquisa, em relação a busca, avaliação e uso da informação em um momento desafiador à sociedade, o de grande volume informacional e o compartilhamento exacerbado de *fake news* sobre os mais diversos assuntos. Uma biblioteca precisa estar pautada em informações verdadeiras e cientificamente comprovadas, defendê-las, exercendo seu papel defensor (*advocacy*), e não se contentar em compartilhar apenas informações superficiais sobre assuntos importantes como é o caso do TEA.

Construir um espaço que seja acolhedor, qualificado em termos de recursos humanos e que disponha de tecnologias e ferramentas, é um desafio até para os países mais desenvolvidos, mas que exige uma postura social das

bibliotecas. Essas por sua vez devem se preparar para o surgimento de mais particularidades, vulnerabilidades e deficiências, pois o avanço tecnológico e diagnósticos voltados à sociedade, também trazem consigo demandas específicas, as quais as bibliotecas necessitam atender.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, em relação aos procedimentos metodológicos foi escolhida a pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. Quanto ao delineamento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica no Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, em língua portuguesa e inglesa, e também um levantamento documental na rede social Instagram. Por fim, as análises seguirão os preceitos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Em relação à pesquisa, ela é exploratória devido à flexibilidade em possibilitar a consideração de vários aspectos relacionados ao fato estudado, estimulando sua compreensão, e tendo ainda o objetivo de aprimorar ideias e ou descobrir intuições. No caso específico deste estudo a pesquisa exploratória também se justifica em razão da temática ainda ser incipiente no âmbito da CI principalmente em se tratando da relação da ColInfo com a atuação do bibliotecário no contexto do TEA. Ao mesmo tempo a pesquisa é descritiva, pois visa descrever características de determinado grupo ou fenômeno, indo além da simples identificação do objeto, pois visa estabelecer relações entre as diversas variáveis e o objeto a ser estudado (Gil, 2002).

No que se refere à abordagem, a qualitativa se adequa melhor ao estudo proposto, visto que se aprofunda no significado das ações e das relações humanas, não tendo como objetivo quantificar os dados obtidos no estudo (Minayo, 2002), fator relacionado diretamente às possibilidades de ações propostas para pessoas com TEA no âmbito das bibliotecas.

A pesquisa bibliográfica visou recuperar publicações sobre a temática, e que pudessem colaborar no estudo voltado às práticas para pessoas com TEA em bibliotecas, nesse contexto, a pesquisa bibliográfica teve como objetivo “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas ou gravadas” (Marconi; Lakatos, 2002, p. 71).

Em relação à pesquisa documental a página do Instagram foi o *locus* da análise, com a observação de perfis que pudessem contribuir com as práticas voltadas a autistas em bibliotecas. Esse levantamento se fez necessário para

colher material no âmbito digital e que, não receberam tratamento analítico prévio, e que segundo Marconi e Lakatos (2002), se enquadram como pesquisa documental pois, trata-se de uma fonte primária.

Os dados obtidos nas duas fases de coleta foram mantidos fiéis à sua forma e analisados conforme a concepção do referencial teórico da pesquisa, seguindo os preceitos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), a fim de obter indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens. A análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (Bardin, 2016, [p. 48]).

Ainda em relação à análise de conteúdo, Triviños (2012) destaca que são necessárias três etapas para a sua aplicação, a saber: a) pré-análise (organização inicial dos dados coletados); b) descrição analítica (codificação dos dados, classificação e categorização); c) interpretação inferencial (interpretação dos resultados, estabelecimento de relações entre os resultados e relações com a literatura). Para tanto, estabeleceu-se *a priori* algumas categorias temáticas para análise: “ações/iniciativas das bibliotecas para a inclusão de pessoas com TEA”; “habilidades do bibliotecário para lidar com as ações inclusivas para pessoas com TEA”; “ações inclusivas para pessoas com TEA e dimensões da ColInfo”. Após a análise com base nessas categorias, percebeu-se a necessidade de incluir uma nova categoria para complementar os dados, que foi denominada de “barreiras para realização de ações inclusivas”. Dito isso, a seguir serão apresentados os dois momentos da pesquisa.

No primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental na rede social Instagram, sem recorte temporal, em perfis de bibliotecários e bibliotecas, a fim de encontrar ações realizadas com autistas, ou que estivessem sendo desenvolvidas em prol do atendimento à essas pessoas. O foco foi encontrar potenciais atividades em bibliotecas voltadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com TEA. Para essa fase da coleta de dados foi feito uso de um formulário (Apêndice A) para o registro dos dados coletados. Os termos

utilizados para a busca foram: Biblioteca Inclusiva; Biblioteca Acessível; Biblioteca e Acessibilidade; Biblioteca e TEA; Biblioteca e Autismo, e em inglês os mesmos termos traduzidos: *Inclusive Library*; *Accessible Library*; *Library and Accessibility*; *Library and ASD*; *Autism and Library*.

No segundo momento, foi realizado um levantamento bibliográfico nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, e o Portal de Periódicos da CAPES. O recorte temporal foi entre 2013 a 2023, considerando as possíveis atualizações sobre o TEA. Foram utilizadas as palavras-chave para a busca de trabalhos: “Autismo AND Bibliotecário AND Competência em Informação”; “TEA AND biblioteca”; “Autismo AND biblioteca inclusiva”; “*Autism AND librarian AND Information Literacy*”; “*ASD AND Library AND Information literacy*” e “*ASD AND Library*”.

Quanto aos critérios de exclusão, foram selecionados apenas os trabalhos que se encaixavam no recorte temporal, ações voltadas a pessoas com TEA promovidas por bibliotecários e, ou em bibliotecas das tipologias: escolar, universitária e pública, e que estivessem dentro das áreas da CI e Biblioteconomia. Foram excluídos aqueles que não se encaixavam dentro dos critérios apresentados, como ações voltadas a outras condições neuroatípicas, ou deficiências, periódicos de outras áreas, dentre outros.

Um ponto a ser salientado, é que foi recuperada a informação sobre um evento, o mesmo trata-se do Seminário Internacional de Programas Inclusivos de Bibliotecas para Usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA): práticas e desenvolvimento de potencial, título traduzido para o português. A menção sobre o evento foi recuperada na página da web da IFLA, a partir de termos em inglês em pesquisa na base de dados do Google Acadêmico, suas publicações foram enviadas via e-mail, após contato com uma das organizadoras, recuperando assim, nove trabalhos sobre a temática e que também compuseram a amostra de estudos analisados. E se caracterizam como quatro de biblioteca pública; dois de biblioteca universitária e três outros espaços informacionais.

A seguir (quadro 4), serão apresentados o total de trabalhos selecionados por tipo de biblioteca e por idioma, e os recuperados do evento, via e-mail.

Quadro 4 – Quantidade de trabalhos selecionados

Tipo de Biblioteca	Quantidade encontrada	Idioma
Escolar	8	Português – 6 Inglês – 2
Universitária	17	Português – 4 Inglês – 13 (2 via e-mail)
Pública	10	Inglês – 10 (4 via e-mail)
Outros	12	Português – 5 Inglês – 7 (3 via e-mail)
Total	47	
Instagram	15	Português – 9 Inglês – 6

Fonte: Dados da pesquisa.

É importante comentar que em relação ao total de artigos recuperados nas bases de dados, a pesquisa do Google Acadêmico resultou em 12.500 itens em inglês, sendo analisadas as primeiras 10 páginas de resultados, enquanto no Portal de Periódicos da CAPES foi de 37 itens, e que após análises criteriosas conforme já mencionada, resultou nos números apresentados no quadro 4.

Quanto aos procedimentos para análise dos dados bibliográficos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi feita a leitura dos títulos e resumos dos estudos para o ajuste da amostra final e já se ter uma ideia do conteúdo dos textos. A partir disso, procedeu-se à leitura dos textos completos, levando-se em conta as categorias temáticas definidas *a priori*, assim como os objetivos da pesquisa. Em relação aos perfis do Instagram, considerou-se o objetivo de cada perfil, assim como as ações inclusivas para pessoas com TEA. Ao longo da seção dos resultados, os dados foram apresentados em quadros, seguidos da descrição de cada estudo e sua análise, buscando estabelecer as relações com o bibliotecário multiplicador e as dimensões da ColInfo.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em relação aos resultados obtidos, foram recuperados 35 estudos sobre ações possíveis em bibliotecas públicas, escolares e universitárias, voltadas às pessoas com TEA, sendo 10 em português e 25 em inglês e mais 12 trabalhos de outras categorias. Um deles se caracterizou como trabalho de evento⁵ e a partir desse teve-se acesso a mais 9 trabalhos via e-mail que estão distribuídos conforme as categorias a que pertencem e destacados em linhas azuis, respectivamente: 4 sobre biblioteca pública; 2 sobre biblioteca universitária e 3 sobre ações diversas, elencados na categoria outros, esses que foram enviados por uma das organizadoras do referido evento. Conforme mencionado, a categoria outros elencou 12 trabalhos, que apresentavam iniciativas dentro da CI ou da Biblioteconomia, mas que não necessariamente mencionavam algum tipo de biblioteca, desses, estão 5 em português; e 7 em inglês, totalizando então uma amostra final de 47 estudos. Os buscadores localizaram uma quantidade maior de resultados e, embora alguns trouxessem exemplos de atividades que pudessem ser desenvolvidas com esse público, estavam relacionados às outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, foram considerados apenas estudos voltados às áreas de Biblioteconomia e CI, e que estivessem relacionados ao trabalho em bibliotecas e ou realizados por bibliotecários.

Os estudos foram organizados em quadros, sendo o quadro 5 voltado às ações em bibliotecas escolares, o quadro 7 às ações em bibliotecas universitárias e o quadro 9 às ações em bibliotecas públicas. A fim de contribuir com os resultados da pesquisa, foi elaborado ainda o quadro 11 com outros trabalhos relevantes para o estudo e que se referem às ações voltadas aos autistas, por fim o quadro 12 apresentará os perfis no Instagram que apresentaram alguma prática inclusiva no contexto do TEA. Os demais artigos do evento, que foram recebidos via e-mail também foram distribuídos ao final dos quadros de acordo com a categoria a que pertenciam e estão destacados em azul.

⁵ *International Seminar "Inclusive Library Programs for Users with Autism Spectrum Disorders (ASD): Practices and Potential Development"* (2021).

A partir da organização e análise dos trabalhos, foi estabelecida a relação entre as ações propostas em bibliotecas com as dimensões da ColInfo, e junto a isso uma análise de modo a associar os papéis que estão sendo ou poderiam ser desenvolvidos pelo bibliotecário educador e multiplicador da ColInfo, conforme o documento da ACRL (2017) *Roles and Strengths of Teaching Librarians*, ou seja, os Papéis e Forças do Bibliotecário Multiplicador. Vale ressaltar novamente que os sete papéis do bibliotecário educador e multiplicador da ColInfo correspondem às habilidades que podem ser desenvolvidas de acordo com vivências e contextos de atuação conforme exemplifica a figura 2:

Figura 2. Papéis do bibliotecário multiplicador da ColInfo



Fonte: Elaborado com base na ACRL (2017).

É importante salientar que embora os estudos que envolvam a temática sobre biblioteca inclusiva e TEA estejam crescendo, os resultados obtidos são ainda incipientes, não havendo quantidade de produção científica significativa se comparado a outras temáticas. Contudo, notou-se que os eventos e publicações no exterior demonstram maior atenção do que em âmbito nacional. A seguir, serão apresentados os estudos voltados às bibliotecas escolares, universitárias e públicas, respectivamente, e em ambos os idiomas, por fim serão apresentados os resultados de outros estudos que envolvem ações voltadas ao TEA não necessariamente em bibliotecas.

6.1 AÇÕES PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES

No quadro 5 estão listados cronologicamente os estudos recuperados nos últimos 10 anos, ou seja, entre 2013 e 2023, relacionados à biblioteca escolar, os mesmos foram numerados para facilitar a análise. Além disso, estão em amarelo os estudos no idioma inglês.

Quadro 5 – Trabalhos sobre biblioteca escolar e TEA

Nº	Ano de publicação	Título	Autor
1	2014	Bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão	MARCOLINO, M. A. R.; CASTRO FILHO, C. M.
2	2015	<i>Introducing an Information-Seeking Skill in a School Library to Students with Autism Spectrum Disorder: Using Video Modeling and Least-to-Most Prompts</i> - Apresentando uma habilidade de busca de informações em uma biblioteca escolar para Estudantes com TEA: usando modelagem de vídeo e comandos	MARKEY, P. T.; MILLER, M. L.
3	2017	Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca	SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; FERNANDES, E. M.
4	2018	Inclusão de crianças autistas no processo de leitura	SILVA, C. S.
5	2018	A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar	SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.
6	2019	Atuação inclusiva do bibliotecário escolar: análise acerca do transtorno do espectro autista	SAMPAIO, R. K. O.
7	2020	Biblioteca escolar inclusiva Análise acerca do transtorno do espectro autista	SAMPAIO, R. K. O.; FARIAS, G. B.
8	2021	<i>Expanding the Educational Network for Students with Autism: Partnering with School Librarians</i> - Ampliando a Rede Educacional para estudantes com Autismo: Parceria com bibliotecários escolares	LAYDEN, S. J.; ANDERSON, A.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

Conforme apresenta o quadro 5, foram selecionados oito artigos que propõem ações em bibliotecas escolares voltadas a pessoas com TEA, sendo esses, seis em língua portuguesa e dois em língua inglesa.

O Artigo 1 reflete sobre o cenário da inclusão na biblioteca escolar a atuação do bibliotecário pois esse profissional é o responsável pelo acolhimento do usuário, utilizando meios especiais de atendimento para aqueles cujas

dificuldades forem maiores, além de realizar, diversas formas de mediação da informação com os estudantes, e gerenciar e organizar o espaço da biblioteca de forma acessível. Nesse estudo os autores comentam sobre a biblioteca ser uma ferramenta pedagógica, realizando atividades lúdicas que trabalhem o desenvolvimento ético e a saúde mental de crianças e adolescentes, argumentam ainda sobre o papel social do bibliotecário referente ao atendimento. Esse deve ser de forma que cativa e conquiste os estudantes, inclusive usuários com necessidades especiais, como é o caso dos autistas. Citam ainda possibilidades como a mediação de leitura utilizando materiais reciclados, hora do conto, brincando de ator, construindo brinquedos, clube de leitura, entre outras (Marcolino; Castro Filho, 2014). É possível relacionar essa atuação do bibliotecário evidenciada no texto com as orientações trazidas pela ACRL (2017), ao destacar que o bibliotecário deve estar apto a desenvolver seu papel como professor, não agindo apenas passivamente, mas interagindo, motivando e construindo possibilidades para o aprendizado desses indivíduos.

O Artigo 2 investigou a eficácia de uma modelagem de pares de vídeo e a intervenção no ambiente da biblioteca escolar, visando à entrega instrucional de habilidades para a ColInfo para estudantes com TEA. Esse segundo estudo, elucida a elaboração de vídeos como estratégia para a instrução de estudantes com TEA, que nesse caso teve como foco a pesquisa no catálogo da biblioteca. Segundo os autores “A intervenção de modelagem de vídeo facilitou efetivamente a aquisição de habilidade de busca de informações e contribui para a literatura sobre estratégias de ensino para estudantes com autismo” (Markey; Miller, 2015, p. 20, tradução nossa). É perceptível que o bibliotecário exerça então seu papel como multiplicador da ColInfo voltado ao designer instrucional conforme já salientado pela ACRL (2017). O qual precisa prezar pela acessibilidade dos conteúdos, sendo também um promotor de direitos para que os autistas atendidos recebam informações e ferramentas conforme suas necessidades, assim como orienta a OMS (2022).

No Artigo 3 os autores buscam apresentar aos profissionais das bibliotecas escolares e comunitárias a importância de se capacitarem para que possam atender as necessidades informacionais dos usuários com TEA e melhor solucionarem as situações adversas com que podem se deparar no cotidiano. O

estudo tem fins explicativos e apoiou-se em pesquisa bibliográfica, com objetivo de levantar atividades que possam ser realizadas com esses usuários. Apresenta, deste modo, questões relacionadas à formação e capacitação do bibliotecário, e a comunicação que ele deve estabelecer com familiares e cuidadores a fim de qualificar seu atendimento. Os autores citam ainda recursos, tais como, imagens para facilitar a compreensão de avisos e eventos, telas de toque, *fidget toys*⁶, e a utilização de tecnologias assistivas nos recursos informacionais, visando à autonomia do indivíduo, a construção de um espaço confortável e agradável. Um ponto interessante citado foi o de que caso as pessoas com TEA não queiram permanecer na biblioteca, cabe ao bibliotecário acompanhá-las até a saída, convidando-as para retornar em outro momento (Santos; Diniz; Fernandes, 2017). Relacionando novamente o bibliotecário a um dos papéis como multiplicador da ColInfo, fica evidente o papel de eterno aprendiz (ACRL, 2017). Nesse caso, além de estar aberto para novos conhecimentos, o bibliotecário também multiplica suas habilidades, pois não transfere seu saber, pois ao compartilhar o que sabe, multiplica e enriquece seu conhecimento (Okada; Alcará, 2021).

A importância da leitura como terapia para otimizar o aprendizado, a socialização e a relação interpessoal de crianças com TEA foi a temática abordada no Estudo 4. Segundo Silva (2018) a biblioterapia incentiva a autonomia e a interação social e para tal destaca o papel do bibliotecário neste contexto enquanto agente de transformação social na mediação da leitura. Esse estudo é um trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia que apresentou uma pesquisa com profissionais que atendem autistas, para identificar as práticas de leitura como forma de desenvolvimento social e de ensino e aprendizagem. Nesse trabalho, a autora comenta sobre a importância de uma equipe multidisciplinar para o atendimento de pessoas com TEA, e a importância em considerar a forma como cada profissional utiliza a leitura para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos. A contação de histórias nesse sentido pode se tornar uma biblioterapia para esses usuários, e o bibliotecário enquanto educador pode atuar mediando leituras, com atividades

⁶ Brinquedos para “inquietação ou agitação”, exemplo: pop it, cubo infinito, entre outros (GQ, 2021, [online]).

orais e recreativas, com foco na aproximação de seus usuários na biblioteca ou em outro espaço educacional (Silva, 2018).

Aqui vale enfatizar que alguns processos só são possíveis por meio da realização de parcerias, assim, o bibliotecário como parceiro de ensino conforme enfatizado pela ACRL (2017), precisa ser colaborativo e sensível ao considerar a biblioterapia dentro da prática de leitura. Em consonância a isso, uma diretriz da IFLA (2016), apresenta a biblioteca escolar como um espaço de leitura e criatividade.

No Artigo 5 propõe-se a discussão do letramento informacional para estudantes autistas que frequentam a biblioteca escolar desde a educação infantil até o ensino fundamental da escola pública, considerando a adequação dos serviços oferecidos por meio dos conceitos do desenho universal. Investiga os métodos de leitura adotados pelos profissionais da educação para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante com deficiência. Analisa o processo histórico da pessoa com autismo e as singularidades da deficiência de modo a construir com equipe multidisciplinar, atividades pedagógicas e biblioteconômicas que viabilizem o acesso à informação e ao conhecimento. Os autores explicitam uma continuidade em suas produções relacionadas à temática da biblioteca escolar e a inclusão de crianças com TEA, no que tange a enfatizar a necessidade de ações educativas e práticas pedagógicas por meio do letramento informacional. Citam ainda, o uso de imagens para comunicação e informes, e destacam também ações multidisciplinares nas bibliotecas e o posicionamento político do bibliotecário, para que haja o despertar do interesse dos governantes em investir recursos e buscar parcerias com instituições especializadas (Santos; Diniz, 2018). O papel do bibliotecário como defensor (ACRL, 2017), pode ser evidenciado nesse trabalho, uma vez que salienta o ativismo e engajamento a fim de mobilizar recursos em prol dos objetivos da biblioteca, além dos aspectos que caracterizam a dimensão política da ColInfo para o encorajamento na busca de direitos.

Com o objetivo de verificar o que a Biblioteconomia vem produzindo sobre o autismo especificamente em Bibliotecas Escolares e, quais ações poderiam ser propostas para a inclusão destes estudantes, o Estudo 6 que, é outro trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia, que

elucida o papel essencial das tecnologias assistivas, bem como o posicionamento ético do bibliotecário na biblioteca escolar. A dimensão ética da ColInfo, a qual considera as subjetividades equilibrando valores e interesses, pode ser visualizada nesse estudo.

Ainda no Estudo 6, Sampaio (2019) cita ações como: contações de histórias, histórias musicadas, oficinas de pintura, teatros com fantoche, livros sensoriais, oficinas de artesanato, áudio livros, dentre outros. Propõe ainda o uso das tecnologias assistivas por meio da utilização de aplicativos subdivididos em três categorias: organização da rotina, apoio à comunicação, e apoio às atividades pedagógicas. Por fim, comenta sobre a importância de se criar um ambiente convidativo e adequado aos usuários com TEA, bem como a atuação multidisciplinar do bibliotecário junto a outros profissionais. Quanto aos aplicativos elencados destaca-se: a) Organização da rotina: *First then*; Minha rotina especial. b) Apoio à comunicação: Tobii Sono Flex; Livox; Matraquinha; PictoTEA; *Brainy Mouse*; Terapia da Linguagem e Cognição com MIT; c) Apoio às atividades pedagógicas: *Story Creator* – Criador de histórias; Desenhe e Aprenda a Escrever; ABC Autismo; Aprendendo com Biel e seus amigos; Autis; Jade autismo (Sampaio, 2019).

Tais estratégias podem ser consideradas uma alternativa para os autistas, uma vez que os estudantes com algum tipo de deficiência são pouco contemplados com serviços e acervos (Wellichan; Lino, 2018). Em relação ao papel do bibliotecário, ele deve dominar as tecnologias e atuar em parcerias, conforme sugere a ACRL (2017) nos papéis de designer instrucional e parceiro de ensino.

O Artigo 7 traz uma análise sistemática realizada na produção científica da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre a temática - o transtorno do espectro autista e a atuação da biblioteca escolar, com intuito de identificar as ações inclusivas que podem ser propostas na biblioteca para a inclusão desses estudantes. Esse estudo de Sampaio e Farias (2020) trata-se de uma publicação decorrente do trabalho de conclusão de curso mencionado anteriormente no Estudo 6, explicitando as tecnologias assistivas como forma de intervenção na biblioteca escolar, comentando sobre os aplicativos já mencionados. As autoras citaram ainda questões voltadas à criatividade do

bibliotecário para a elaboração dessas atividades como: música, atividades lúdicas, leitura em voz alta e livros sensoriais produzidos a partir de feltro, madeira, tecido, etc. Conforme já comentado, o bibliotecário necessita ter domínio da tecnologia e suas ferramentas, para além de promover o acesso à informação trabalhar em prol de uma sociedade mais igualitária, qualificando-se para atender as necessidades de seus usuários e exercendo sua responsabilidade social (Silva; Spudeit, 2020).

No Estudo 8 Layden e Anderson (2021) realizaram uma pesquisa para descobrir até que ponto os bibliotecários escolares relatam fornecer serviços e apoio a estudantes com TEA, bem como as barreiras que eles enfrentam ao trabalhar com esse grupo de estudantes. A pesquisa foi realizada com 121 bibliotecários escolares que atuam em escolas dos Estados Unidos, utilizando um *software* de questionário online. Todas as respostas dos participantes foram anônimas e destacaram ações como, contação de histórias, atividades *makerspace*⁷ ou STEAM⁸. Dois entrevistados informaram ter estudantes com TEA engajados em atividades de organização ou de limpeza, como tirar o pó, guardar livros e limpar mesas. Além dessas atividades foram citadas situações em que os bibliotecários mais apoiam estudantes com TEA, sendo: Consultoria para estudantes e professores nas áreas da tecnologia e alfabetização digital; Busca de informação; Ambiente de aprendizagem e comportamento; Comunicação; entre outras.

Nesse estudo de Layden e Anderson (2021), notou-se a necessidade do bibliotecário ter habilidade para exercer o papel de coordenador que também integra os papéis do bibliotecário educador indicados pela (ACRL, 2017). Contudo a que vem ao encontro a afirmação de Pupo, Melo e Ferrés (2006), é o atendimento não excludente, que exige empatia e sensibilidade dos profissionais que atuam na biblioteca.

⁷ Espaços para a criação de algum produto, com diferentes maquinários e ferramentas, a ideia central é incorporar a aprendizagem criativa e a fabricação digital em contextos educacionais, sendo pensados no intuito de incentivar o pensamento crítico, experimentação por meio da resolução de problemas em um ambiente colaborativo. (SESI, 2023, [online]).

⁸ O modelo STEAM prevê a integração de conhecimentos de Artes, Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, possibilitando ao estudante se preparar para desafios como cidadão e também no mercado de trabalho. A sigla quer dizer em inglês *Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics* (PUC, 2023, [online]).

Dentre os resultados listados no quadro 8 referentes aos estudos voltados à biblioteca escolar, apenas dois, (estudos 2 e 5) mencionam em seu título e objetivo o termo ColInfo. No entanto, todas as demais atividades e ações citadas nos outros estudos visam também promover a busca da informação, o uso de recursos, o acolhimento e pertencimento, a leitura, a aprendizagem, habilidades para utilizar ferramentas e tecnologias. Além de posicionamentos éticos para o atendimento dos usuários com TEA, aspectos que demandam também posicionamento político para a luta por direito ao acesso à informação de todas as pessoas dentro da biblioteca, todos esses atributos representam a ColInfo em suas diferentes dimensões e validam as afirmações de De Lucca e Vitorino (2020), Vitorino e Piantola (2009; 2011).

Além disso, foram identificados diversos papéis do bibliotecário multiplicador da ColInfo, conforme mencionado ao longo das análises, uma vez que as questões atitudinais dependem do posicionamento do bibliotecário para que um programa, as ações e atividades sejam desenvolvidos com comprometimento e excelência.

A seguir, com vistas a sintetizar as diversas ações e atividades identificadas nos estudos analisados, as mesmas foram listadas na figura 3.

Figura 3. Atividades voltadas a estudantes com TEA na biblioteca escolar

Tecnologias assistivas	Contação de histórias	Mediação de leitura	Atividades lúdicas
Oficinas (artesanato e atividades manuais)	Imagens e figuras para a comunicação	Teatro	<i>Makerspace</i>
STEAM	Pintura	Histórias musicadas	Atividades orais e recreativas
	Atividades de organização e limpeza	Clube de leitura	

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

A partir dos resultados obtidos, é possível notar que o papel do bibliotecário nesse contexto é fundamental para que uma biblioteca seja inclusiva ou não. Sob essa perspectiva, foram citados, nos trabalhos apresentados, iniciativas voltadas aos bibliotecários, como práticas desenvolvidas a formação, posicionamento, dentre outras. Alguns recursos que podem ser utilizados nos trabalhos também foram mencionados, como podem ser visualizados na figura 4.



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

Com base no que foi destacado, é perceptível o envolvimento das dimensões da Colnfo nessas ações que envolvem a biblioteca escolar. Para que as atividades possam ser desenvolvidas e os recursos utilizados de forma a contemplar um atendimento qualificado, o protagonista deve ser o bibliotecário, que utilizará a Colnfo de modo a contribuir em suas ações voltadas a pessoas com TEA, tendo em vista o protagonismo desses usuários.

Retomando as dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2009; 2011), destaca-se que a **dimensão técnica** está relacionada às habilidades e conhecimento que um sujeito possui para utilizar técnicas, ferramentas e tecnologias a fim de preencher uma lacuna informacional. A **dimensão estética** se caracteriza por considerar os aspectos da subjetividade do sujeito, com um olhar sensível e empático, para assim atender as necessidades de seu público-alvo. A **dimensão ética** está presente nas ações que envolvem questões sobre posicionamento ético referente a tomada de decisões e o equilíbrio de valores, fundamentados na responsabilidade e respeito para com os usuários. E por fim,

a **dimensão política**, que abarca a participação social, consciente e participativa, a qual oferece subsídios para o desenvolvimento da cidadania.

Pensando em estabelecer um relacionamento entre os estudos realizados e as dimensões da Colnfo, no quadro 6 serão apresentados alguns pontos específicos das atividades e ações identificadas e sua relação entre as dimensões da Colnfo e os trabalhos recuperados. Algumas práticas enfatizam mais de uma dimensão como ponto principal de qualificação ao atendimento.

Quadro 6 – Dimensões da Colnfo e biblioteca escolar no contexto do TEA

Trabalho	Dimensão Técnica	Dimensão Estética	Dimensão Ética	Dimensão Política	Relacionamentos
1		x	x		Aspectos sobre o papel social do bibliotecário e a ética no atendimento a pessoas com TEA
2	x				Habilidades técnicas do bibliotecário para a elaboração de atividades
3	x	x			Capacitação do bibliotecário e cuidado na comunicação
4	x	x			Práticas sociais relacionadas ao bibliotecário como educador e atividades em geral
5	x			x	Conhecimento de técnicas e recursos para o atendimento e posicionamento político para instigar o olhar de governantes em relação à temática
6	x	x			Utilização de recursos e técnicas para o atendimento e acolhimento
7	x	x			Segue os mesmos objetivos do trabalho anterior
8	x				Levantamento sobre as habilidades técnicas dos bibliotecários para o atendimento de pessoas com TEA

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

Embora o quadro 6 apresente os pontos que mais se destacaram entre os estudos analisados e com isso a relação com as dimensões da Colnfo, é importante salientar que no geral todos os trabalhos apresentaram aspectos de todas as dimensões. Ou seja, explicitaram o desenvolvimento da Colnfo nas mais diversas atividades e posicionamentos que o bibliotecário deve promover ante o atendimento qualificado às pessoas com TEA no contexto da biblioteca escolar. De modo que é possível concordar que a Colnfo se dá como uma metacompetência, com múltiplas faces e características, multidimensional conforme afirmam Vitorino e De Lucca (2020).

Além das dimensões citadas, o papel como multiplicador da Colnfo é constantemente reforçado quanto aos posicionamentos do bibliotecário, especialmente os que envolvem o aprendizado ao longo da vida e a realização de parcerias e ações multidisciplinares. Nesse sentido, se encaixam, respectivamente ao papel de Eterno Aprendiz e Parceiro de Ensino, e que trazem a luz novamente ao documento proposto pela ACRL (2017) sobre os Papéis e Forças do Bibliotecário Educador.

Junto a isso, o ODS 16 que compõe a Agenda 2030, que visa promover ações em prol de uma sociedade pacífica e inclusiva, se faz presente nas ações descritas nos estudos identificados, pois, ainda que não explicitado detalhadamente em todos os artigos, as ações trabalham para a promoção da meta 16.7, do ODS 16 que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis (OSD Brasil, 2023, [online]).

Ante aos resultados obtidos com o levantamento de ações possíveis voltadas ao TEA, nota-se que, embora estudos relacionados à temática estejam crescendo, ainda existem poucos trabalhos que abordem de forma aprofundada a questão das iniciativas em bibliotecas escolares. A biblioteca escolar pode ser um ponto inicial onde autistas, familiares e cuidadores em geral podem ser recebidos e encontrar para além de recursos e acesso à informação, um espaço de acolhimento. Conforme as pesquisas citadas apontam, as práticas atitudinais devem extrapolar as condições materiais de uma biblioteca, o bibliotecário necessita ter uma visão ampla e flexível e estar ciente de seu papel enquanto transformador social.

Sob essa perspectiva e a fim de ampliar os resultados do estudo, a seguir serão apresentadas ações possíveis voltadas a pessoas com TEA no âmbito das bibliotecas universitárias, de modo a elucidar aspectos que podem estar relacionados à tipologia de bibliotecas, ou mesmo apresentar posicionamentos semelhantes.

6.2 AÇÕES PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Em relação à quantidade de trabalhos recuperados, os artigos com ações voltadas a bibliotecas universitárias foram os mais encontrados. Em um total de 17 trabalho, sendo 4 em língua portuguesa e 13 em língua inglesa, (linhas amarelas). Além disso, constam no quadro 7 os dois estudos (24 e 25, em linhas azuis) decorrentes do evento já mencionado no início da apresentação dos resultados.

Quadro 7 – Trabalhos sobre biblioteca universitária e TEA

Nº	Ano de publicação	Título	Autor
9	2014	<i>Evolving from Disability to Diversity: How to Better Serve High-Functioning Autistic Students</i> - Evoluindo da deficiência para a diversidade: como atender melhor os estudantes autistas de alto desempenho	REMY, C.; SEAMAN, P.
10	2015	Pessoas com espectro autístico na comunicação com as bibliotecas: o catálogo como interface	BOMFIM, K.
11	2018	<i>Building bridges: librarians and autism spectrum disorder</i> - Construindo pontes: bibliotecários e transtorno do espectro autista	CHO, J.
12	2018	<i>Autism and the Academic Library: A Study of Online Communication</i> - Autismo e a Biblioteca Acadêmica: Um Estudo da Comunicação Online	ANDERSON, A.
13	2018	<i>Florida State University research helps libraries better serve ASD students</i> - Pesquisa da Florida State University ajuda as bibliotecas a atender melhor os estudantes com TEA	EVERHART, N.; WOOD, J.; ANDERSON, A.
14	2019	<i>Academic Libraries and Autism Spectrum Disorder: What Do We Know?</i> - Bibliotecas acadêmicas e transtorno do espectro autista: o que sabemos?	SHEA, G.; DERRY, S.
15	2019	<i>There Can Be No Single Approach for Supporting Students with Autism Spectrum Disorder in Academic Libraries, but Sensory-Friendly Spaces and Clear Policies May Help</i> - Não pode haver uma abordagem única para apoiar estudantes com transtorno do espectro autista em bibliotecas acadêmicas, mas	DUBROY, M.

		espaços sensoriais amigáveis e políticas claras podem ajudar	
16	2019	Realidade do usuário autista nas unidades de informação: estudo de caso.	SANTOS, V. A.
17	2021	<i>Library Services for Autistic Students in Academic Libraries: A Literature Review</i> - Serviços de Biblioteca para Estudantes Autistas em Bibliotecas Acadêmicas: Uma Revisão de Literatura	BRAUMBERGER, E.
18	2021	<i>From mutual awareness to collaboration: Academic libraries and autism support programs</i> - Da consciência mútua à colaboração: bibliotecas acadêmicas e programas de apoio ao autismo	ANDERSON, A.
19	2021	<i>Welcoming Autistic Students to Academic Libraries through Innovative Space Utilization</i> – Acolhendo Estudantes Autistas em Bibliotecas Acadêmicas através da Utilização Inovadora do Espaço	WALTON, K.; Mc MULLIN, R,
20	2021	Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias	COSTA, M.; OLIVEIRA, D.
21	2022	<i>How libraries can become more ASD-inclusive</i> - Como as bibliotecas podem se tornar mais inclusivas para ASD	KEEGAN, A.
22	2022	<i>A survey of library services for autistic college students</i> - Uma pesquisa sobre serviços de biblioteca para estudantes universitários autistas	SHEA, G.; DERRY, S.
23	2022	O protagonismo social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior: a mediação da informação realizada pelo coletivo autista da Universidade Federal do Rio de Janeiro	FERREIRA, A.
24	2022	<i>Forms of Library Work with People Having ASD: Overview and Personal Experienc</i> - Formas de trabalho da biblioteca com pessoas com TEA: visão geral e experiência pessoal	STEINBERG, A.
25	2022	<i>Offering an Academic Library Internship Opportunity for an Individual on the Autism Spectru</i> - Oferecendo uma oportunidade de estágio em biblioteca acadêmica para um indivíduo no espectro do autismo	WANG, Z.; VECCHIO, J. C.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

O Artigo 9 visa oferecer aos leitores uma oportunidade de aprender sobre a ColInfo e abordagens instrucionais nos quais possam integrar em seus próprios ambientes exclusivos. Como atender melhor estudantes autistas de alto desempenho. Comenta ainda sobre a necessidade de informar e promover ações voltadas à biblioteca universitária, como palestras, eventos e organizando materiais de conscientização sobre o autismo. Propõe ainda a criação de estratégias para auxiliar no aprendizado e até mesmo um programa que

disponibilize um atendimento personalizado de bibliotecários para os autistas. Dentre as possibilidades, destacaram ao profissional que:

- Aprimore o conteúdo com recursos visuais, gráficos, apostilas e explicações escritas;
- Auxilie na formação de um foco, que seja amplo o suficiente para resultar em um processo de pesquisa mais fácil;
- Ofereça-se para marcar uma consulta para um estudante cuja as necessidades são mais complexas e requerem mais tempo;
- Explique os sistemas de classificação de bibliotecas, o que ajudaria com a localização de materiais e provável interesse de estudantes com TEA devido a uma preferência por ordem e estrutura;
- Forneça uma atividade reflexiva, como planilha escrita, como uma alternativa à natureza social e interativa da atividade de aprendizado;
- Vincule novas informações a informações familiares;
- Mantenha o mesmo nível de expectativas com outros estudantes, mas forneça segurança ao estudante com TEA para aumentar a motivação e autoconfiança e reduzir os níveis de ansiedade. (Remy; Seaman; 2014, p.21, tradução nossa).

Desta forma, enfatiza a importância em promover políticas e serviços para uma biblioteca inclusiva, e que vem ao encontro da dimensão técnica da ColInfo, quando se trata do domínio das tecnologias para a resolução de um problema e a orientação para utilizar ferramentas conforme Oliveira (2014) afirma e chama o bibliotecário a exercer seu papel como designer instrucional e coordenador (ACRL, 2017), organizando eventos para promover o acesso a informação e viabilizando a acessibilidade dos conteúdos, preparando o bibliotecário para desenvolver ações com diferentes usuários (Pereira; Miranda; Alcará, 2021).

O estudo 10 é um trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia, que enfatiza a utilização das TICs para o desenvolvimento de ações em bibliotecas universitárias, bem como o papel social do bibliotecário. Contudo é importante salientar que o recorte temporal de 10 anos para o levantamento bibliográfico, acaba por recuperar informações desatualizadas em relação à temática, como é o caso da Síndrome de Asperger, citada na monografia. O termo, Síndrome de Asperger foi substituído por nível I do TEA, conforme já comentado na revisão bibliográfica (Scheffer, 2019). Discorre sobre a temática da comunicação entre pessoas com deficiência/autistas e as bibliotecas, tomando-se o catálogo como interação procurando pistas sobre uma interface mais adaptada à população estudada. Define o autismo e mostra suas principais características e diferenças. Aponta os principais programas de

intervenção existentes. Mostra os benefícios que as TICs podem vir a trazer para pessoas com deficiência/autistas, o que exige novas habilidades e estratégias para implementar essas ações. Nesse caso, novamente se evidencia o papel do bibliotecário mais uma vez como designer instrucional (ACRL, 2017).

O Artigo 11 relata as experiências de uma bibliotecária acadêmica no atendimento a estudantes com TEA, para que possa auxiliar outros bibliotecários que também trabalhem com esses estudantes. Propõe sete estratégias para qualificar o atendimento de estudantes com TEA da *Adelphi University*, sendo elas:

1. Educar a nós mesmos sobre o TEA, ou seja, aprender o máximo possível sobre a temática e possíveis comportamentos de autistas;
2. Divulgação, promover eventos e construir relacionamentos, uma vez que autistas tendem a buscar a biblioteca quando se sentem familiarizados;
3. Promover a competência em informação, por meio de *workshops* e formações com os estudantes voltadas a pesquisa e navegação em *websites*;
4. Consultas individuais para estudantes, atendimento personalizado e voltado às necessidades de cada um;
5. Ensinar a avaliar a informação, estudantes com TEA podem ter problemas com o literal e a compreender as razões para ações de outras pessoas;
6. Orientar sobre citações e plágio, problemas com coerência central afetam a capacidade de entender por que e como citar fontes e a capacidade de entender as implicações do plágio;
7. Trabalhar com estudantes individualmente, tutoria, conversas para auxiliar em outros assuntos e disciplinas, isso inclui o contato com professores para compreender as necessidades do estudante. (Cho, 2018, tradução nossa).

Nota-se uma preocupação em trabalhar em prol do desenvolvimento da ColInfo junto aos estudantes, seja na promoção de atividades ou mesmo no posicionamento que abrange questões éticas e técnicas do bibliotecário. O papel do bibliotecário como líder (ACRL, 2017) ao incentivar os demais e promover ações multiplicadoras da ColInfo é evidenciado de forma clara nesse estudo.

No Artigo 12 foi feito um estudo exploratório sobre as experiências de estudantes com TEA em bibliotecas acadêmicas. Abordou questões comportamentais de estudantes com TEA durante a vida acadêmica, bem como suas interações com a biblioteca. As questões permearam experiências com o ambiente físico da biblioteca, recursos, experiências com o bibliotecário e habilidades sociais e de comunicação dos estudantes. Nesse trabalho alguns relatos de estudantes apresentaram a biblioteca como um lugar para fugir de

distrações e incômodos sensoriais, como barulho e interações sociais. Contudo, outros estudantes relataram ter interesses de interação e até relacionamentos dentro da biblioteca, o que caracteriza as subjetividades do espectro, que é relativo a cada pessoa e situação. Orelo (2013), já comentava sobre a visão empática a se ter com um indivíduo e as diferentes características embora sejam de estudantes com a mesma condição, o TEA, provam que nem um ser é igual a outro e bibliotecário deve considerar isso no atendimento. Nesse sentido, o papel como educador/professor (ACRL, 2017), pode ser um grande aliado para o acolhimento e desenvolvimento da ColInfo nesses usuários.

O Artigo13 apresenta uma pesquisa que cita a *Florida State University* como referência nos Estados Unidos no que tange a ajudar as bibliotecas a atender melhor as pessoas com TEA. O projeto, denominado *Project A+: Serving Students with Autism Spectrum Disorder in the Academic Library*, em português, Projeto A+: Servindo Estudantes com Transtorno do Espectro Autista na Biblioteca Universitária, produziu um manual⁹ que orienta as bibliotecas sobre como tornar seus espaços mais amigáveis ao autista, além de estratégias que beneficiam todos os estudantes. O guia pode ser baixado online e possui 130 páginas com seis capítulos que incluem objetivos, informações de conteúdo, vídeos, listas de verificação, exemplos e links para recursos adicionais. Os capítulos abordam respectivamente:

1. Sobre o autismo: fornece informações sobre o TEA, a vida com TEA nos campi universitários e por que entendê-lo é importante para bibliotecários e funcionários da biblioteca.
2. O Ambiente da Biblioteca: explora a importância do ambiente da biblioteca e como, ao compreender e organizando o ambiente, você pode apoiar os estudantes com autismo.
3. Comunicação: descreve comportamentos comuns de comunicação social de estudantes com TEA.
4. Interação social: explica as oportunidades que os bibliotecários podem criar para interação social entre estudantes com TEA, bem como bem como técnicas de difusão para interações negativas.
5. Tecnologia: examina como as bibliotecas podem melhorar a independência social e profissional de indivíduos com TEA aproveitando o poder da tecnologia.
6. Emprego: discute a contratação de estudantes com TEA na biblioteca em várias funções, bem como a melhoria da contratação práticas para todos os membros desta população (Everhart, 2018, p. 4, tradução nossa).

⁹ O manual está disponível em:

<https://diginole.lib.fsu.edu/islandora/object/fsu:550850/datastream/PDF/view>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Trata-se de um material com um conteúdo que aborda inúmeras possibilidades e práticas atitudinais em bibliotecas universitárias, conforme citado, as ações compreendem todas as dimensões da Colnfo, no que se refere à promoção e multiplicação de habilidades. Destaca-se a dimensão estética nesse caso, pois envolve a criticidade na tomada de decisão a partir de vivências (Vitorino; Piantola, 2011), nesse caso o papel como coordenador (ACRL, 2017) é preponderante, pois requer do bibliotecário habilidades para a gestão de um projeto com vários objetivos.

O estudo 14 trata-se de um artigo que já foi utilizado para compor o referencial teórico da presente pesquisa. Shea e Derry (2019) comentam sobre algumas barreiras enfrentadas por universitários com TEA, e apresentam os seguintes pontos para qualificar o atendimento nas bibliotecas: Espaços silenciosos; Tutores, promover a multiplicação de habilidades por meio de atividades realizadas por estudantes autistas para com outros estudantes; Chat de referência, o que possibilitaria a não interação face a face com pessoas que não desejam se socializar; Atendimento individual; Eventos e materiais para conscientização sobre TEA. Um ponto a ser comentado, é o olhar dos autores para a promoção do protagonismo dos estudantes com TEA, nesse sentido, o multiplicador de habilidades se torna o estudante e não somente o bibliotecário, o que elucida a afirmação de Bertúlio (2012), quando comenta que não só o bibliotecário é multiplicador da Colnfo mas também outros profissionais que realizem ações multiplicadoras.

O Artigo 15 se trata de uma revisão do trabalho 12, o qual salienta os mesmos aspectos já analisados. Considera as características individuais de cada usuário para a abordagem no momento do atendimento, sabendo-se que enquanto alguns autistas preferem locais silenciosos, outros desejam se socializar. Para dar conta de demandas tão complexas como essas, é necessário que o bibliotecário exerça seu papel além de educador ou professor, mas também de eterno aprendiz (ACRL, 2017), o qual se dispõe a ser curioso e flexível.

Já o Artigo 16, foca nos serviços de referência de unidades de informação voltadas a pessoas com TEA. O estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla realizada com autistas em Minas Gerais, por meio de um

questionário. Como resultados preliminares, os estudantes com TEA sinalizaram a ausência de espaços silenciosos, melhor iluminação nas bibliotecas, pisos que não façam barulho, mesas e cadeiras mais estáveis, sinalização dos itens e orientação diferenciada. Afirmam ainda que o bibliotecário deve proporcionar um local acolhedor, de aprendizagem, desenvolvimento, crescimento e que atenda às especificidades de seus usuários se atentando para os instrumentos de indexação, desenvolvimento de coleções e disposição dos itens na biblioteca, cabendo ao mesmo “[...] sensibilidade e ação de assumir seu papel gestor, na organização, sistematização e especialização dos serviços que são prestados” (Santos, 2019, p. 5).

O estudo 17 indica ações, tais como o treinamento de colaboradores da biblioteca, ações multidisciplinares, atenção a questões sensoriais, design cuidadoso de espaços físicos, adaptações de técnicas pedagógicas, conscientização na comunidade do campus em prol da neurodiversidade e chamadas para mais pesquisas sobre a temática. Nesse sentido, a autora comenta que embora Everhart (2018), autora do trabalho 13 e principal organizadora do manual voltado a ações em bibliotecas universitárias nos Estados Unidos (EUA), consolide estudos sobre serviços a autistas em bibliotecas, mais pesquisas são necessárias para desenvolver um verdadeiro conjunto de diretrizes que as bibliotecas acadêmicas possam usar para melhorar seus serviços e ambientes para usuários autistas (Braumberger, 2021, tradução nossa).

Anderson (2021), no Estudo 18, investigou o trabalho colaborativo entre universidades e programas voltados ao atendimento de estudantes com TEA, junto a isso como as bibliotecas poderiam colaborar nesse contexto. Os resultados do estudo indicaram sucesso na colaboratividade uma vez que os bibliotecários desses programas demonstraram interesse em aumentar tais conexões, embora na prática existam poucos exemplos de colaborações significativas. A autora comenta que a razão pode ser devido à falta de conhecimento sobre como a outra instituição pode colaborar efetivamente, ou ainda, a falta de conhecimento sobre o papel dos bibliotecários no apoio aos estudantes em programas de apoio ao autismo, sendo a biblioteca negligenciada como um potencial colaborador. Assim, os bibliotecários necessitam estabelecer

relacionamentos e desenvolver serviços inclusivos para esses estudantes de modo a qualificar a atuação nesses projetos (Anderson, 2021). Nesse estudo, o bibliotecário é chamado mais uma vez a exercer ações multidisciplinares o qual evidencia seu papel como parceiro de ensino assinalado pela ACRL (2017).

O estudo 19 tem por fio condutor da pesquisa, a criação de um espaço que seja acolhedor aos estudantes com TEA. Parte de pontos desafiadores enfrentados por esses estudantes, especialmente em relação à sensibilidade sensorial, seja por ruídos sonoros, luz e cheiros. Segundo os autores, a biblioteca deve proporcionar:

- Espaços adequados: Salas silenciosas para atividades individuais ou colaborativas, de acordo com as necessidades. No caso da biblioteca não ter um espaço fechado, pensar em utilizar salas de aula para o atendimento;
- Iluminação: Espaços com janelas e iluminação natural, ou que o controle de luzes seja possível;
- Mobiliário: Mesas que possam ser utilizadas individual ou em conjunto, e que se adequem as propostas dos estudantes e puffs para um lugar mais aconchegante;
- Tamanho da sala: Um espaço grande permite que os estudantes escolham o quão perto desejam ficar dos colegas;
- Familiaridade: Espaços que sejam acolhedores, que os estudantes já saibam a localização e tenham tido uma boa experiência ao utilizá-lo, os estudantes podem ir para a sala durante o horário postado e saber que poderão usar o espaço e o que esperar quando chegarem;
- Implementação: Criação de regras para a utilização do espaço e dos materiais para que qualquer pessoa siga os mesmos processos;
- Inauguração do espaço: tornando um momento especial e celebrado
- Ter diretrizes explicativas: Como fazer login ao usar o espaço; manter conversas silenciosas, como pegar itens da biblioteca emprestado, como obter ajuda, como mover os móveis, etc (Walton; McMullin, 2021, p. 87-89, tradução nossa).

A partir do exposto é possível considerar que detalhes podem fazer a diferença na criação dos espaços em uma biblioteca que objetiva alcançar o público com TEA e proporcionar experiências convidativas ao retorno. Não somente esse artigo, mas todos que envolvem a acessibilidade dos espaços, em âmbito nacional, se encontram sob o PL 9.484/2018, que defende parâmetros mínimos para a acessibilidade nas bibliotecas, e o bibliotecário enquanto defensor (ACRL, 2017) deve lutar por esses recursos.

O Estudo 20 busca refletir acerca da acessibilidade, dos usuários com deficiência e o papel das bibliotecas. Por meio de uma pesquisa bibliográfica,

documental e de abordagem qualitativa realizou-se um levantamento bibliográfico de investigações no contexto da acessibilidade e inclusão realizadas em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil e a consulta a documentos normativos como leis, decretos, artigos entre outros que subsidiam a discussão proposta. São apresentadas assim, as barreiras no atendimento de pessoas com deficiência no âmbito das bibliotecas universitárias. Um ponto relevante desse trabalho são os dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017), de discentes na graduação que se declararam com deficiência, o Autismo aparece na nona posição com 378 estudantes que se declaram autistas (Costa; Oliveira, 2021). Ademais, comenta-se sobre a disponibilidade de recursos humanos e tecnológicos para o atendimento desse público-alvo e realiza um levantamento sobre os direitos desses indivíduos.

Já o Estudo 21, diz respeito ao papel das bibliotecas públicas e acadêmicas como espaços inclusivos para a comunidade do transtorno do espectro autista. Foco em como bibliotecários públicos e acadêmicos podem apreciar o TEA como uma oportunidade de crescimento profissional em vez de um obstáculo, e como a biblioteca pode funcionar como um estabelecimento inclusivo para TEA. O nível de informação e instrução que um bibliotecário possui sobre o TEA é determinante em seu posicionamento e atitudes. Esse estudo nos leva a retomar Belluzzo (2018), quando salienta que é imprescindível que o bibliotecário seja capaz de compreender e utilizar a informação para o exercício da cidadania (Belluzzo, 2018), de modo que a partir das habilidades informacionais adquiridas, haja propostas de intervenções para orientar os usuários. O papel do bibliotecário nesse contexto assume a posição de professor e designer instrucional (ACRL, 2017), pois seu conhecimento não é retido somente a si, mas empregável e multiplicável em diferentes situações.

O Artigo 22 apresenta uma pesquisa para identificar serviços realizados em bibliotecas universitárias, voltados a autistas e com o objetivo de incentivar a promoção de ações. Os resultados mostraram que a maioria das bibliotecas não oferece serviço específico a estudantes com TEA, embora ofertem serviços para estudantes com algum tipo de deficiência. Nesse sentido, apresenta a necessidade de focar nas experiências dos autistas para que seja identificada a

necessidade e aprimorado no atendimento. Assim, tanto o trabalho 21 quanto o 22, reforçam a teoria de Silva, Ottonicar e Yafushi (2017), quando apresentam a ColInfo partindo da análise, seleção e utilização da informação em prol de um objetivo, que nesse contexto, trata-se do desenvolvimento de habilidades para a promoção de serviços para estudantes autistas.

O Estudo 23 trata-se de uma monografia a mesma apresenta um coletivo autista, que visa desenvolver na comunidade acadêmica uma conscientização a respeito do TEA, utilizando a informação como ferramenta de transformação. Ou seja, por meio de redes sociais visa à produção de conteúdo com relatos, informações e desafios enfrentados por autistas para promover o acesso à informação sobre essa temática à comunidade acadêmica. Apresenta ainda a importância do protagonismo social no combate ao capacitismo, em que nesse caso, as ações informativas são realizadas a partir dos próprios estudantes autistas. Mais uma vez a ColInfo se faz presente conforme comenta Belluzzo (2020), em relação as habilidades que um indivíduo possui para utilizar a informação, pois impacta também na criticidade e aprendizagem dos indivíduos, capacidade essa, relacionada às ações promovidas por esse coletivo. O bibliotecário pode assumir o papel como líder (ACRL, 2017), ao desenvolver ações como essa, criando ambientes para o compartilhamento de informações e inspirando novos profissionais a exercerem iniciativas semelhantes.

Steinberg (2022), no estudo 24, destaca que pessoas com TEA podem necessitar de medidas para inclusão como: zoneamento de acordo com o nível de ruído, salas silenciosas, evitar iluminação fluorescente oscilante, formas alternativas de comunicação com bibliotecários (por exemplo, chats de texto), desenvolvendo conteúdo para distribuição de informações sobre TEA. Visa à promoção do paradigma da neurodiversidade e aceitação do autismo. Nesse estudo, as próprias pessoas com TEA enfatizam a importância de colaborar com organizações gerenciadas por pessoas com autismo e recrutar essas pessoas como bibliotecários. Esse trabalho, assim como o artigo 25, faz parte das publicações referentes ao Seminário que ocorreu na Rússia¹⁰ conforme comentado anteriormente, e que os anais foram enviados via e-mail por uma das

¹⁰ *International Seminar "Inclusive Library Programs for Users with Autism Spectrum Disorders (ASD): Practices and Potential Development"*(2021).

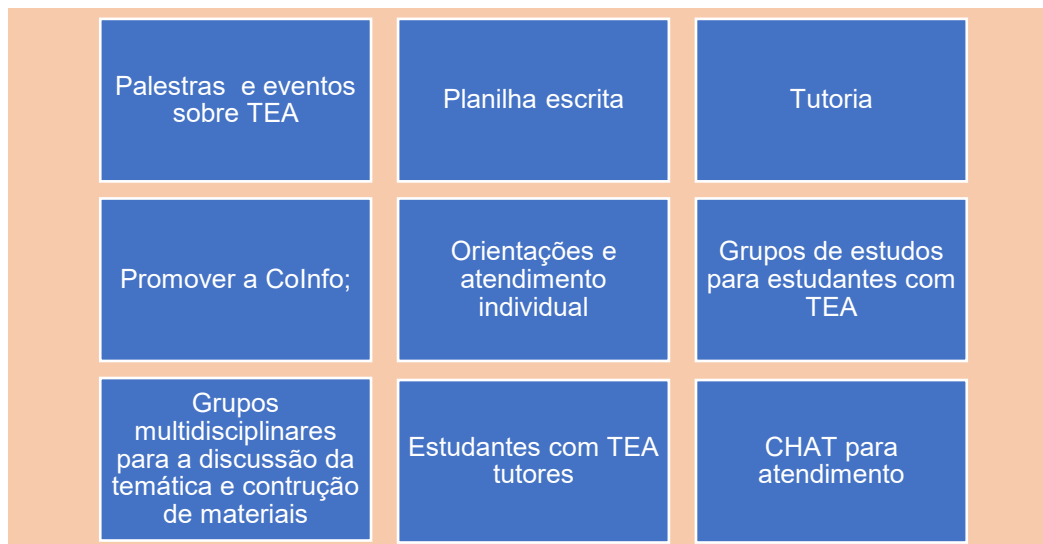
organizadoras. Essa visão, é de uma autora russa de Moscow, e as iniciativas dialogam com algumas práticas citadas por Shea e Derry (2019) no artigo 14, especialmente referente à criação de atendimento via Chat. Fornecer informações e atendimento adequado aos autistas é uma orientação também da OMS (2022), que salienta a importância do acesso às informações relevantes aos serviços que irão utilizar.

O Estudo 25 descreve a experiência da colaboração de uma biblioteca acadêmica dos Estados Unidos com uma organização local de serviços sociais para cocriar uma oportunidade de estágio remunerado e inclusivo para um indivíduo no espectro do autismo. Um ponto pouco abordado dentre os trabalhos encontrados foi a abertura de espaços em que as pessoas com TEA pudessem trabalhar, foram citadas algumas ajudas de modo informal nas outras pesquisas, entretanto para além de meras iniciativas, é direito garantido por lei a contratação de pessoas com deficiência (PCD) conforme consta na Lei para cotas 8.213/1991 (Brasil, 1991) e reitera a Lei 7.853/1989, ao considerar a igualdade de oportunidades também para essas pessoas. Embora o autismo seja uma condição neurológica e não uma deficiência (Santos; Amorim, 2021) o espectro se enquadra dentro desses requisitos. Existe ainda o projeto de Lei 429 de 2021, que tramita garantindo às pessoas com TEA “[...] a realização de atividades laborais compatíveis com sua aptidão, formação, experiência e opinião, sendo vedada sua discriminação (Brasil, 2021)”.

Ao analisar as ações em bibliotecas universitárias, foi possível notar a menção sobre a Colnfo em diversas delas, seja de modo a se referir sobre o letramento ou alfabetização informacional ou mesmo a necessidade do desenvolvimento de habilidades. Dentre os trabalhos apresentados, os sete papéis do bibliotecário multiplicador da Colnfo foram destacados em algum momento, sendo até mesmo mais de um. Da mesma forma que as dimensões da Colnfo estão presentes em todas as ações, os papéis do bibliotecário dialogam e coexistem. Outro ponto muito evidenciado, foi a urgência em relação à alfabetização informacional e midiática, para que o bibliotecário possa interpretar qualquer tipo de informação nos mais diversos contextos e para determinado público (IFLA, 2021; Dudziak, 2013; Silva; Ottonicar; Yafushi, 2017).

De forma sintética, na figura 5 estão elencadas as atividades voltadas à biblioteca universitária.

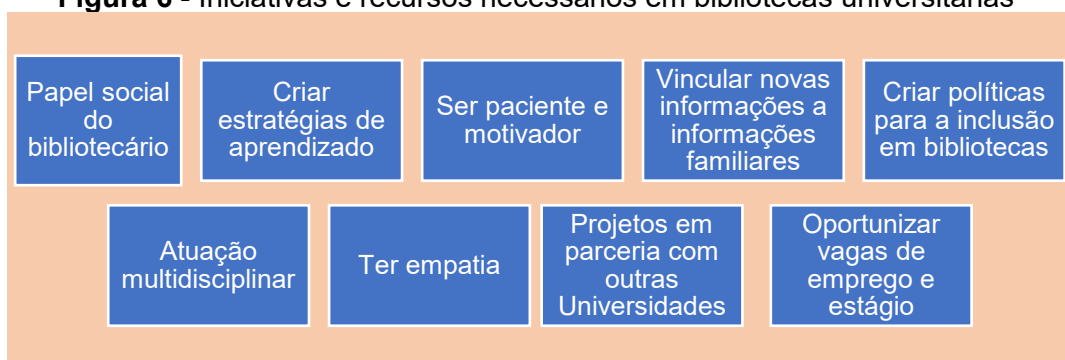
Figura 5 - Atividades citadas voltadas a estudantes com TEA na biblioteca universitária

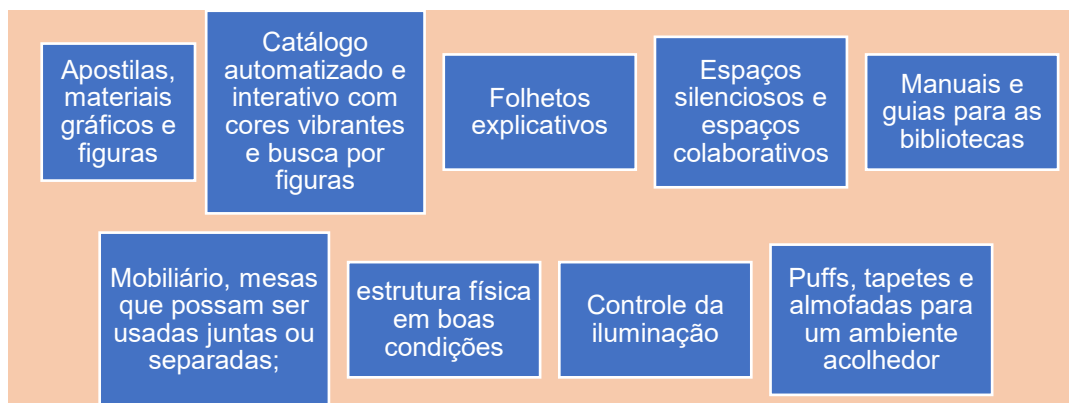


Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

Na sequência, os resultados quanto às iniciativas e recursos na perspectiva da inclusão dos usuários com TEA também foram sintetizados e representados na figura 6.

Figura 6 - Iniciativas e recursos necessários em bibliotecas universitárias





Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

Assim como as análises sobre práticas em bibliotecas escolares, cabe aqui, relacionar também os trabalhos recuperados às dimensões da Colnfo, a fim de elucidar aspectos relevantes no contexto do desenvolvimento de habilidades em prol dos usuários com TEA.

Quadro 8 – Dimensões da Colnfo e biblioteca universitária no contexto do TEA

Nº	Dimensão Técnica	Dimensão Estética	Dimensão Ética	Dimensão Política	Relacionamentos
9	x	x		x	Apresenta o bibliotecário no papel de instrutor, criando estratégias para o ensino e aprendizagem para a utilização de recursos. Bem como a criação de políticas inclusivas em bibliotecas.
10	x	x			Cita o papel social do bibliotecário e habilidades para desenvolver um catálogo alternativo para pessoas com TEA.
11	x	x	x		Promoção da Colnfo por meio de oficinas, ter empatia com os autistas, realizar orientações sobre plágio (o que pode ser difícil para pessoas com TEA).
12	x	x			O bibliotecário deve ter sensibilidade para identificar necessidades dos estudantes com TEA, sejam técnicas ou de interação e com isso promover ações para todos os perfis de autistas.
13	x	x	x	x	Projeto que elaborou um manual para bibliotecas universitárias nos EUA. Aborda todos os aspectos das dimensões da Colnfo.

14	x	x	x	x	Incentivo à multiplicação de habilidades por parte dos estudantes com TEA e cuidados com a interação não desejada. Construção de materiais sobre TEA.
15	x	x			Trata de uma revisão do artigo 12, sob as mesmas perspectivas.
16	x	x			Elucida aspectos técnicos do bibliotecário de referência junto ao acolhimento nas bibliotecas.
17	x	x		x	Para além de aspectos relacionados às habilidades técnicas e a sensibilidade do bibliotecário, a autora convida a exercer o papel político de <i>advocacy</i> da neurodiversidade.
18	x		x	x	Foca na colaboratividade entre instituições de Ensino Superior voltadas a programas para autistas e a atuação da biblioteca nesse contexto.
19	x	x			Apresenta a construção com o espaço e gestão do atendimento como um recurso a ser explorado.
20	x	x		x	Comenta sobre o posicionamento ante ao atendimento de pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias, sobre os recursos tecnológicos e humanos e ainda sobre o posicionamento social que o bibliotecário deve assumir.
21	x	x			Requer a capacitação do bibliotecário para o atendimento de pessoas com TEA, envolvendo também o cuidado e empatia em diversos momentos.
22	x	x			Apresenta a necessidade de habilidades técnicas para a promoção de serviços voltados a estudantes com TEA, envolvendo também um olhar sensível dentro desse contexto.
23	x	x	x	x	Coletivo de estudantes autistas que promove a

					mediação da informação sobre o tema para o combate ao capacitismo e sensibilização da comunidade acadêmica.
24	x	x	x	x	Criação de várias estratégias, semelhantes ao artigo 14.
25			x	x	Compromisso ético e político para oportunizar vagas de emprego e estágios a autistas.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa.

É possível notar que, os resultados de trabalhos que citam ações em prol de pessoas com TEA no âmbito das bibliotecas acadêmicas ou universitárias são maiores quando comparados aos resultados em relação às bibliotecas escolares. Especialmente em se tratando de publicações no exterior. Embora algumas iniciativas sejam incomuns, outras se destacam pela especificidade que alcançam nos atendimentos.

Diferentemente da biblioteca escolar que apresenta diversas atividades manuais e de interação voltadas a espaços lúdicos, as bibliotecas universitárias destacam intervenções focadas na compreensão da subjetividade das pessoas com TEA. Isso porque, pode um estudante ter dificuldades com a interação social enquanto outro pode não ter, algum pode desejar estar em um ambiente calmo e silencioso e por outro lado, outro estudante também com TEA preferir estar junto as pessoas como forma de socialização. Nota-se a valorização da autonomia dos estudantes para decidir o que melhor atende suas necessidades. É relevante comentar ainda, sobre a urgência em se repensar teorias tradicionais de aprendizagem ante ao uso frequente de ferramentas digitais e tecnologias por parte dos estudantes universitários, independentemente de sua condição neurológica.

Em consonância a essa afirmação, o bibliotecário multiplicador da ColInfo, deve exercer seu papel de designer instrucional (ACRL, 2017), para que antes de iniciar a implementação de ações possa realizar uma análise contextual, identificar o público-alvo e suas especificidades e compreender as potencialidades e desafios para a execução do programa ou ação proposta. Tendo em vista que a ColInfo instrumentaliza a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua responsabilidade social e preparados para continuar

aprendendo ao longo da vida, cabendo ao bibliotecário promover e conscientizar para a promoção de ações institucionais efetivas a longo prazo, como é o caso das universidades (Vianna; Caregnato, 2022).

Outra tipologia de biblioteca que possui publicações e iniciativas voltadas ao autismo é a biblioteca pública, foram encontrados resultados em língua inglesa que serão apresentados a seguir.

6.3 AÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM TEA E DEMAIS CONTEXTOS

Utilizando as mesmas estratégias de busca para as bibliotecas escolares, universitárias e públicas, os resultados foram de dez estudos que abordam a temática, contudo somente em inglês. Vale ressaltar que no quadro foram acrescentados os trabalhos do evento já mencionado (estudos 32 a 35 em linhas azuis). A seguir o quadro 9 mostra os trabalhos com possibilidades no âmbito das bibliotecas públicas.

Quadro 9 – Trabalhos sobre Biblioteca pública e TEA

Nº	Ano de publicação	Título	Autor
26	2016	<i>Aging out of sensory storytime: how libraries can provide services for teens and young adults on the Autism spectrum</i> - Envelhecendo fora da hora da história sensorial: como as bibliotecas podem fornecer serviços para adolescentes e jovens adultos no espectro do autismo	COTTRELL, M.
27	2017	<i>Public Libraries and Access for Children with Disabilities and Their Families: A Proposed Inclusive Library Model</i> - Bibliotecas públicas e acesso para crianças com deficiência e suas famílias: uma proposta de modelo de	KAEDING, J. VELASQUEZ, D. L.; PRICE, D.
28	2018	<i>Sensory Play in Libraries: A Survey of Different Approaches</i> - Jogo Sensorial em Bibliotecas: Uma Pesquisa de Diferentes Abordagens	HICKEY, K.; GOLDEN, T.; THOMAS, A.
29	2019	<i>"Getting Basic Information Isn't as Helpful as the Nuanced Advice We Can Give Each Other": Teens with Autism on Digital Citizenship Education</i> - "Obter informações básicas não é tão útil quanto os conselhos diferenciados que podemos dar uns aos outros": Adolescentes com autismo sobre educação para a cidadania digital	ANDERSON, A.; PHILLIPS, A.
30	2020	<i>Development of an Online Training Program for Public Library Staff to Deliver Autism Friendly Story Time Sessions</i> - Desenvolvimento de um Programa de Treinamento Online para Funcionários de Bibliotecas Públicas para Ministrarem Sessões de Histórias para Autista	PAINTER, J. et al.

31	2017	<i>Activating the role of the public library towards Autism Spectrum Disorder (ASD) in Kuwait - Ativando o papel da biblioteca pública para o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no Kuwait</i>	GHULOUM, H. F.; ALYACOUB, W. M.
32	2022	<i>Small Changes Can Make Great Impact — How to Become an ASD Friendly Library - Pequenas mudanças podem causar grande impacto - como se tornar uma biblioteca amiga do TEA</i>	ALPBERG, L.
33	2022	<i>Using Augmentative and Alternative Communication for Working with Children Who Have Autism Spectrum Disorder - Usando a Comunicação Aumentativa e Alternativa para Trabalhar com Crianças com Transtorno do Espectro Autista</i>	PETROVA, E. SEDOVA, E.
34	2022	<i>Backstage Pass for Families Living with ASD in Moreton Bay Region, QLD, AU - Passe Backstage para famílias vivendo com TEA na região de Moreton Bay, QLD, AU</i>	GRIFFITH, K.
35	2022	<i>“Immersion into the Blue”. Inclusive Practices for Patrons with Autism Spectrum Disorder “Imersão no Azul”. Práticas inclusivas para clientes com transtorno do espectro autista</i>	KOVAL’ M. N.; PARSHAKOVA, Y. B.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

No Estudo 26 a bibliotecária da Biblioteca do Condado de Salt Lake (Utah) criou a “hora da história” sensorial com atividades especiais para envolver crianças no espectro do autismo. Esse trabalho apresenta a hora do conto com objetos construídos e outros sensoriais como uma iniciativa da biblioteca pública voltada a autistas. A partir de uma experiência com crianças entre 2 e 3 anos que não prestavam atenção nas histórias, uma bibliotecária resolveu perguntar para a mãe dessas crianças quais eram suas necessidades, a mãe então relatou sobre a condição do TEA e os desafios de frequentar uma biblioteca. A partir dessa escuta, a bibliotecária criou o momento de contação de histórias de forma criativa, sensorial, propondo alguns passos para a realização do mesmo projeto, sendo esses: Buscar informações e recursos em prol do autismo na comunidade; realizar pesquisas sobre o assunto; perguntar aos familiares as necessidades desses sujeitos e não ter medo de errar, nesse caso apenas interrompendo a atividade que não foi bem sucedida e experimentar novos desafios (Cottrell, 2016, tradução nossa). As iniciativas apresentadas nesse estudo se aproximam muito de atividades propostas em bibliotecas Brasileiras, em sua maioria escolares. Sampaio e Farias (2020), também comentam sobre a necessidade do bibliotecário ressignificar práticas tradicionais como é o exemplo da hora do

conto, de modo que ressalva a atuação do bibliotecário multiplicador da ColInfo sob o papel de eterno aprendiz (ACRL, 2017).

O Estudo 27 relata uma investigação dos fatores que influenciam o acesso a bibliotecas públicas para crianças com deficiência e suas famílias sob a perspectiva do bibliotecário público. Foi realizado um estudo aprofundado de 18 bibliotecários públicos que se concentram no fornecimento de acesso a bibliotecas públicas para crianças com deficiência. Assim, apresenta uma biblioteca pública inclusiva para pessoas com algum tipo de deficiência, não necessariamente aprofunda ou direciona as questões ao TEA, mas inclui esses usuários em suas ações, assim como muitas das políticas públicas no Brasil, que não direcionam determinados direitos apenas a autistas, mas os engloba junto às minorias. Nesse sentido, constatou-se que os bibliotecários consideram importantes as seguintes áreas na promoção de acesso à biblioteca pública e inclusão de crianças com deficiência: treinamento; gestão de apoio, em relação a financiamento e equipe; parcerias; e marketing. Os autores comentaram ainda que existem três áreas fundamentais para fornecer acesso e inclusão: 1) coleções; 2) barreiras físicas (espaço e equipamento); 3) Programas. Juntos, esses elementos formaram um modelo para uma biblioteca inclusiva (Kaeding; Velasquez; Price, 2017, tradução nossa). Embora publicado no exterior, esse trabalho vem ao encontro dos objetivos do GT Acess da FEBAB, que trabalha em prol da acessibilidade em bibliotecas por meio de um programa que visa identificar as condições nas bibliotecas, compartilhar experiências e realizar discussões entre bibliotecários e outros profissionais que atendam usuários com deficiência e ou minorias (FEBAB, 2023, [online]). É perceptível a presença de diversos papéis do bibliotecário, como líder, coordenador, parceiro de ensino, designer instrucional entre outros.

Já o Estudo 28, apresenta possibilidades de atividades sensoriais, buscando expandir serviços para crianças com TEA. O trabalho publicado pela *Association for Library Service to Children* (ALSC), relata experiências de três bibliotecárias que atendem crianças e comentam sobre as habilidades motoras e a combinação de percepções sensoriais que podem ser desenvolvidas em bibliotecas. A partir desse contexto as autoras citam possibilidades para além da hora do conto sensorial, como já foi apresentado no trabalho anterior, mas

também programas de atividades que possam durar “[...] uma hora e são compostos de várias estações nas quais as crianças podem entrar e sair livremente, geralmente incluindo estações com itens táteis como creme de barbear, areia, água e comida” (Hickey; Golden; Thomas, 2018, [online]). Além das possibilidades, são citadas as questões sobre o investimento em recursos humanos e planejamento dos programas. Assim como o trabalho 24, esse estudo foca em atividades práticas e sensoriais para crianças com TEA, Farias (2019) sugere também a realização dessas práticas por meio de fantoches, músicas, figuras, etc. Contudo, é importante considerar a hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, no caso de pessoas com TEA, como sugere a *American Psychiatric Association* (2014).

Na sequência, no Estudo 29, realizou-se uma pesquisa com adolescentes com TEA para criar um programa sobre cidadania digital¹¹, questionando sobre o que eles gostariam de aprender em uma biblioteca. Os resultados sugerem que a cidadania digital pode ser benéfica para adolescentes e jovens no espectro, uma vez que esses podem sofrer *cyberbullying* na internet, de modo que instruí-los em suas interações on-line é um caminho necessário e que a biblioteca pode oferecer. Retoma-se então a ColInfo como o desenvolvimento de habilidades para utilizar a informação, e junto a isso o papel do bibliotecário multiplicador como Designer Instrucional, criando ferramentas para o aprendizado e promovendo a acessibilidade dos conteúdos (ACRL, 2017). Além disso, Santos e Diniz (2018), também salientaram a importância de implementar o letramento informacional na biblioteca e que nesse caso traria benefícios de forma preventiva a situações desafiadoras, como é o caso do *cyberbullying*.

O Estudo 30 propõe a criação de um programa de formação on-line para bibliotecários de bibliotecas públicas que possam ofertar em seus espaços de atendimento a hora do conto para crianças com autismo. O programa foi dividido em três fases: 1ª) Treinamento presencial; 2ª) Implementação na biblioteca; e 3ª) Implementação do módulo on-line. A pesquisa foi realizada com 22 bibliotecários, assim o treinamento promoveu acesso à informação sobre autismo para os

¹¹ Ampliação dos direitos já conquistados nos campos social, político, econômico e cultural para as redes digitais, especialmente para aquelas que utilizam as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs (Carvalho; Américo, 2014).

participantes capacitando-os de modo a aumentar a confiança dos profissionais para incluir crianças com TEA, nas atividades de hora do conto (Paynter *et al.*, 2020, tradução nossa). A formação contínua para os bibliotecários é uma necessidade em todos os contextos, no âmbito nacional os desafios de um programa como esse estariam na falta de recursos humanos, funcionários afastados e até mesmo profissionais de outras áreas atuando na biblioteca sem habilidades para compreender o potencial do espaço (Wellichan; Lino, 2018). Entretanto é fundamental que o bibliotecário multiplicador da ColInfo, exerça o papel de eterno aprendiz (ACRL, 2017), se apropriando dos conhecimentos necessários para aplicá-los com excelência.

O artigo 31 possui acesso restrito a assinantes do periódico *Sage Journals*, de modo que não foi possível realizar uma análise mais aprofundada. O mesmo apresenta em seu resumo que investigou, o novo papel das bibliotecas públicas para atender indivíduos com TEA e suas famílias no Kuwait.

O Estudo 32 contextualiza que, aproximadamente 100.000 suecos têm algum tipo de deficiência neuropsiquiátrica. Uma ou duas crianças em cada classe provavelmente um TEA. O Estudo traz alguns exemplos concretos de melhorias nas bibliotecas que foram feitas durante o projeto para crianças com TEA chamado, Uma Biblioteca para Todos sem Exceção, e discutiu o que as bibliotecas podem fazer para se tornarem mais acolhedoras ao TEA. Apresenta mudanças simples na biblioteca, como a forma como as informações são apresentadas e com maior conscientização e sensibilidade da equipe, a experiência da biblioteca pode ser a melhor para todos. As bibliotecas públicas suecas precisam melhorar para ser o lugar onde todas as crianças se sintam à vontade e acolhidas, para que possam descobrir o mundo dos livros e da leitura, e encontrar sua própria voz. Esse estudo sueco, também apresenta diversas práticas mencionadas em estudos americanos, voltados ao atendimento de crianças. Nesse sentido, novamente trazemos à luz o bibliotecário multiplicador (Bertúlio, 2012; Miranda, 2020), para dentro da dimensão estética da ColInfo encontrar a sensibilidade necessária e trabalhar em prol do desenvolvimento de habilidades para promover ações para pessoas com TEA.

Já o Estudo 33, trata-se de uma pesquisa realizada em São Petersburgo na Rússia, que reflete sobre as questões de habilitação de condições para

peças com TEA em bibliotecas. Os autores comentam sobre a comunicação alternativa em instituições de serviço social e cultura destinadas a adequar os espaços informativos e bibliotecas e apoiar a comunidade profissional e as famílias com crianças apresentando comprometimento da fala e da linguagem. O artigo descreve oportunidades de usar a comunicação aumentativa e alternativa enquanto organiza a interação com as crianças com TEA, estruturando o ambiente e atividades e criando histórias. Os autores analisam possibilidades de adaptação da ficção por meio de símbolos gráficos. Em relação a esse estudo, Farias (2019), já enfatizava a possibilidade de realizar ações com a comunicação facilitada, por meio da troca de figuras e imagens, de modo que é perceptível o diálogo entre tais iniciativas em diversas bibliotecas pelo mundo.

O Estudo 34 reflete sobre a concepção e a atualidade prática do *Backstage Pass*, uma iniciativa familiar das Bibliotecas Regionais de Moreton Bay, Austrália, para criar uma experiência de biblioteca pública de aprendizagem acessível e recreativa para famílias que convivem com TEA. Isso levou ao desenvolvimento de ideias que atendem às necessidades sociais e de alfabetização de pessoas com TEA e incentiva a autogestão e o desenvolvimento futuro em situações sociais e habilidades sensoriais, através da exploração de atividades tecnológicas, sensoriais, STEAM e *makerspace*, e a ativação de nossos sete sentidos. No geral, o feedback recebido foi altamente encorajador e destacou a importância de eventos com essas considerações. Esse trabalho apresenta práticas como *makerspace* e STEAM assim como o artigo 8, sobre bibliotecas escolares. Layden e Anderson (2021) apresentam essas duas possibilidades em sua pesquisa, o que nos permite afirmar que algumas práticas são passíveis de serem realizadas em qualquer tipologia de biblioteca.

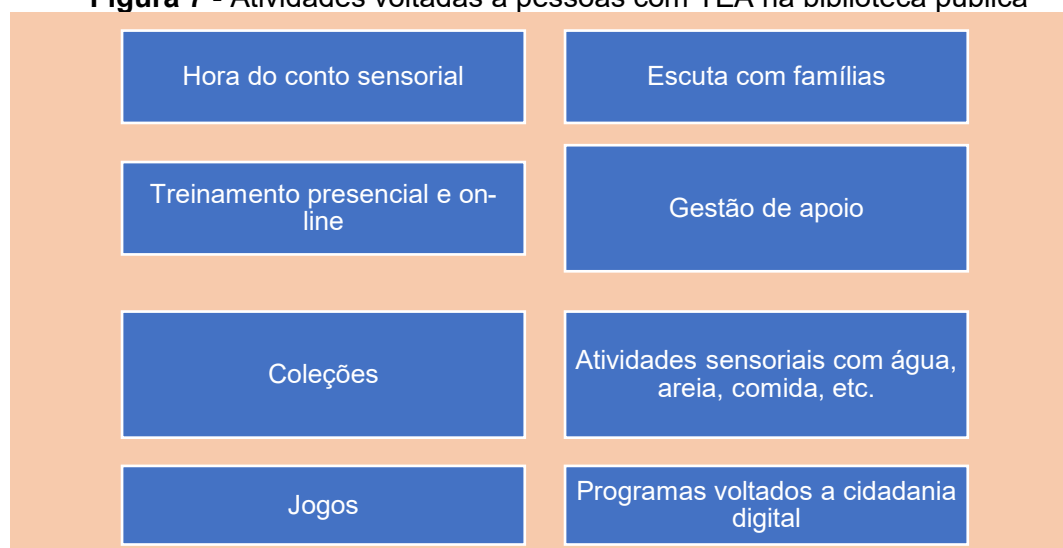
O Estudo 35 mostra a relevância em identificar conhecimentos e informar a sociedade sobre crianças e adultos com autismo; considera e justifica a importância da biblioteca trabalhar com esta categoria de usuários para fins de sua socialização obrigatória; investiga as especificidades do trabalho da biblioteca em instituições com pessoas com TEA e suas famílias dentro da campanha internacional *Light It up Blue*; que apresenta as práticas inclusivas utilizadas no trabalho das bibliotecas para a adaptação de crianças com autismo no mundo de hoje; descreve a experiência da Associação Municipal de

Bibliotecas de Ecaterimburgo na Rússia, na modalidade online e offline, com o objetivo de apoiar pessoas com autismo e suas famílias. O contexto de atendimento online que é apresentado nesse trabalho, remete-nos ao período de distanciamento social, o qual as bibliotecas necessitaram se reinventar. O contexto da biblioteca inclusiva, requer um posicionamento semelhante, que inova e pensa nas necessidades urgentes e que utiliza a Colnfo junto às Tecnologias Assistivas, como meio para promover a autonomia, inclusão e qualidade de vida das pessoas com TEA (Brasil, 2021).

Ao observar as atividades propostas para as bibliotecas públicas, nota-se uma abordagem semelhante às das bibliotecas escolares, que se voltam para além de serviços informacionais se dedicando também à contação de histórias, momentos lúdicos e com atividades mais dinâmicas. Entretanto, existem questões que envolvem atender a públicos diversos e sem garantia de que algum programa de atividades terá adesão, diferente da biblioteca escolar e universitária onde as parcerias podem ser estabelecidas com docentes e demais profissionais a fim de alcançar um público específico.

A figura 7 reúne as práticas que podem ser executadas na biblioteca pública, sob a perspectiva de estudos no exterior e que são passíveis de serem desenvolvidos em âmbito nacional também.

Figura 7 - Atividades voltadas a pessoas com TEA na biblioteca pública



Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

A fim de otimizar as análises sobre os relacionamentos entre práticas e dimensões da Colnfo, o quadro 10 exemplifica os principais pontos estabelecidos no âmbito das bibliotecas públicas no exterior.

Quadro 10 – Dimensões da Colnfo e biblioteca pública no contexto do TEA

Nº	Dimensão Técnica	Dimensão Estética	Dimensão Ética	Dimensão Política	Relacionamentos
26	X	x			Apresenta o bibliotecário realizando a escuta como forma de compreender o comportamento informacional de crianças autistas e desenvolver estratégias inovadoras para a hora do conto.
27	X	x	x	x	Cita o papel do bibliotecário em iniciativas para a construção de uma biblioteca pública inclusiva. Envolvendo habilidades técnicas, sensibilidade e posicionamento ético e político para esse trabalho.
28		x			Utiliza da percepção sensível para desenvolver atividades para crianças em bibliotecas.
29	X	x		x	A cidadania digital está relacionada ao posicionamento político do bibliotecário, as questões relacionadas ao cyberbullying dialogam com a dimensão estética da Colnfo e para o desenvolvimento de programas que trabalhem esses tópicos, as habilidades técnicas do profissional são essenciais.
30	X	x			Preocupação em criar um programa que atendesse as necessidades de autistas por meio da capacitação de bibliotecários para a realização de uma atividade comum às bibliotecas, a hora do conto, qualificando esse momento.
31					Não foi possível realizar a análise, devido ao acesso restrito à assinantes.
32		x			Cita o acolhimento como cerne dos serviços inclusivos na biblioteca.
33	X	x			Apresenta a comunicação facilitada por meio de figuras

					e imagens visando iniciativas para crianças com TEA.
34	X				Salienta a tecnologia e recursos sensoriais, <i>makerspace</i> e STEAM na promoção de atividades na biblioteca.
35	x	x		x	Requer do bibliotecário posicionamento e sensibilidade ante a biblioteca pública, para a promoção de direitos, tendo como estratégia também, o uso de tecnologias.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

Ante à esse contexto, mais uma vez, as habilidades do bibliotecário que está a frente da biblioteca pública devem se sobressair, com o intuito de propor ações inovadoras voltadas aos usuários com TEA e construir parcerias com instituições do território em que atua. A biblioteca pública tem a abertura e flexibilidade para realizar ações sem que haja obrigação de atender demandas curriculares ou diretrizes escolares. Conforme o Manifesto da Biblioteca Pública deve-se promover serviços que se baseiem na igualdade de acesso para todos, disponibilizar materiais específicos para as minorias, pessoas com deficiência, baixa escolaridade, dentre outras condições (IFLA, 2022).

Isso requer que o bibliotecário exerça seu papel de defensor como multiplicador da ColInfo, o que envolve persuasão, ativismo, encorajamento e apoio de várias formas, em defesa da biblioteca como espaço de acesso à informação e desenvolvimento, incentiva a formação da ColInfo dos usuários para a busca de melhores oportunidades (ACRL, 2017), e que dentro desse contexto é a promoção de ações em prol de autistas.

Utilizando as mesmas estratégias mencionadas, foram recuperadas outras informações e trabalhos voltados ao contexto do TEA. Foram 12 trabalhos, dentre eles 4 em inglês, 5 em português e mais 3 trabalhos recebidos via e-mail, do evento mencionado anteriormente (45 a 47 em linhas azuis), e que estão elencados para contribuir com as discussões acerca da temática e seguem apresentadas no quadro 11.

Quadro 11 – Outras iniciativas para pessoas com TEA

Nº	Ano de publicação	Título	Autor
----	-------------------	--------	-------

36	2021	<i>Are Librarians Prepared to Serve Students With Autism Spectrum Disorder? A Content Analysis of Graduate Programs</i> - Os bibliotecários estão preparados para atender estudantes com transtorno do espectro autista? Uma Análise de Conteúdo dos Programas de Pós-Graduação	LAYDEN, S. J.; ANDERSON, A.; HAYDEN, K. E.
37	2021	<i>International Seminar "Inclusive Library Programmes for Users with Autism Spectrum Disorders (ASD): Practices and Potential Development" Call for participation</i> – Seminário Internacional “Programas inclusivos na biblioteca para usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Práticas e Potencial desenvolvimento” Chamada para participação	<i>Russian State Library for Young Adults</i>
38	Desde 2008	<i>Libraries and Autism: We're Connected</i> - Bibliotecas e Autismo: Estamos Conectados	Responsáveis: Dan Weiss (Fanwood, Nova Jersey Memorial Library) e Meg Kolaya (Scotch Plains Nova Jersey Public Library)
39	2013	<i>Library services for youth with autism spectrum disorders</i> - Serviços de biblioteca para jovens com transtornos do espectro autista	FARMER, L. S. J.
40	2015	A Competência Informacional no Contexto do Autista: Um Recurso para Atenuar o Estresse Parental	SILVEIRA, M. C.
41	2019	A biblioterapia como auxiliar no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	RIBEIRO, N. C. R.; LUCK, E. H.
42	2019	Bibliotecas e portadores de transtorno do espectro autista: guia prático para acessibilidade	FARIAS, L. L.
43	2021	Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação	WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J.
44	2022	Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação	COSTA, M. K. A.; OLIVEIRA, D. A.
45	2022	<i>Libraries and Librarians: Inform to Raise Awareness and Facilitate the Inclusion of People with Autism in the Community</i> - Bibliotecas e Bibliotecários: Informar para Conscientizar e Facilitar a Inclusão de Pessoas com Autismo na Comunidade	ABALO, M. I.
46	2022	<i>From the Autism Spectrum to the Multiple Ways of Reading: the Books and the World</i> - Do espectro do autismo às múltiplas formas de ler: os livros e o mundo.	VALLE, F.; SALDANHA, G.
47	2022	<i>Role of Communicative Skills in Socialization of Teenagers with ASD on the Example of School of</i>	VOLODINA, Y.

		<i>Professions Groups</i> - Papel das Habilidades Comunicativas na Socialização de Adolescentes com TEA a Exemplo de Grupos Escolares de Profissões.	
--	--	--	--

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

O quadro 11 apresenta os resultados da pesquisa que foram recuperados e não elencados nos quadros anteriores, dentre esses nota-se uma variedade de conteúdos tais como, página da web, livro, artigo e até evento, tanto em língua portuguesa quanto inglesa. Todos têm relação com a temática voltada à inclusão e pessoas com TEA, entretanto não correspondem aos critérios escolhidos para análise deste trabalho, pois não necessariamente condizem com ações voltadas a bibliotecas escolares, universitárias e públicas.

Contudo, ainda assim é possível extrair práticas possíveis de serem adaptadas para as bibliotecas no que tange a ações inclusivas.

O trabalho 36 também possui acesso restrito a assinantes do periódico *Sage Journals*, de modo que não foi possível realizar uma análise mais aprofundada.

A partir do resumo apresentado, o artigo 36 tem como objetivo utilizar a análise de conteúdo para revisar 90 programas de preparação para bibliotecários, resultando em apenas cinco programas de curso de quatro universidades que incluem cursos de apoio a indivíduos com deficiência. Apenas dois dos cinco cursos revisados incluíam informações sobre indivíduos com TEA especificamente.

O resultado 37 trata-se do *International Seminar “Inclusive Library Programs for Users with Autism Spectrum Disorders (ASD): Practices and Potential Development”*, em português, Seminário Internacional “Programas de Biblioteca Inclusiva para Usuários com Transtornos do Espectro Autista (TEA): Práticas e Potencial Desenvolvimento”. Realizado em abril de 2021, o Seminário foi organizado pela *Russian State Library for Young Adults* em Moscow, por ocasião do Dia Internacional de Conscientização ao Autismo. O evento contou com palestrantes de vários países e foi transmitido em dois idiomas, russo e com intérprete para o inglês, a gravação foi feita via plataforma ZOOM, disponibilizada posteriormente pelo YouTube. Dentre os participantes estão representantes de bibliotecas, pesquisadores, e conselheiros sobre inclusão na cultura, com

publicações em russo e inglês advindos de: Argentina, Brasil, EUA, Austrália, Suécia, Rússia, São Petersburgo e Ecaterimburgo.

Em 2022 foram publicados os 9 trabalhos, quatro de bibliotecas públicas; dois de bibliotecas universitárias e três que se enquadram em outras categorias e que foram apresentados no evento após organização e tradução para o inglês, os quais destacam os atuais programas inclusivos e projetos em bibliotecas com o objetivo de aumentar a conscientização pública sobre o TEA e a socialização e integração de pessoas com TEA no ambiente da biblioteca e na sociedade como um todo (Russian State Library for Young Adults, 2022). É importante salientar que o contato realizado com uma das organizadoras¹² do evento via e-mail, cujo endereço foi obtido no site da IFLA, obteve como resposta os links de acesso às publicações, bem como a gravação do evento. Nesse sentido, a barreira linguística foi decisiva para que mais pesquisadores Brasileiros não participassem desse evento ou mesmo soubessem de sua realização. Em conformidade com essa afirmação, somente após contato com a organizadora foi possível saber que dois pesquisadores Brasileiros representaram o Brasil nesse evento, atuando como palestrantes e autores de trabalho. O Seminário foi dividido em dois dias, o primeiro teve como tema o nome do evento, Programas de Biblioteca Inclusiva para Usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA): práticas e desenvolvimento de potencialidades, e o segundo, Atividades de desenvolvimento para crianças e adolescentes com TEA: Abordagem *DIRFloortime*.

O *DIRFloortime* é uma abordagem que valoriza as diferenças individuais e as relações interpessoais da criança com TEA, visando à formação de competências sociais, emocionais e intelectuais, sua sigla corresponde respectivamente a *Developmental, Individual Difference, Relationship-based Model* e significa Desenvolvimento Funcional Emocional; Diferenças Individuais e de Relacionamento (International Council on Development and Learning, 2023). Essa intervenção é chamada de *Floortime* porque os pais se

¹²Maria Alekseeva - Assessora do Diretor de Atividades Internacionais da Biblioteca Estatal Russa para Jovens Adultos, Membro do Conselho de Segurança da Seção de Relações Internacionais da Associação Russa de Bibliotecas e Membro do Conselho de Segurança da Seção de Bibliotecas da IFLA para Crianças e Jovens Adultos.

deitam no chão com a criança para brincar e interagir com a criança em seu nível, o objetivo é ajudar as crianças a expandirem seus círculos de comunicação. São os principais marcos dessa abordagem: autorregulação, atenção e interesse no mundo; Intimidade ou envolvimento em relacionamentos; Comunicação recíproca intencional; Resolução de problemas de comunicação complexos; Criação e elaboração de símbolos/ideia; Construção de pontes entre os símbolos/ideias (Autism Speaks, 2023, [online]). Assim, trouxe uma Palestra sobre metodologia de uma das abordagens de trabalho com crianças e adolescentes com TEA e discorreu sobre os seguintes temas: Aspectos relacionados ao entendimento geral da abordagem *DIRFloortime*; O TEA do ponto de vista da abordagem *DIRFloortime*; Princípios metodológicos de trabalho com crianças mais velhas, com base nas fases de desenvolvimento funcional social e emocional; Casos de trabalho com adolescentes e adultos criando situações educativas emocionalmente significativas.

Seguindo o cronograma, após a palestra, o evento também exibiu o documentário espanhol sobre a vida de dois jovens com TEA intitulado, *Freshwater Fish in Saltwater*. O filme é um retrato atualizado de pessoas com autismo em toda a sua diversidade, com as histórias de Mariona, de 23 anos, e Mark, de 10, cujas características estão sendo estudadas pelos melhores pesquisadores espanhóis. As informações foram extraídas da página da *Russian State Library, ASD: Growing Up Together* (2021). Conforme já mencionado, os artigos desse evento estão distribuídos entre os quadros de análises de acordo com a categoria que se enquadram (bibliotecas escolar, universitária, pública e outros), e foram analisados considerando os mesmos critérios dos demais.

Seguindo os resultados em inglês, o item 38, é uma página na web¹³, *Libraries and Autism: We're Connected*, que apresenta atualizações entre 2008 a 2022, com diversas ações voltadas a capacitação de pessoas para o atendimento inclusivo. Trata-se de um projeto premiado, que oferece oficinas de treinamento aprofundadas e no local junto com esses recursos da web, produziu um vídeo e site de treinamento de atendimento principalmente para funcionários da biblioteca para ajudá-los a atender indivíduos com TEA e suas famílias mais efetivamente. O vídeo enfoca no que é necessário saber sobre o autismo e

¹³ <http://librariesandautism.org/>

orienta com técnicas específicas para oferecer um serviço mais inclusivo a essa população crescente e carente. As práticas até aqui apresentadas dialogam também com o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (PNTA), pois um de seus principais objetivos é a promoção de ações envolvendo tecnologia assistiva para promover a autonomia de pessoas com deficiência (Brasil, 2021, [online]).

E finalizando os resultados obtidos em língua inglesa, o Google Acadêmico recuperou um livro, *Library Services for Youth with Autism Spectrum Disorders*, (item 39) versão para amostra e que não disponibiliza e-book, e por esse motivo não foi realizada uma análise.

Já os resultados em português apresentam em sua maioria estudos voltados a análises de produções científicas com temas que se relacionam ao TEA e não necessariamente às ações que podem ser promovidas em bibliotecas. A ColInfo aparece no cerne de todos os trabalhos, abrangendo em geral as dimensões técnica e estética, as quais se relacionam com a sensibilidade de considerar a subjetividade do sujeito e as habilidades do bibliotecário para realizar atividades informativas, de multiplicação de habilidades, dentre outras.

O Estudo 40 traz a ColInfo como forma de atenuar o estresse parental dos cuidadores e familiares de pessoas com TEA, a autora, Silveira (2015) afirma que a ColInfo pode diminuir e até solucionar problemas relacionados à saúde quando se tem informações sobre a condição, não limitando o indivíduo apenas aos diagnósticos clínicos. A biblioterapia também foi citada no trabalho 41, como forma de auxiliar o desenvolvimento de crianças com TEA sob a perspectiva de familiares. Os artigos 43 e 44 analisaram artigos na CI voltados à acessibilidade de forma geral, abordando deficiências e condições neurológicas, mencionando o TEA em alguns pontos.

Relacionando o desenvolvimento da ColInfo aos cuidadores, pais e demais envolvidos no trabalho com autistas, entende-se que ela pode auxiliar outras pessoas na busca e uso de informações e também no reconhecimento das necessidades desses usuários, o que pode tornar essas famílias multiplicadoras de conhecimento, não somente em relação à saúde, mas também outros aspectos tais como educação, direitos, lazer, entre outros (Pereira, 2020).

Já o trabalho de conclusão de curso de graduação em Biblioteconomia de Farias (2019) apresenta um guia para acessibilidade em bibliotecas e foi utilizado na construção do referencial teórico da presente pesquisa. Sem recorte temporal, apresenta resultados de publicações entre 1985 a 2019, totalizando 39 artigos recuperados e que apresentam práticas diversas em bibliotecas voltadas ao TEA. A quantidade de artigos também se justifica pela não delimitação de área do conhecimento, uma vez que apresenta resultados das áreas de Educação, Psicologia, Saúde e Ciência da Informação. O trabalho menciona ainda séries, websites, filmes e revistas que trabalharam com a temática. Sob essa perspectiva Farias (2019, p. 30) argumenta que “As informações sobre TEA encontradas em fontes da internet, revistas não acadêmicas, websites, blogs, filmes e séries são de extrema importância, visto que é onde a captação da informação é mais comum.” Nota-se a necessidade de promover iniciativas que alcancem as pessoas, a fim de promover o acesso à informação sobre o TEA dentro do cotidiano e de forma menos formal.

Os trabalhos adiante pertencem aos anais do Seminário Internacional, realizado na Rússia sendo estudos de diversos países.

O artigo 45 é um estudo argentino que destaca os seguintes aspectos: O que é autismo/TEA; Papel do bibliotecário e a ação de facilitar a integração de pessoas com TEA e a Criação de recursos de informação especializados em TEA. O autor defende que saber o que é o autismo permitirá a sociedade fazer uma mudança de visão em relação às pessoas com TEA. Bibliotecários e bibliotecas são essenciais para divulgar e facilitar o acesso às informações sobre autismo, enquanto as bibliotecas são ambientes para pensar como espaços de socialização e inclusão de pessoas com TEA. Portanto, a ação da biblioteca é relevante para valorizar a diversidade e promover espaços inclusivos que contribuam para a inclusão de pessoas com autismo na comunidade (Abalo, 2022). Além dos aspectos mencionados o autor cita as seguintes iniciativas: Oferecer espaço nas bibliotecas para realização de palestras; Participar como voluntários em organizações da sociedade civil (OSCs) sobre autismo; Fazer ajustes simples nas instalações e serviços; Treinar em acessibilidade cognitiva; Naturalizar a diversidade na biblioteca; Aderir a campanhas locais, regionais e globais sobre o assunto (2 de abril — Dia Mundial de Conscientização do

Autismo). Dentre as iniciativas citadas, treinar em acessibilidade cognitiva¹⁴, se destacou por não ter sido citada em outros trabalhos com essa terminologia, e vai ao encontro da afirmação de Miranda (2020, p. 141) quando diz que, “[...] a metacognição perpassa o desenvolvimento de pensamentos mais críticos e reflexivos, que são essenciais no desenvolvimento da ColInfo e na atuação do bibliotecário multiplicador.” Fato que nos permite considerar que é necessário utilizar estratégias metacognitivas para o desenvolvimento de ações visando a acessibilidade cognitiva.

O Estudo 46 trata-se do único trabalho apresentado por Brasileiros no Seminário Internacional, teve como objetivo refletir, sobre o modelo universal de acesso à representação dos livros, práticas de leitura e apropriação do conhecimento registrado. O objetivo é repensar o conceito de leitura considerando o conceito de neurodiversidade, introduzindo a ideia de espectro ao processo de aprendizagem. O foco está na condição intrinsecamente diversa com linguagem e seu aspecto político e social na formação cidadã, primordial para uma sociedade democrática. As questões abordadas nesse estudo, se relacionam com aspectos da dimensão técnica e política da ColInfo, pois trabalham para a promoção de uma sociedade mais igualitária utilizando-se de técnicas adquiridas da formação do bibliotecário (Vitorino; Piantola, 2011), estratégias voltadas a refletir sobre iniciativas em prol de usuários com TEA.

O Estudo 47 foi realizado em Moscow, na Rússia, e comenta sobre o projeto Escola das Profissões, sua evolução e busca pelas mais eficientes maneiras de trabalhar com crianças e adolescentes com autismo, são práticas com eficácia comprovada na questão de adaptação social desses jovens. Os programas se desenvolveram a partir do desenvolvimento de determinadas habilidades durante aulas profissionais para grupos de comunicação sobre melhoria de habilidades sociais. Como um tópico para a comunicação, pode-se escolher diferentes áreas — literatura, museus, e ter aulas de arte-terapêutica e outras. Como resultado do curso de formação da Escola de Profissões sobre arte contemporânea realizada em 2020, seus participantes, pais e organizadores perceberam melhorias na comunicação e habilidades sociais vitais para pessoas

¹⁴ Viabilizar o acesso à informação e conhecimento por meio de estratégias que facilitem o processo de aprendizagem e compreensão por parte de autistas e deficientes intelectuais (Baldo, 2022).

com autismo. Entre eles estão: Envolvimento emocional; Desejo de se comunicar com os colegas; Amizade entre os membros do grupo; Habilidades de gerenciamento de tempo; Busca de soluções em situações problemáticas; Expressão de emoções e empatia/aversão em relação aos membros do grupo; Capacidade de gerir uma discussão em grupo, Aumento de responsabilidade e concentração; Desenvolvimento da autossuficiência enquanto se prepara e se desloca pela cidade; Motivação para participar do programa; Desejo e capacidade de ter momentos de lazer, dentre outros. Conforme apresentado, inúmeras habilidades foram desenvolvidas por meio desse projeto, são ações que sob o ponto de vista de atuação do bibliotecário trazem à luz, responsabilidades apresentadas no Manifesto Político sobre ColInfo (2022), e dentre as atribuições elucidam a sensibilidade de reconhecer determinado contexto e promover ações formativas em ColInfo, acolhendo e melhorando a qualidade de vida das minorias (FEBAB, 2022). Nota-se então, que as práticas atitudinais extrapolam fronteiras territoriais, pois as mesmas iniciativas podem ser empregadas em inúmeros contextos, espaços e territórios.

A fim de prosseguir com a apresentação dos resultados e visando uma análise mais ampla em relação a temática a seguir, a próxima seção, apresentará os resultados do estudo documental que investigou perfis no Instagram.

6.4 AÇÕES E PRÁTICAS INCLUSIVAS DE BIBLIOTECAS PARA PESSOAS COM TEA EM PERFIS DO INSTAGRAM

No quadro 12 estão listadas 15 iniciativas que desenvolvem ou citam algum tipo de prática inclusiva, passível de ser realizada em bibliotecas no atendimento a pessoas com TEA.

Quadro 12 - Perfis do Instagram voltados a bibliotecas inclusivas

Termos buscados	Nome do perfil/responsável	Objetivo da página	Ações inclusivas
Biblioteca inclusiva	@bibliotecainclusiva_avare - Jairo Amorim – Avaré	Compartilhar atividades e leituras.	Grupo de apoio a pais e mães atípicas; palestras sobre práticas integrativas e neurociência; dicas de cuidado com a saúde mental e sensibilização de datas importantes relacionadas à temática.
Biblioteca inclusiva	@biblioteca.inclusiva.virtual – Profª Maria Selma Gomes	Compartilhar informações e leituras diversas são necessariamente	Citações diversas; Resenhas de livros; Explicações sobre Braille; Indicações de audiolivros e dicas de cuidado com a saúde mental

		e ligadas à inclusão	e sensibilização de datas importantes relacionadas à temática.
Biblioteca acessível	@bibliotecascessivel – Heyde Leão e David Barros	Promover conteúdos relacionados à acessibilidade, educação, impacto e inclusão	Apresentação de plataformas de audiolivros; informações úteis sobre braile; soluções voltadas à educação inclusiva para pessoas não videntes, baixa visão, e do espectro autista.
Biblioteca acessibilidade	@acessibilitati – Tatiana Ribeiro (Bibliotecária e pesquisadora)	Ensinar bibliotecários a tornar bibliotecas acessíveis para pessoas com deficiência	Informações, políticas públicas, dicas de ações voltadas a pessoas com deficiência auditiva, intelectual, visual, nanismo, autismo, mobilidade reduzida, pretos, LGBTQIA+.
Biblioteca acessibilidade	@febabaccess – Rede de Bibliotecas Acessíveis, FEBAB	Compartilhamento de recursos, experiências e ações em prol da acessibilidade	Grupos de trabalho e pesquisa, eventos sobre inclusão de pessoas com deficiência na biblioteca; clube de leitura; cadastro de mais de 150 bibliotecas acessíveis no Brasil. (www.acoesfebab.com/blog/categories/gt-access).
Biblioteca autismo	@brincarautismofeliz – <i>Fundación Brincar</i> (Buenos Aires)	Trabalhar pela qualidade de vida de pessoas com autismo.	Biblioteca virtual com publicações gratuitas em formato digital sobre autismo; informações científicas sobre o TEA; vídeos; manuais; folhetos etc. (www.bibliotecabrincar.org.ar).
Biblioteca autismo	@autismo_huelva – ONG (Huelva Spain)	Trabalhar com pessoas com TEA e familiares	Eventos na biblioteca municipal para as famílias, com palestras para conscientização e sensibilização sobre a temática; Dicas de leitura etc.
Biblioteca autismo	@lamara – ONG (São Paulo)	Associação	Biblioteca digital com e-books gratuitos (lamara.org.br/biblioteca-digital).
Biblioteca TEA	@biblioteca.tea	Dicas de livros e filmes para conhecer o autismo	Informações sobre o autismo, resenhas e indicações de livros e filmes sobre TEA.
<i>Library autismo</i>	@autismlibraryms – <i>Paper Boat Autism Library (Hattiesburg, Mississippi)</i>	Sensibilização sobre o autismo e acesso à informação	Livros sobre TEA empréstimo; Posts de sensibilização e informação; Dicas de acolhimento para pessoas neuroatípicas; Noite de jogos de tabuleiros; cartões e origamis com mensagens de acolhimento e sensibilização; indicações de perfis em prol do TEA.
<i>Library autismo</i>	@autismnutritionlibrary – <i>The Autism Nutrition Library – Brittyn Coleman</i>	Orientações nutricionais para autistas, vinculado ao perfil @autismdietitian	Dicas para melhorar hábitos alimentares em pessoas neuroatípicas. A página direciona para uma biblioteca digital com conteúdo pago, e centenas de receitas e orientação.
<i>Library autismo</i>	@rackerautism lending – <i>Racker Autism Lending Library (New York)</i>	Associação - Apoiar pessoas com deficiência e suas famílias, oferecendo oportunidades para aprender e	Dicas de acolhimento; Informações sobre TEA; Biblioteca para acolhimento de pessoas com TEA; empréstimo de livros e itens que podem ser utilizados em terapias, como puffs, luminárias, bolas etc.; (lendinglibrary@racker.org).

		estar conectado com outras pessoas	
<i>Inclusive library</i>	@inclusivelibrary – Emily	Recomendações de livros ilustrados e inclusivos	Dicas de leitura e livros infantis sobre diversidade e inclusão.
<i>Inclusive library</i>	@inclusivelibrary_	Fornecer recursos educacionais para educadores ampliarem o conhecimento sobre diversidade e inclusão	Sugestão de livros com resenhas, para o trabalho com crianças.
<i>Inclusive library</i>	@little_inclusive_library - Tiny Leschi inclusive Library	Amplificar livros inclusivos	Pequena biblioteca com livros inclusivos e gratuitos, disposta em um bairro e para todas as idades.

Fonte: Elaborado com base nos dados da pesquisa

A partir das estratégias de busca, com as palavras-chave descritas nos procedimentos metodológicos, foi possível encontrar poucos resultados relacionados diretamente às ações em bibliotecas voltadas ao atendimento de pessoas com TEA. Muitos conteúdos apareceram na aba de hashtags #, que são conteúdos mencionados ou direcionados, de modo que não foram empregados no quadro de resultados. Foram utilizados termos de busca em língua portuguesa e inglesa, devido à semelhança de alguns termos em outras línguas, como a língua espanhola, foram encontrados alguns resultados de ações em bibliotecas na Argentina e na Espanha. Os resultados em língua inglesa se voltaram majoritariamente a cidades americanas. Foram considerados ainda, resultados de ações em âmbito virtual, que direcionavam para outros perfis e páginas, contudo mantinham o propósito de apresentar orientações, informações úteis, sugestões de materiais diversos e em sua maioria livros, para a discussão da temática.

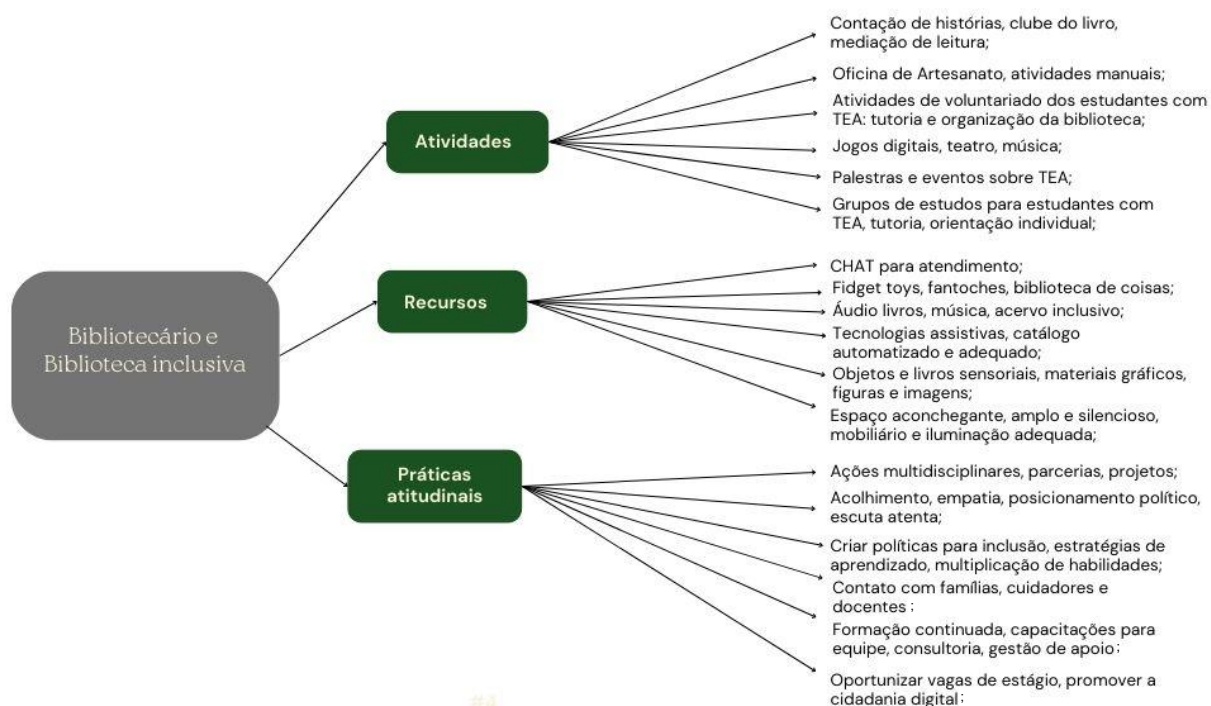
Notou-se várias menções sobre o autismo em perfis particulares de bibliotecários e pesquisadores, contudo, poucos perfis se dedicaram exclusivamente à discussão da temática. Dentre os resultados mais encontrados, foram descrições de características sobre o TEA, datas importantes para conscientização e sensibilização de condições neuroatípicas. Todos os perfis apresentados no quadro 12, em algum momento, publicaram uma postagem relacionada a esse conteúdo. Somente uma biblioteca foi

encontrada na rede social Instagram e que corresponde às bibliotecas que fazem parte do diretório de bibliotecas acessíveis do GT-Acess da FEBAB, a Biblioteca Comunitária do Centro Cultural Corrente do Bem, que promove ações para pessoas com deficiência intelectual, e que está localizada em Santa Luzia, Minas Gerais.

A partir dos resultados obtidos, é possível afirmar que não necessariamente todos os perfis que se autodenominavam bibliotecas, de fato eram. Já em relação às menções sobre bibliotecários, não houve resultados significativos sobre ações voltadas a autistas. E do mesmo modo aos trabalhos já apresentados, a rede social evidenciou questões e atividades semelhantes, posicionamentos e iniciativas que devem ser consideradas ante o atendimento de pessoas com TEA, em seus mais variados contextos e faixa etária.

A seguir, com vistas a apresentar uma síntese geral, será apresentado um compilado de atividades e iniciativas que foram elencados a partir dos resultados de todos os trabalhos encontrados, visando qualificar o atendimento aos autistas e que foram identificadas ao longo do presente estudo e descritas nas diversas seções dos resultados.

Figura 8 – Iniciativas em bibliotecas voltadas a pessoas com TEA



Fonte: Elaborado pela autora

Nota-se uma vasta gama de possibilidades, especialmente se os três pontos destacados: atividades, recursos e práticas atitudinais – dialogarem de acordo com o contexto e o objetivo almejado. A combinação de atividades que apresentem recursos disponíveis e atitudes do bibliotecário que defendam seu trabalho podem fazer a diferença ao final dos processos. Para além disso, é possível considerar que embora existam ações sendo realizadas em bibliotecas e unidades de informação por todo o mundo, a divulgação dessas atividades por vezes é restrita ou não ocorre. O que impactou os resultados desta pesquisa tanto em relação aos trabalhos acadêmicos e profissionais, quanto no conteúdo encontrado no Instagram. Outra possibilidade para justificar esse resultado, são as barreiras encontradas para a realização de atividades que podem estar envolvidas em um ou vários pontos de um processo e que foram salientadas em alguns trabalhos apresentados.

Na seção seguinte, serão descritas algumas das barreiras para a realização de ações mais citadas e evidentes nos estudos analisados.

6.5 BARREIRAS PARA A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES INCLUSIVAS PARA PESSOAS COM TEA EM BIBLIOTECAS

Para além das possibilidades de ações que podem ser promovidas em uma biblioteca em prol de pessoas com TEA, diversos estudos analisados trouxeram as barreiras para a implementação e ou sua realização. Essas barreiras podem ser citadas em contextos variados e por uma infinidade de razões subjetivas ao tipo de biblioteca, público-alvo ou profissionais que atuam nesses espaços.

Ao retomar o artigo 8 descrito no quadro 5 desta pesquisa, que contextualiza práticas no âmbito da biblioteca escolar e que apresenta uma pesquisa feita nos EUA com 121 bibliotecários e com questões voltadas ao atendimento de estudantes com TEA, pode-se elencar as seguintes barreiras enfrentadas e destacados por Layden e Anderson (2021) dispostas no quadro 13.

Quadro 13 - Barreiras relatadas

TEMA	Exemplo de respostas
1. Falta de treinamento ou conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Nunca fui treinado para administrar um programa de atividades de biblioteca para usuários com TEA; • Os bibliotecários não são treinados para oferecer suporte à deficiência. Muitas vezes os estudantes são “jogados” na biblioteca e o bibliotecário é esperado para ser um cuidador; • Acima de tudo uma verdadeira falta de formação. Muitos sentem-se despreparados em como lidar com variações e habilidades dos estudantes.
2. Falta de dinheiro, recursos ou tempo	<ul style="list-style-type: none"> • Barreiras financeiras para comprar materiais; • Falta de tempo; • Muito barulho; • Falta de tempo para colaborar.
3. Falta de inclusão e/ou apoio da equipe da biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • Sinto que sou o único que se preocupa com estudantes neurodivergentes e a biblioteca; • Não sou incluído nas decisões da biblioteca; • Educadores especiais gostam de ter estudantes autistas sob seu controle e em suas próprias salas de aula.
4. Desafios específicos do estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Estudantes com comportamentos perturbadores sem o professor; • Estimulação sensorial; • Barreiras de comunicação.
5. Falta de pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Às vezes, professores auxiliares não são enviados com a turma; • Falta de pessoal de apoio durante as aulas na biblioteca.
6. Falta de conhecimento específico para o estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Não há informações suficientes para bibliotecários sobre quem tem necessidades especiais; • Não estar ciente dos IEP¹⁵s dos estudantes.
7. Desafios para encontrar livros adequados	<ul style="list-style-type: none"> • Não há livros suficientes com personagens com autismo; • Sua área de interesse de leitura é muito restrita e Não conseguimos fornecer materiais.
8. Não tem informações suficientes para compreender	<ul style="list-style-type: none"> • Não tenho informações suficientes para saber e que barreiras existem • Simplesmente não sei o que posso fazer

Fonte: Elaborado com base em Layden e Anderson (2021, p. 8)

¹⁵ *Individualized Education Plan* – Plano individual de educação: é um plano ou programa desenvolvido para garantir que uma criança com deficiência identificada na lei e que esteja frequentando uma instituição de ensino fundamental ou médio receba instrução especializada e serviços relacionados (UNIVERSITY OF WASHINGTON, 2023, tradução nossa).

Em relação ao item 7 do quadro 13, que relata sobre a dificuldade em encontrar livros adequados, também se relaciona a ColInfo voltada à dimensão técnica, quando necessita de um profissional qualificado para a promoção de tais ações, pois segundo Vitorino e De Lucca (2020 p. 55) “ A ênfase sobre a técnica explica-se pelo fato de esta constituir a dimensão mais evidente da competência em informação, na medida em que é o meio de ação do indivíduo no contexto da informação.” Neste sentido, no âmbito escolar Brasileiro também foi citado a ausência de projetos de leitura voltados a autistas, assim Silva (2018, p. 34) comenta que

[...] a inexistência de projetos de incentivo à leitura para as crianças autistas salienta a falta de um bibliotecário nesta instituição para selecionar literaturas específicas ajustadas às necessidades desses indivíduos de modo a ajudá-los a alcançar bons resultados educativos, aplicando o método de leitura que julgue mais eficaz para melhorar suas competências cognitivas e sociais.

Tal afirmação constata a fragilidade no atendimento em bibliotecas devido à falta de capacitação dos bibliotecários e também de recursos, barreiras mencionadas em diversos dos estudos apresentados no decorrer desta pesquisa. A dimensão estética também se faz como fio condutor para as iniciativas, uma vez que a estética se relaciona a forma do agir humano, da sensibilidade, criatividade e intuição (Vitorino; De Lucca, 2020). Sob essa perspectiva, o bibliotecário deve trabalhar para a construção de vínculos, pois as barreiras comunicacionais interferem diretamente no atendimento oferecido, e conseqüentemente na qualidade dos serviços desenvolvidos, independentemente do tipo de biblioteca.

É importante que haja sensibilidade e cuidado suficiente para que os estudantes sejam encorajados a explicar sua situação e ter um atendimento que atenda suas necessidades. Em relação a isso, Cho (2018) identifica uma barreira para com os estudantes com TEA de universidades, que por vezes não desejam ser atendidos de forma diferente e por isso a condição pode passar despercebida. Assim afirma que

Estudantes com TEA podem optar por não divulgar seus diagnósticos aos seus professores ou bibliotecários. Ao trabalhar com estudantes com TEA, também deve ser lembrado que eles não querem ser tratados como diferentes dos estudantes regulares. Embora eles

possam precisar de acomodações razoáveis, eles estão dispostos a trabalhar duro e ter sucesso por seus próprios méritos. Ao ajustar estilos de ensino ou fornecer acomodações razoáveis, é importante perceber que estudantes com TEA e DI [deficiência intelectual] não estão buscando ter conteúdo do curso modificado pelo professor ou instrutor. O nível de rigor acadêmico de uma turma não deve ser alterado de forma alguma para atender às necessidades dos estudantes com TEA e DI. (Cho, 2018, p. 337, tradução nossa)

Deste modo, é perceptível o contexto em que as barreiras enfrentadas perpassam desde as questões de vínculos, até a subjetividade de casos que podem não querer uma abordagem especial no momento do atendimento. Sendo de extrema valia conhecer o público-alvo da biblioteca em questão para então definir estratégias assertivas em relação às propostas a serem ofertadas.

Tendo em vista uma atividade mais elaborada, que exige organização como a promoção de um circuito de atividades voltadas às crianças com TEA em uma biblioteca pública, como é o caso do trabalho 26 citado no quadro 9, em que três bibliotecárias desenvolveram estações de jogos sensoriais para essas crianças, e citaram também algumas barreiras para a implementação desse programa, quais sejam:

- Disponibilidade de pessoal - A organização e a limpeza geralmente exigem pessoal adicional devido ao tamanho do programa;
- Tempo - A organização e a limpeza podem levar até uma hora cada, além do tempo de planejamento;
- Custos - Muitas atividades sensoriais incluem alimentos e outros itens consumíveis, como creme de barbear. Isso significa que a equipe deve comprar suprimentos para cada interação do programa.
- Tentativa e erro - Algumas atividades apresentam desafios de limpeza imprevistos significativos, dependendo do layout do edifício. Por exemplo, despejar poças de água é uma tarefa trabalhosa e só é possível com uma porta externa próxima. A equipe deve avaliar a viabilidade das atividades e trabalhar com as limitações próprias de seu espaço físico (Hickey; Golden; Thomas, não paginado, 2018, tradução nossa).

Os exemplos de desafios apresentados, fazem parte da diversidade de pontos relatados por bibliotecários no que tange a implementar ações em bibliotecas para pessoas com TEA. São em geral atividades que demandam tempo, seja de formação, organização ou capacitação, recursos e acima de tudo força de vontade daqueles que executam. Muitos estudos analisados citam questões voltadas à falta de recursos, disponibilidade de pessoas e práticas atitudinais, que extrapolam habilidades técnicas, e que necessitam de olhares atentos, sensíveis e que construam oportunidades.

A capacidade de pensar em soluções para esses desafios pode criar inúmeras possibilidades, e para além de criatividade é necessário que os bibliotecários à frente dessas bibliotecas queiram fazer a diferença onde atuam. Conforme sugere Valls que apresenta o termo “criafetividade” advindo da área da Educação, o qual combina a junção das palavras criatividade e afeto, “Precisamos, urgentemente de criafetividade, essa forma de criatividade que acolhe, que aproxima, que conecta, que respeita, que transcende e que impacta positivamente.” (Valls, 2021, p. 148). Desse modo, o bibliotecário terá que empregar as dimensões técnica, estética, ética e política da ColInfo para exercer suas habilidades de formação e para que suas ações se concretizem no âmbito pessoal e coletivo (Vitorino; De Lucca, 2020), permitindo-se ainda ser flexível para que sua criafetividade possa fluir de forma a contemplar os objetivos que deseja alcançar visando construir uma biblioteca inclusiva.

Ao profissional caberá ainda exercer seu papel como multiplicador da ColInfo, utilizando estratégias metacognitivas conforme argumenta Miranda (2020, p. 136), que envolvem ações como

[...] automonitoramento, autoavaliação, planejamento, reconhecimento das necessidades e capacidade para resolução de problemas para dar ao bibliotecário condições de planejar e executar atividades que permitam a formação de seus usuários.

Posicionamento necessário para planejar e desenvolver habilidades informacionais tanto em seus pares, quanto nos usuários que atende e atenderá.

Outro ponto relevante a ser mencionado, é a barreira linguística, essa que acaba por definir os resultados que serão encontrados e requer do pesquisador habilidades técnicas, como o domínio de outros idiomas, especialmente o inglês para ampliar resultados, contatos e possibilidades. Nesse contexto, assim como “[...] a falta de domínio da língua inglesa prejudica a realização da pesquisa em artigos ou publicações estrangeiras, a ausência dessa competência impede, também, que as pesquisas nacionais sejam disseminadas pelo mundo.” (Jesus, 2015, p. 76). Infere-se que a partir dessa afirmação, que as habilidades do pesquisador determinam definitivamente os resultados dos estudos propostos, isso inclui também a decisão de ampliar as possibilidades ao romper tais desafios. Desafios em qualquer parte do processo de uma pesquisa podem ocorrer de forma previsível ou não, e cabe ao

pesquisador, bibliotecário, profissional da informação se posicionam de modo a encontrar estratégias a partir das habilidades e recursos que possui e que resolvam essas questões.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a contribuição da ColInfo do bibliotecário para a construção de bibliotecas inclusivas e acessíveis, voltadas ao atendimento de pessoas com TEA. Nesse sentido, teve como objetivos específicos, verificar iniciativas em diversos tipos de bibliotecas para a inclusão de pessoas com TEA e verificar habilidades requeridas aos bibliotecários que atuam nesses espaços. Visou averiguar a relação entre as habilidades necessárias às práticas inclusivas para autistas e os papéis do bibliotecário educador e multiplicador da ColInfo. Buscou ainda, estabelecer relações entre as ações e práticas inclusivas para pessoas com TEA e as dimensões da ColInfo.

Assim, constatou-se que realizar estudos voltados às práticas de inclusão em qualquer esfera dentro da Ciência, é estar no cerne de uma transformação social, a qual se evidencia a cada trabalho encontrado a necessidade de mais pesquisas e olhares voltados a essa temática. Foi possível destacar que a quantidade de trabalhos sobre ações em bibliotecas para pessoas com TEA no Brasil, além de serem incipientes, por vezes apresentam contextos e informações desatualizadas devido a relação que existe sobre o autismo e suas constantes pesquisas na área da saúde.

Entretanto, foi evidente a crescente da temática em ações no exterior, se comparado ao âmbito nacional, nos mais diversos tipos de bibliotecas e voltados geralmente à faixa etária entre a infância e juventude. Não foram encontrados estudos que mencionassem atividades voltadas a autistas de meia idade ou idosos. As práticas apresentadas incluíram ainda inúmeras possibilidades dentro de contextos que variam entre bibliotecas públicas e contações de histórias sensoriais até a utilização de ferramentas digitais em bibliotecas universitárias, as quais todas exigiam do bibliotecário exercer seu papel como multiplicador da ColInfo, ao colocar em prática seus sete papéis, coordenando equipes, instruindo atividades, ensinando, buscando parcerias, sempre aprendendo, liderando e advogando pela causa.

Em relação aos trabalhos encontrados em âmbito internacional, é importante considerar que novamente a barreira linguística se fez presente, e mesmo havendo a busca em língua inglesa, com resultados significativos,

acredita-se que existam práticas e pesquisas voltadas ao TEA em bibliotecas em andamento nos mais diversos idiomas, com materiais passíveis de não recuperação por pesquisadores que não dominem o idioma da publicação, como foi o caso dos trabalhos resgatados sobre o Seminário Internacional de Biblioteca Inclusiva com programas para usuários com TEA, realizado de forma remota na Rússia. Só foi possível o acesso aos trabalhos apresentados nesse evento após contato direto com a organização do evento. A partir daí e com base no levantamento feito no Instagram, foi possível observar que muitas ações são realizadas no Brasil e no exterior, são práticas em bibliotecas ou realizadas por bibliotecários, que são mencionadas em redes sociais e até possuem gravações de seus eventos. Contudo, as publicações científicas não ocorrem ou são pouco divulgadas, dificultando a recuperação dessas informações. O que enfatiza a afirmação de Jesus (2015) quando diz que utilizar uma língua estrangeira para acessar informações é ainda um desafio determinante aos pesquisadores. Cabe salientar, ainda, que foram encontrados trabalhos com propostas de atividades voltadas a autistas, porém em outras áreas do conhecimento, que não fizeram parte dos critérios estipulados para a realização deste estudo.

São inúmeros os desafios enfrentados não só para o pesquisador, mas também para o bibliotecário, que deve utilizar a informação como instrumento para modificar realidades, possibilitando que fluxos informacionais sejam estabelecidos para que haja a multiplicação de habilidades, o desenvolvimento da Colnfo e o preparo de profissionais da informação para trabalhar em prol de causas pelas minorias, como é o caso das pessoas com TEA. A sociedade já apresenta lacunas informacionais que só serão sanadas a partir de iniciativas que abranjam as diferentes dimensões, que alcancem esferas da dimensão técnica, estética, ética e política da Colnfo e que só um profissional disposto a aprender e ensinar contempla minimamente esses requisitos.

Dentre os atributos necessários ao bibliotecário para que as ações sejam propostas, a realização de parcerias se faz de grande valia, especialmente se o público-alvo é atravessado por questões em que a formação do bibliotecário não possibilita o domínio, como é o caso do TEA. Não se trata de almejar espaços que não fazem parte de seu cotidiano, mas sim, de não se eximir de responsabilidades sociais, de ampliar olhares de forma sensível e encorajadora

aos demais e por vezes até ser o pioneiro em experiências inovadoras. Valorizar as subjetividades dos sujeitos implica antes de tudo valorizar a própria subjetividade para construir caminhos em seu contexto de atuação.

A informação acima de qualquer prática foi considerada a maior aliada no atendimento às pessoas com TEA, independente do contexto e espaço. É imprescindível que tanto o bibliotecário, junto à equipe que atua nesse espaço, quanto as famílias, cuidadores e os próprios usuários, estejam munidos de informações de fontes seguras e atualizadas sobre o assunto. Quanto mais conhecimento existir sobre o TEA, menor serão as chances de protagonizar um atendimento falho, sem a consciência do bem-estar coletivo. E ainda que o bibliotecário tenha muitas informações, não lhe cabe relativizar diagnósticos, experiências ou mesmo práticas alheias, o diálogo e a empatia devem prevalecer em todos os momentos, para além das habilidades técnicas que ele pode dispor.

Nesse sentido, a educação continuada sobre temas sensíveis, deve fazer parte dos interesses do bibliotecário, para que deste modo haja o desenvolvimento de habilidades que contribuam na reflexão desses temas, considerando o público a que deseja atender, bem como suas fragilidades, integrando ações da ColInfo a fim de promover práticas. Consolidar uma equipe que esteja preparada para acolher e atender pessoas com TEA exige preparo técnico, disposição e flexibilidade para compreender que cada indivíduo possui um comportamento e uma necessidade diferente.

Exercer a cidadania, buscando um posicionamento político que dialogue com governantes, almejando apoio para causas como inclusão e que tragam incentivo com recursos e investimentos é parte da missão do bibliotecário, que trabalhará também para o cumprimento de diretrizes e até mesmo dos próprios ODS visando a redução de desigualdades e a promoção de uma sociedade pacífica e inclusiva. Garantir o acesso à informação nas bibliotecas no contexto do atendimento a pessoas com TEA, viabiliza a busca por direitos e políticas públicas às quais esses indivíduos e familiares tem direito, fortalece o trabalho em rede para a construção de uma sociedade mais igualitária, sensibiliza e desconstrói barreiras.

Outras formas evidenciadas neste estudo e que corroboram positivamente para o desenvolvimento de ações para pessoas com TEA, diz

respeito ao uso das Tecnologias Assistivas, que envolvem metodologias e ferramentas diversas com um mesmo propósito. E que nesse sentido, podem ser uma estratégia assertiva em grupos de trabalho e pesquisa sobre inclusão, que podem utilizar ainda a ColInfo para o desenvolvimento e formação de habilidades informacionais e digitais em prol desses sujeitos. Estratégias que envolvem trabalhos manuais, música, ludicidade, leitura e objetos sensoriais também foram apresentados em diversos trabalhos, e que requer colocar em prática a criatividade do bibliotecário, ou seja, utilizar a criatividade e o afeto para qualificar os serviços ofertados nesse contexto.

Pode-se considerar também, que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, uma vez que foram identificadas práticas realizadas em bibliotecas e que atendem às pessoas com TEA, sem especificidade etária, apenas no âmbito da Ciência da Informação. E ampliou, desse modo, relações entre a ColInfo e o atendimento de pessoas com TEA, que de forma nítida apresenta as habilidades do bibliotecário como um diferencial para qualificar serviços e programas voltados a biblioteca inclusiva. Ficou evidente ainda, que as práticas atitudinais impactam diretamente nesses processos, pois não necessariamente todos terão as habilidades requeridas para atuar nesse contexto, contudo, todos são capazes de desenvolver habilidades que supram as necessidades informacionais desses sujeitos.

No que se refere à perspectiva sobre futuras pesquisas em relação a essa temática, é necessário que estratégias para alcançar mais estudos sejam repensadas. Foi possível notar que em diferentes partes do mundo existem iniciativas que estão sendo, ou já foram realizadas, e que o contato direto com pesquisadores, para além do levantamento bibliográfico pode ser uma alternativa que gere bons resultados. Outro ponto significativo é a formação de bibliotecários que tenham um olhar voltado às questões sociais e inclusivas, independentemente do espaço em que irá atuar futuramente, estágios curriculares do curso de Biblioteconomia, por exemplo, tendem a propiciar experiências impactantes e que podem ser orientados por bibliotecários que estejam dispostos a multiplicar habilidades e promover uma visão humanística sobre a atuação em bibliotecas.

Em relação aos contributos desta pesquisa à CI, é possível destacar a relação da ColInfo atrelada à responsabilidade social da CI, a qual desde os primórdios levantou olhares críticos sobre problemas da informação. É necessário compreender os problemas que permeiam uma sociedade, para que a partir daí sejam elaboradas estratégias que possam transformar o mundo, tendo em mente que a informação é a maior força existente para que influências, comportamentos e hábitos sejam estabelecidos. Nesse sentido, a Ciência que estuda a Informação, detém tal capacidade, para que a informação se torne conhecimento a partir de reflexões e colabore para que a ColInfo exerça seu papel de forma a tornar uma sociedade mais inclusiva, a partir de práticas em bibliotecas voltadas a autistas. E para que assim, novas pesquisas sejam realizadas sobre a temática no intuito de contribuir com a evolução da Ciência e com a construção de possibilidades dentro e fora da CI.

REFERÊNCIAS

ACKIN, L.; MACKINNEY, D. Autism, Literacy and Library: The 3 Rs = Routine, Repetition and Redundance. **Children and Libraries**. 2004. Disponível em: https://inclusivelibrariesforchildren.files.wordpress.com/2013/01/2n2_akin.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

ABALO, M. I. *Libraries and Librarians: Inform to Raise Awareness and Facilitate the Inclusion of People with Autism in the Community*. In: RUSSIAN STATE LIBRARY FOR YOUNG ADULTS. *Inclusive Library Programmes for Users with ASD: Practices and Potential Development: Collection of Papers*. Moscow, 2022. p. 60-72.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential committee on Information Literacy**: final report. Washington, DC: ALA, 1989.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Manual das pessoas que advogam pela biblioteca**. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 3. ed. São Paulo: FEBAB, 2008. Disponível em: http://www.ala.org/aboutala/sites/ala.org/aboutala/files/content/AdvocacyALA_Handbook_versaofinal_abril.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 2014. Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

ANDERSON, A. From mutual awareness to collaboration: Academic libraries and autism support programs. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], v. 53, n. 1. p. 103-115, 2021.

ARAÚJO, C. A. A. **O que é Ciência da Informação?** Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, C. A. A. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/01/pdf_d877584296_0014353.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Roles and Strengths of teaching librarians**. Boston, 2017.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 18 ago. 2022.

AURÉLIO. **Dicionário de língua portuguesa**. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

AUTISM SPEAKS. **Floortime**. 2023. Disponível em: <https://www.autismspeaks.org/floortime-0>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BALDO, Y. P. **Acessibilidade cognitiva e metodológica para apoio a estudantes com transtorno do espectro autista na educação a distância**. 2022. 40f. Trabalho Final de Curso (Pós-graduação em Práticas Pedagógicas) - Instituto Federal do Espírito Santo. IFES. Vitória, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/3213>. Acesso em: 13 jul. 2023.

BAPTISTA, M. I. S. D. Convivendo com as diferenças. *In*: PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2008. p. 24-27.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-28, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57045. Acesso em: 16 jan. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil**: cenários e espectros. São Paulo: ABECIN, 2018.

BELLUZZO, R. C. B. O estado da arte da competência em informação (ColInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 47-76, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648/570>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BERTÚLIO, A. L. A. **Estudo e formação de multiplicadores em competência informacional**. 2012. 231f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012.

BOLSONI, C. L.; MACUCH, R. SILVA; BOLSONI, L. L. M. Neurodiversidade no meio acadêmico: reflexos das falhas educacionais em uma instituição de ensino superior no interior do Paraná. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 34, p. 1-19, 2021.

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, [S. /], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 9484**, de 06 de fevereiro de 2018. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0fi0upsa5c8k9d3290em7z1hj2624925.node0?codteor=1639337&filename=PL+9484/2018. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**: objetivo 16. 2023. Disponível em: <https://odsBrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=16>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 9484**, de 03 de junho de 2021. Fica garantida ao portador de Transtorno Espectro do Autismo a realização de atividades laborais compatíveis com sua aptidão, formação, experiência e opinião, sendo vedada sua discriminação. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Tecnologia Assistiva - PNTA**. Brasília, DF. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisBrasil/pnta#:~:text=1.1%20Conceito%20de%20tecnologia%20assistiva,Estatuto%20da%20Pessoa%20com%20Defici%C3%A2ncia>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Lei n.º 12.764, de 27 de novembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.370, de 12 de dezembro de 2016. Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13370.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994. BRASIL. **Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8899.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. BRASIL. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências**. Brasília, DF, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.977, de 8 de janeiro de 2020. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, **para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 21 set. 2022.

- BRASIL. Portaria nº 555, de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.
- BRAUMBERGER, E. Library services for autistic students in academic libraries: A literature review. **Pathfinder: A Canadian Journal for Information Science Students and Early Career Professionals**, Alberta, v. 2, n. 2, p. 86-99, 2021.
- BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, Maryland, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- BUSH, V. As we may think. **The atlantic monthly**, [S. l.], v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Tradução de livre de Fábio Mascarenhas e Silva. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/372315/mod_resource/content/1/AsWeMayThink.pdf. Acesso em: 16 jan. 2022.
- CAMPELLO, B. dos S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.
- CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais[...]** Minas Gerais: UFMG, 2003.
- CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.
- CARVALHO, A. M. G. de; AMÉRICO, M. Inclusão e Cidadania Digital no Brasil: a (des) articulação das políticas públicas. **Redes. com: revista de estudos para el desarrollo social de la Comunicación**, Brasília, v. 1, n. 9, p. 69-84, 2014.
- CARVALHO, L. A.; CRIPPA, G. Ciência da informação: histórico, delimitação do campo e a sua perspectiva sobre a área da comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 241-251, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35073>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- CHARTERED INSTITUTE OF LIBRARY AND INFORMATION PROFESSIONALS. **The revised CILIP definition of Information Literacy**. Liverpool: Journal of Information Literacy, 2018. Disponível em: https://web.archive.org/web/20190428032549id_/http://openaccess.city.ac.uk/20572/3/2454-1-12201-1-10-20180604.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.
- CHO, J. Building bridges: librarians and autism spectrum disorder. **Reference services review**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. 325-339, 2018.

COSTA, M. K. A.; OLIVEIRA, D. A. Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação em Revista**, Alagoas, v. 8, n. 1, p. 95-118, 2021.

COTTRELL, M. Aging out of sensory storytime: how libraries can provide services for teens and young adults on the Autism spectrum. **American Libraries Magazine**, Chicago, 2016. Disponível em: <https://americanlibrariesmagazine.org/2016/03/01/sensory-storytime-spectrum-libraries-add-services-for-children-with-autism/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DECLARAÇÃO de Alexandria sobre alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida: Faróis para a Sociedade da Informação, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfosoc-pt.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

DE LUCCA, D. M. **A Dimensão Política da Competência Informacional**: um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos. 2015. 287 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158842/337185.pdf;se quence=1>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DE LUCCA, D. M.; VITORINO, E. V. A dimensão política da competência em informação de idosos: em busca de princípios. *In*: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIXENANCIB), 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1026>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DIAS, S. **Asperger e sua síndrome em 1944 e na atualidade**. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/9WR3H6wHtdktnJpPkyLcJYs/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2022.

DINIZ, F. J. da C. **Autismo, ambiente escolar e obstáculos no processo de ensino aprendizagem**. 2016. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia a Distância), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

DONVAN, J.; ZUCKER, C. **Outra sintonia**: a história do autismo. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

DUDZIAK, E. A. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

DUDZIAK, E. A. **O Bibliotecário como agente multiplicador da competência informacional e midiática**. São Paulo: Febab, 2013.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 213-253, jan. 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/675>. Acesso em: 04 out. 2022.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional e midiática no ensino superior: Desafios e propostas para o Brasil. **Prisma.com: Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação**, Porto, n. 13, 2010. Disponível em: http://eprints.rclis.org/15730/1/Dudziak_Prisma_2010.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

ESTÉS, C. P. **A ciranda das mulheres sábias**: ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

EVERHART, N. **Project A+**: serving students with autism spectrum disorder in the academic library. Flórida: Florida State University, 2018. Disponível em: <https://diginole.lib.fsu.edu/islandora/object/fsu:550850/datastream/PDF/view>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FARIAS, L. L. **Bibliotecas e portadores de transtorno do espectro autista**: guia prático para acessibilidade. 2019. 45 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8456/TCC%20LEANDRA%20FARIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 09 nov.2022.

FARMER, L. S. J. Library Services for Youth with Autism. In: International Association of School Librarianship Annual Conference Proceedings. 2021. **Anais eletrônicos** [...]. Alberta: University of Alberta, 2021. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/slw/index.php/iasl/article/view/7945/4803>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FEBAB). Acess: grupo de trabalho acessibilidade em bibliotecas. Disponível em: <https://www.acesfebab.com/acessibilidade>. Acesso em: 28 maio 2023.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FEBAB). Declaração dos Direitos da Pessoa Usuária dos Serviços Prestados por Profissionais da Informação, pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA), em 29 de março de 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/>. Acesso em: 25 out. 2022.

GASQUE, K. C. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**, Curitiba, v. 2, n. 1. 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25245#:~:text=O%20letramento%20informativo%20%C3%A9%20um%20processo%20investigativo%2C%20que%20propicia%20o,aprender%20ao%20longo%20da%20vida>. Acesso em: 07 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. *Logeion: Filosofia da Informação*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GONÇALVES, A. L. F. **Gestão da informação na perspectiva do usuário: subsídios para uma política em bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto, 2013.

GLOBO. **Fidget Toys**: brinquedos para adultos estressados e ansiosos. 2021. Disponível em: <https://gq.globo.com/shopping/noticia/2021/08/fidget-toys-brinquedos-para-adultos-estressados-e-ansiosos.ghtml>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GRANDIN, T.; PANEK, R. **O cérebro autista**: pensando através do espectro. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-Graduação em Ciência da Informação do MCT/IBICT – UFRJ/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002.

HICKEY, K.; GOLDEN, T.; THOMAS, A. Sensory play in libraries: A survey of different approaches. *Children and Libraries*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 18-21, 2018. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/cal/article/view/6796>. Acesso em: 25 jul. 2023.

INTERNATIONAL COUNCIL ON DEVELOPMENT AND LEARNING. **What is floortime?**. 2023. Disponível em: <https://www.icdl.com/floortime>. Acesso em: 07 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **Manifesto da Biblioteca Pública**. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 05 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS. **Diretrizes da IFLA para Biblioteca Escolar**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/schoollibraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **The Moscow Declaration on Media and Information Literacy**, Moscow: IFLA, 2012. Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/moscow-declaration-on-mil-en.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

JESUS, Luís Carlos Batista. O profissional da informação e a barreira linguística. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 2, n. 1, 2015.

KAEDING, J.; VELASQUEZ, D. L.; PRICE, D. Public libraries and access for children with disabilities and their families: A proposed inclusive library model. **Journal of the Australian library and information association**, Gold Coast, v. 66, n. 2, p. 96-115, 2017.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. *In: The Nervous Child*. Baltimore: Child Care Publication, 1943. p. 217-250. Disponível em: http://mail.neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

LAYDEN, S. J.; ANDERSON, A. Expanding the educational network for students with autism: Partnering with school librarians. **School Libraries Worldwide**, Virgínia, v. 27, n. 1, 2021.

LAYDEN, S. J.; ANDERSON, A.; HAYDEN, K. E. Are librarians prepared to serve students with autism spectrum disorder? A content analysis of graduate programs. **Focus on Autism and Other Developmental Disabilities**, v. 36, n. 3, p. 156-164, 2021.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minoria, 2013. Disponível em: http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf Acesso em: 15 jan. 2022.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS*, 2., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais eletrônicos** [...]. Bauru: USC, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOLINO, M. A. R.; CASTRO FILHO, C. M. de. O bibliotecário na biblioteca escolar e os usuários especiais: o desafio da inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, 2014.

MARKEY, P. T.; MILLER, M. L. Introducing an Information-Seeking Skill in a School Library to Students with Autism Spectrum Disorder: Using Video

Modeling and Least-to-Most Prompts. **School Library Research**. Chicago, v. 18, p. 1-31, 2015.

MATA, M. L.; GRIGOLETO, M. C.; LOUSADA, M. Dimensões da competência em informação: reflexões frente aos movimentos de infodemia e desinformação na pandemia da Covid-19. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 1-15 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5340/5116>. Acesso em: 26 out. 2022.

MENDES, M. A. S. **A importância da ludicidade no desenvolvimento de crianças autistas**. 2015. 54 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2015.

MIRANDA, A. M. M. **Multiplicadores da competência em informação e o uso da metacognição nas ações formadoras**. 2020. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2020.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da língua portuguesa**. 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a COVID-19?** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 19 nov. 2022.

NICOLETTI, T. F. **Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos**. Trabalho conclusão de Graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114?show=full>. Acesso em: 19 out. 2022.

OKADA, T. C. R.; ALCARÁ, A. R. O bibliotecário como educador e multiplicador da competência em informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 786-807, 2021.

OLIVEIRA, A. P. de. **A dimensão técnica da competência informacional: estudo com bibliotecários de referência das bibliotecas universitárias da Grande Florianópolis, SC**. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129176>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ORELO, E. R. M.; VITORINO, E. **A dimensão estética da competência em informação**. In: As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: Edufro, 2020.

ORELO, E. R. M. **A Dimensão Estética (sensível) da Competência Informacional**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122792>. Acesso em: 09 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 12 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Organização pan-americana da saúde. 2022. **Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 26 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. Genebra. 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf;sequence=111. Acesso em: 28 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria da saúde do paraná. **Transtorno do Espectro Autismo (TEA)**. 2022. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Transtorno-do-Espectro-AutismoTEA#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,repert%C3%B3rio%20restrito%20de%20interesses%20e>. Acesso em: 21 set. 2022.

PARANÁ. Lei n.º 17555, de 30 de abril de 2013. **Institui, no âmbito do Estado do Paraná, as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA**. Curitiba, PR, 2013. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=93348&indice=1&totalRegistros=1&dt=2.3.2020.13.13.20.771>. Acesso em: 21 set. 2022.

PAYNTER, J. et al. Development of an online training program for public library staff to deliver autism friendly story time sessions. **Journal of the Australian Library and Information Association**, Gold Coast, v. 69, n. 4, p. 496-522, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/24750158.2020.1836949?needAccess=true&role=button>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PELLEGRINI, E. **A dimensão ética da competência em informação: a experiência narrada dos bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)**. 2016. 301 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167928>. Acesso em: 09 nov. 2022.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V. A dimensão ética da competência em informação sob a perspectiva da Filosofia. **Perspectivas em Ciência da**

Informação, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 117-133, out./dez. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2953/2072>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PELLEGRINI, E. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento**. 2022. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234847>. Acesso em: 09 nov. 2022.

PEREIRA, A. P. **A competência em informação dos pais de surdos**. 2020. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

PEREIRA, A. P.; MIRANDA, A. M. M.; ALCARÁ, A. R. O bibliotecário e as habilidades para a formação da competência em informação de pais de surdos. *In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO*, 5., 2021, Marília. **Anais eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2021. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/162472>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC). **Educação STEAM**: o que é, para que serve e como usar. 2023. Disponível em: <https://j.pucsp.br/artigo/educacao-steam-o-que-e-para-que-serve-e-como-usar>. Acesso em: 02 jun. 2023.

RAYWARD, W. B. The origins of information science and the International Institute of Bibliography/International federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

REMY, C.; SEAMAN, P. Evolving from Disability to Diversity: How to Better Serve High-Functioning Autistic Students. **Reference & User Services Quarterly**. [S. l.], v. 54, n. 1, p. 24-28, 2014.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, 2018.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. **Transliteracy**: competência em informação voltada às pessoas trans. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RUSSIAN STATE LIBRARY FOR YOUNG ADULTS. **ASD**: growing up together. 2021. Disponível em: <https://rgub.ru/autism/en.php>. Acesso em: 05 jul. 2023.

RUSSIAN STATE LIBRARY FOR YOUNG ADULTS. **Inclusive Library Programmes for Users with ASD**: Practices and Potential Development: Collection of Papers. Moscow, 2022.

SAMPAIO, R. K. O.; FARIAS, G. B. de. Biblioteca escolar inclusiva: análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science**: Research trends, Marília, v. 14, n. 3, jul./ set. 2020.

SAMPAIO, R. K. O. **Atuação inclusiva do bibliotecário escolar**: análise acerca do transtorno do espectro autista. 2019. 58f. - Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza (CE), 2019.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N. A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 92-106, mar. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1413>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; FERNANDES, E. M. Acessibilidade informacional para usuários com transtorno de espectro autista na biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 1863-1882, 2017.

SANTOS, L. Y. A.; AMORIM, S. S. Considerações sobre os primeiros diagnósticos do autismo: Leo Kanner, o pai do autismo. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. 1., 2021. **Anais Eletrônicos** [...]. Maceió: UNIT, 2021. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/seped/article/view/14912#:~:text=Kanner%20notou%20que%20os%20pais,de%20seus%20pais%20e%20m%C3%A3es>. Acesso em: 21 set. 2022.

SANTOS, P. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, p. 54-63, 2007.

SANTOS, V. A. Realidade do usuário autista nas unidades de informação: estudo de caso. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 28., 2019. **Anais** [...]. Vitória: FEBAB, 2019.

SARACEVIC, T. Information Science. **JASIS – Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, p. 10-16, mar./abr., 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 20 nov. 2022.

SCHEFFER, E. **Crianças de Asperger**: as origens do autismo na Viena nazista. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SESI. **Fab lab e makerspace**: você sabe a diferença?. 2023. Disponível em: <https://blog-educacao.sesirs.org.br/voce-sabe-a-diferenca-entre-espaco-maker-fablabs-e-fablearn-lab/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SHEA, G.; DERRY, S. Academic libraries and autism spectrum disorder: What do we know?. **The Journal of Academic Librarianship**, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 326-331, 2019.

SOARES, L. V. O.; CAMPELLO, B. S. Bibliotecário educador: a formação como aliada no exercício do papel educativo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013.

SILVA, M. F.; CORDEIRO, L.; DINIZ, I. C. S. Empoderamento e protagonismo do bibliotecário com deficiência nas bibliotecas Brasileiras. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2641>. Acesso em: 27 maio 2023.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das Ciências Documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

SILVA, A. F. da; SPUDEIT, D. **Bibliotecas inclusivas**: o que posso fazer para a inclusão das pessoas com deficiência visual?. São Paulo: ABECIN Editora, 2020.

SILVA, C. S. **A Inclusão de Crianças Autistas no Processo de Leitura**. 2018. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, C. R. S. da. “Faróis de Alexandria: Informação, Ciência e Cultura na Biblioteca”: um movimento pela Competência em Informação na escola. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 153-169, dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/844/657>. Acesso em: 26 out. 2022.

SILVA, R. C. da; OTTONICAR, S. L. C.; YAFUSHI, C. A. P. A competência em informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. **Revista Digital De Biblioteconomia E**

Ciência Da Informação, Campinas, v. 15, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8649535>. Acesso em: 04 out. 2022.

SILVEIRA, M. C. **A Competência Informacional no Contexto do Autista**: um Recurso para Atenuar o Estresse Parental. 2015. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Gestão da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

STEINBERG, A. S. Forms of Library Work with People Having ASD: Overview and Personal Experience. *In*: RUSSIAN STATE LIBRARY FOR YOUNG ADULTS. **Inclusive Library Programmes for Users with ASD**: Practices and Potential Development: Collection of Papers. Moscow, p. 17-27. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Carta de Marília sobre Competência em informação**. 2014. Disponível em: Disponível em: https://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

UNIVERSITY OF WASHINGTON. **What is the difference between an IEP and a 504 Plan?** 2023. Disponível em: [https://www.washington.edu/accesscomputing/what-difference-between-iep-and-504-plan#:~:text=The%20Individualized%20Educational%20Plan%20\(IEP,specialized%20instruction%20and%20related%20services](https://www.washington.edu/accesscomputing/what-difference-between-iep-and-504-plan#:~:text=The%20Individualized%20Educational%20Plan%20(IEP,specialized%20instruction%20and%20related%20services). Acesso em: 03 jul. 2023.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramaZero**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3837>. Acesso em: 17 jan. 2022.

VALLS, L. B. **Criatividade contagiante**: como a escola pode nutrir o pensamento crítico. Belo Horizonte: Voo, 2021.

VIANNA, B. L.; CAREGNATO, S. E. Modelos de diagnóstico institucional para implementação de programas de Competência em Informação em bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, p. 242-267, 2022.

VITORINO, E.; PIANTOLA, D. **Competência em informação**: conceito, contexto histórico, e olhares para a Ciência da Informação. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020.

VITORINO, E.; DE LUCCA, D. M. **As dimensões da competência em informação**: técnica, estética, ética e política. Porto Velho: Edufro, 2020.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>. Acesso em: 09 nov. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2022.

VOLODINA, Y. V. Role of Communicative Skills in Socialization of Teenagers with ASD on the Example of School of Professions Groups. *In*: RUSSIAN STATE LIBRARY FOR YOUNG ADULTS. **Inclusive Library Programmes for Users with ASD: Practices and Potential Development: Collection of Papers**. Moscow, p. 139-150. 2022.

WANG, Z.; VECCHIO, J. C. Offering an Academic Library Internship Opportunity for an Individual on the Autism Spectrum. *In*: RUSSIAN STATE LIBRARY FOR YOUNG ADULTS. **Inclusive Library Programmes for Users with ASD: Practices and Potential Development: Collection of Papers**. Moscow, p. 151-161. 2022.

WALTON, K.; MCMULLIN, R. Welcoming Autistic Students to Academic Libraries through Innovative Space Utilization. **Pennsylvania Libraries: Research & Practice**, Pennsylvania, v. 9, n. 2, p. 83-100, 2021.

WILDEN, A. **Informação**. *In*: Enciclopédia Einaudi. v. 34. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172-203, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4656/465668004008/465668004008.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

WELLICHAN, D. S. da P.; LINO, C. C. T. S. A biblioteca escolar no contexto da inclusão: como oferecer e vivenciar experiências inclusivas nesse ambiente. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 3-16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/40603>. Acesso em: 06 nov. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Autism**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acesso em: 26 set. 2022.

ZURKOWSKI, P. **Information services environment: relationships and priorities**. Washington: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391>. Acesso em: 15 jan. 2022.

APÊNDICES

